

Defesa Nacional



JUNHO
1954

NÚMERO
479

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

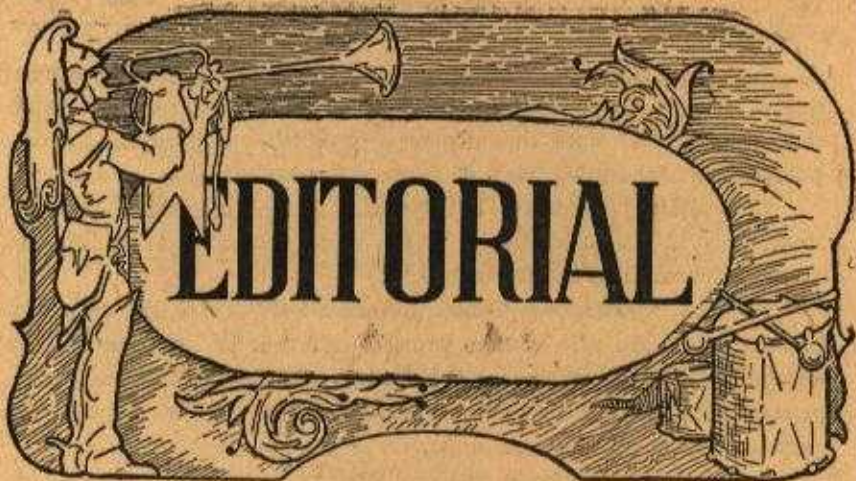
Ano XII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1954

N. 429

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
CULTURA PROFISSIONAL	
Monte Caseros e o fuzil de Agulha — Gen. Bertoldo Klinger.....	7
O problema da Remonta — Gen. Euclides Figueiredo.....	13
Reservas (valorizemos o nosso trabalho) — Cel. J.H.C. Garcia.....	15
Decálogo do pára-quedista — Cel. A.C. Moniz de Aragão.....	17
O treinamento físico no Exército — Ten.-Cel. Jair Jordão Ramos.....	19
A questão das pontes militares — Ten.-Cel. Floriano Möller.....	23
Emprego das Forças Terrestres — Maj. Rui Alencar Nogueira.....	31
A alma do Exército — Major Newton C.A. Mello.....	33
As comunicações na Central de Tiro — Cap. Alberto Fortunato.....	39
Manobras de quadros na 3ª R.M.....	47
CULTURA GERAL	
Nuvens sobre a conjuntura americana — Major Fernando Allah M. Barbosa.....	49
GEOGRAFIA E HISTORIA MILITAR	
Aquêles bravos do Forte de Coimbra — Gen. Silveira de Mello.....	53
DIVERSOS	
Exército, força moral — Cel. Ivano Gomes.....	57
Promoções (à guisa de diálogo) — Cel. Paulo Enéas F. da Silva.....	61
O carburante na economia nacional — Cap. Hélio A. Canongia.....	65
Recordando os tempos do padre Miguel — P.J. Busato.....	67
NOTÍCIAS DIVERSAS (Redação).....	69
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	73
ATOS OFICIAIS.....	81



NOSSO PROBLEMA NAVAL

Em vez de discorrer sôbre a batalha naval de Riachuelo, como é de nosso hábito, ao ensejo dêste mês de junho, preferimos, desta vez, e usando das prerrogativas que o nosso lema "A Defesa Nacional" nos outorga, tecer alguns comentários sôbre o nosso poder naval e o programa de construções que as autoridades da Marinha levam a cabo para objetivá-lo.

Tanto quanto a situação internacional deixa entrever, o nosso problema naval continua o mesmo que o da última guerra, já que as disponibilidades financeiras do país não permitem dar à Nação, por enquanto, a grande esquadra que a sua extensa orla marítima e a sua importante posição estratégica, como chave do Atlântico Sul, estão a exigir.

Dissemos o mesmo, porque onde se lia Alemanha, lê-se agora Rússia, uma vez que os nossos compromissos internacionais nos ligam, iniludivelmente, à sorte do continente americano.

Tal problema se resume em manter abertas, em caso de guerra, as rotas marítimas nacionais e internacionais.

As nacionais para que continuemos a manter o intercâmbio comercial entre os portos do país, sem o que, grandes setores da Nação ficariam isolados e prejudicados nos seus abastecimentos normais.

As internacionais para que continuemos a exportar mercadorias para os nossos tradicionais fregueses, sem o que não obteremos as divisas com que pagar e importar equipamentos vitais para as nossas indústrias e o nosso desenvolvimento econômico.

O problema, portanto, extravasa o campo nacional e se entrosa com os interesses das grandes nações amigas e aliadas, no caso de um conflito internacional.

A estas, falando em termos de estratégia inter-continental, interessa, mais do que a nós, manter afastada a ameaça de um ataque direto de esquadras de superfície inimigas às nossas costas, porque, quando isso se der, já não seremos só nós, mas principalmente elas que estarão em grande perigo.

Posta nestes termos a questão, o nosso problema naval se resume em proteger comboios de navios mercantes, ou mais precisamente, em guerra anti-submarina.

O problema, em relação à última guerra, tornou-se infinitamente mais agudo não só porque o bloco soviético elevou consideravelmente o seu potencial submarino, como devido, também, aos aperfeiçoamentos que, desde o último conflito, se introduziram nos submarinos no sentido de dar-lhes maior autonomia de ação e agressividade.

A proteção aos comboios exige, antes de tudo, bases navais aparelhadas, principalmente levando-se em conta a nossa imensa costa marítima e navios apropriados para a guerra anti-submarina, sem falar numa aviação naval especializada. Quanto às bases navais, não podemos senão louvar o programa atual da Marinha, de construção e aparelhamento de importantes bases navais ao longo do nosso litoral, levado a cabo, sem esmorecimento, com o auxílio financeiro proporcionado pelo "Fundo Naval".

Estamos certos.

Quanto aos navios para a luta anti-submarina, trata-se principalmente de caça-submarinos, torpedeiros de escolta, "destroyers", navios guarda-costas, que patrulham os mares e até mesmo dragaminas para limparem as proximidades dos portos, pois os submarinos poderão semear minas à entrada deles.

Ora, à falta de maiores recursos para a aquisição de cruzadores e "destroyers", encomendamos a estaleiros holandeses 10 navios guarda-costas que nos serão de grande utilidade, além de 6 rebocadores de alto mar e alguns navios transportes de tropas, encomendados a estaleiros japoneses.

Nosso programa naval, portanto, se ajusta às realidades do nosso problema naval e se aproxima daquele que, objetivamente, devemos perseguir.

O nosso ponto fraco, contudo, reside na ausência de uma aviação naval especializada, capaz de, em estreita ligação com as unidades navais, cooperar ativamente na luta anti-submarina.

Em resumo, submarinos e minas são os nossos inimigos navais mais temíveis.

Para nos capacitarmos do perigo que eles hoje representam, vamos transcrever, para finalizar, trechos, a respeito, de um comentarista naval francês.

O submarino de hoje, com 1.500 a 3.000 toneladas de deslocamento (Nautilus), é capaz de atravessar, ida e volta, qualquer oceano.

Provido de "schnörkel", pode permanecer semanas e até mais de um mês submerso.

O problema da luta anti-submarina é, portanto, dos mais importantes que existem, tendo-se em vista, principalmente, o caráter extra-continental de quase todas as guerras atuais.

O carro, o infante, todos os combatentes, enfim, lutam com meios cujas fontes se encontram, muitas vezes, a milhares de quilômetros além-mar. As destruições devidas aos submarinos poderão conduzir ao isolamento e à asfixia das forças armadas e da própria Nação.

Eis porque a luta anti-submarina constitui, a justo título, um dos cuidados dominantes dos grandes Estados-Maiores.

Os meios, nessa luta, tornam-se cada vez mais fora de moda, ou mais exatamente, menos eficazes.

O avião, esse terrível inimigo dos submarinos, vem perdendo, a pouco e pouco, a acuidade de sua vista.

O submarino se faz cada vez mais invisível. Reside nisso o seu principal meio de defesa. O seu "schnörkel" não é fácil de referir, mesmo pelo radar.

E contra o "granadeiro" de superfície, isto é, o caça-submarinos, atirador de bombas de profundidade, o submarino se muniu de meios novos que tornam ilusório o efeito das granadas: ele mergulha mais fundo e aumentou a sua velocidade sob a água.

Breve, será necessário caçar o submarino no seu próprio elemento: sob a água.

O submarino de caça, que as nações já vão construindo, pequeno — até 400 toneladas —, facilmente manejável, de funcionamento silencioso, provido de possantes meios de detecção e velocidade, quase invisível, colocado "sob" as rotas marítimas, caçará, por sua vez, os seus irmãos.

Imagem à Wells!

Ver-se-á, com as possibilidades que a propulsão atômica e os mergulhos profundos do "Bathyscaphe" preparam, combóios de monstros marinhos-cargueiros, protegidos por ágeis tubarões metálicos, por sua vez caçados por outros, atravessarem os oceanos a mil metros de profundidade?

Cada vez mais o homem sobe nos ares e desce nos mares!
E as minas?

Já não falemos das atômicas, que os submarinos poderão deixar à entrada dos portos!

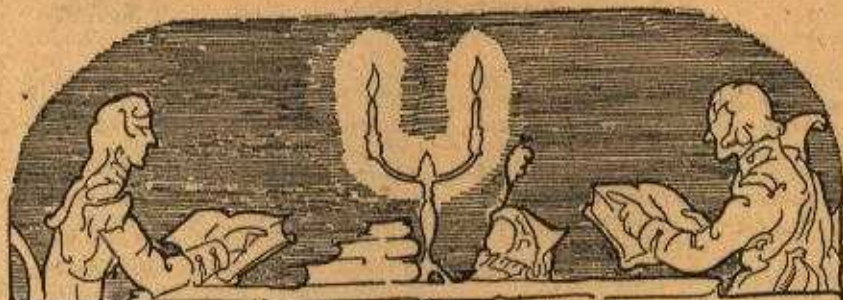
Falemos das comuns, que são o espantinho de tôdas as Marinhas.

A dócil mina marítima de outrora que esperava, sem maldade excessiva, que viessem lhe roçar as antenas, para explodir, viu sua família enriquecer-se com pequenas irmãs mais perversas: não somente a mina magnética, já bem aborrecida, mas ainda minas magnéticas "trabalhando" com variações de campo ou, melhor, com a intensidade de campo (isto é, com a "tonelagem" da vítima), minas à depressão, minas à sôbrepressão, minas à ultra-sons, à infra-sons, minas acústicas ou minas sensíveis à luz (ou à ausência de luz)... que sabemos mais!

O campo aberto à imaginação dos inventores parece quase sem limites!

Que serão as minas de amanhã?

Submarinos e minas: eis um importante problema naval a considerar pelo Brasil.



CULTURA PROFISSIONAL

MONTE CASEROS E O FUZIL DE AGULHA

Por A. Barão ENGELHARDT
Comentário pelo Jen. KLINGER

III

1. "Missão cumprida!" é a partispasão ce eu poderia fazer, á boa maneira militar antiga, em fase do notavel êxito alcamsado pelos "OS REZINGÕES", a minha tradusão ORTOgrafada e anotada do trabalho de A. SCHMID, de P. ALÉGRE, "DIE BRUMMER", "Uma Lejião Estramjeira, de Alemães, a serviso do BRAZIL na gêrra contra RÓZAS".

Foe meu objetivo, minha missão, nese empreendimento, de par com maes um recurso de difusão da O.S.B., contribuir para a condigna comemoração do 1º sentenário da prezemsa de nósa "FEB" no PRA-TA, em 1851/52.

Melhór demonstrasão não se poderia aver produzido, do interesse despertado pelo trabalho de sínteze e rememoração do A. e de seu tradutor e anotador, do ce o grande número de cestões insidentes ce vários leitores levantaraom, muintas das cuaes ao mezmo paso e'les próprios esclareseraom, contribuições

prosedentes de vários pontos do paiz e agóra até do PRATA, espe-lhada ésta na prezente publicasão (I, na ed. de junho de 1953, II na de agosto).

2. Não pretendo o privilégio de julgar ésas contribuições, nem de rezolver todas as cestões ce algumas délas susitaraom. Foe para ese duplo fim, de julgamento e solusão, ce empreendi sua divulgasão, primeiro num "suplemento" de axegas e corrigendas, e agóra nesta série.

Asim é ce surjiu a nóva, curiôza, cestão aci aventada, e ce em jeral pasara sempre despersebida, de saber se é ou não fundada a versão até aci entre nós corrente de ce em MONTE CASEROS o peceno contimjente da nósa Lejião de Alemães estava armada de fuzil de agulha.

E ésta a cestão ce foe circumstam-siadamente formulada pelo barão

ENGELHARDT, de B. AERES, especialista em história de armamento, e ce me levou a comelamar pelas páginas desta Revista os competentes para ce a dilusidem. Naturalmente, como para as cestões anteriores, não me abstenho de comcorrer nas axegas.

3. Poderse-á ponderar ce fue presipitado em não dar tempo ao tempo, para ce atendesem ao meu referido apelo, aci publicado em junho de 1953. E ce, sem esperar tal, rezolvi proseder, e prosedi, eu próprio, a uma busca na correspondência de CAXIAS sobre a campanha, no Arquivo Nacional.

Relatar ésa busca é o objéto do prezente artigo III desta série.

4. Antes de entrar no assunto, apraz-me tornar publica uma axega do mestrre paollista Frederico SOMMER, ce me foé comunicada por Albért SCHMID, em carta de 28-IX-53. O Sr. F.S. copiou duma biografia de MARTIUS, por Hugo SCHRAMM, LEIPZIG, 1869, este trexo duma carta de MARTIUS a J.J. STURTZ, então cômsul jeral do BRAZIL em BERLIN. É de 25-III-1852.

"... me senti forçado a escrever isto ao Sr. MACEDO (observação de F.S. : então ministro do BRAZIL em LONDRES) : "É minha opinião ce as espingardas de grande alcames (obs. de MARTIUS : trata-se dos fuzis de agulha prusianos, dos cuaes STURTZ mandara fabricar na SACSônia duas mil, para a gérria contra RÓZAS) e os fogetes de gérria (obs. do mezmo : austriacos, dos cuaes STURTZ mandara fabricar uma bateria em MUNIC) ce o Sr. STURTZ mandou fabricar na SACSônia e aci, lhe comférem importante siteação no drama de gérria ce óra se dezemróla no Sul..."

Como se vê, pela data d'esa carta, um mez depois do epizódio desizivo de MONTE CASEROS, o epistológrafo ainda se referia a "drama de gérria ce óra se dezem-

róla... "Continjêmsia das possibilidades contemporâneas das comunicações. Pena é ce a carta de MARTIUS não esclareasa aserca da data d'esa encomenda de "fuzis de agulha" (?) e de sua entrega e espedisáo a destino ; só então poderiamos aprosimarnos, pelo menos, do objetivo de saber se taes armas teriaom regado a tempo de participarem na asão de CASEROS, e se éraom realmente de agulha ou simplesmente de percussão, comfórme a m/Nota 17 de "OS REZ.", ou "de affinete", segundo as referêmsias ofisiaes de CAXIAS, armas éstas ce seriaom do sistema THOUVENIN, segundo se rastreia no relatório ánuo do Ministro da Gérria da época.

5. No fronsespisio do meu relato sobre a pesciza em caoza, escrevo : "Saebaom todos", de inisio, ce da referida busca a ce prosedi no Arquivo Nacional, nenhum esclarecimento encontrei pa'a o nóso to be or not ...

6. Deante diso e depoes diso, poderia aci fazer ponto final e recolherme a silêmsio, até ce os competentes comelamados ceiraom favoresernos com suas luzes. Entretanto, o meu trabalho de busca produziu, *chemin faisant*, outras observações, ce considéro de utilidade para comicalas aos estúdiózos. A saber : a) Feito na competente sala do A.N. o pedido por escrito da "Correspondência de CAXIAS na campanha de 1851/52", trouxeram-me um livro emcadernado, formato papél almaso, manuscrito, ce não éra senão um "diário da campanha", segundo a nomenclatura atoa.

Eis ai uma inesperada axega, amplisáo da minha busca, pois tal eu não pedira, nem sabia ce ezistia.

Maes : ao cabo de uma óra de comsulta, aparése-me, estremamente dezejóza de servir, uma fumsionária da secção istórica, pelas mãos da cual pasara o meu pedido : vinha informarme ce ezistia na caza um outro livro, datilografado, sobre o mezmo assunto. Esplicei-lhe o ce ocorrera e ce, já agóra, dezejava primeiramente ultimar a revista

nese "diário" ce me fora prezente, para depoes insistir no meu pedido inicial; acrescentei ce igualmente averia de cerer vista dos "anêcosos" a ce ese diário se refere a cada passo. Só depoes gostaria de ver o documento datilografado de cuja existêmsia estava resebendo a jentil informasão.

b) Verifiquei ce ese "diário" deixa muinto a dezejar. A comesar ce lhe falta uma indicacão sobre esa sua natureza. Dai a confuzão caozada ao próprio fumsionário a cem coube atender ao pedido por mim feito. Seu indicativo, impreziso, é apenas: "Vol. 5 — 1851/52. Colesão Duce de CAXIAS."

Depoes de alcamsar a fl. 58, referente a 22-XI-1851, tendo tome-sado a 20-VI, data em ce CAXIAS partiu da "corte", recomesa a fl. 59 na data de 20-VI; esa repetisão, porém, é resumida; por ezemplo, o periodo de 11 a 12-XI-51, ce na primeira parte ocupa omze pájinas, nesa repetisão ocupa apenas déz linhas. Comfronto em blóco: todo o registro inicial do diário, feito em 58 fls., ocupa apenas 7 e meia na repetisão (fls. 59 a 66, ésta em branco no vèrso). Na fl. 87 continua o diário, dezde 23-XI-1851, vae até 26-VI-1852 e termina com uma "Comcluzão", em duas pájinas, sobre os nóve mezes da campanha. Asina "Antônio Pedro de ALEM-CASTRO, Capitão, Emjenheiro do Ezêrsito".

Ao todo são 135 fls.

— Em outra vizita verifiquei num dos papéis do "doc. 38" ce ese diário foe emviado por cópia, como "Rezumo do Itinerário", ao Ministro da Gerra, Comselheiro Manoél Felizardo de SOUZA MELO, o cual em ofisio de 25-X-1851 pedira informasão sobre o "itinerário do ezêrsito, com todas acélas explicacões ce paresaom maes próprias para fundamento de um juizo seguro das caozas ce comocorreraom para em-barasar a marxa do mezmoe ezêrsito sobre a prasa de MONTEVIDÉO".

Ese "rezumo" ocupa 89 folhas de papél, formato maeór ce almaso, manuscritas, em ambas as pájinas;

é datado de 15-XII-1851, asinado pelo mezmoe referido capitão emjenheiro, o cual foe seu portador, segundo esclarése CAXIAS, iso por aver sido ese ofisial o organizador do mezmoe e estar em condicões de prestar explicacões adisionaes.

— O "diário" é deizigual no trato dos asuntos, poes memsiona epizódios ce documenta com "apêcosos", sitados no testo, e omite outros epizódios ce igualmente deveriaom figurar no registro diário da campanha, ou "itinerário do ezêrsito", e ce constituem uma colesão de 220 documentos da "Correspondêmsia de CAXIAS" sobre esa campanha. Nôte-se, ainda, ce no testo dese diário se lê ce os doc. da colesão somaom 294; provavelmente a diferemsa rezulta de ce na "colesão" vários documentos distintos foraom reunidos, grupados, em um unico, sob um número unico.

A colesão da correspondêmsia em caoza compreende não só a espedida, como taombém vária resebida, em muinto maeór número.

— O referido livro datilografado ce comsultei, não é senão um indise da "Colesão" em fóco; traz na primeira pájina em branco uma nóta manuscrita: "Todos os verbetes estão publicados no VOL. IV das publicacões do JORNAL DO COMERCIO". Explica-se: por ocazião do 112º aniversário da fundasão do A.N., a diretoria deste Instituto fez publicar no referido jornal cariôca, durante serca de does anos, uma série de artigos, em jeral maes de um por semana, sob a epigrafe: "ARCVIO NACIONAL — Espozisão comemorativa do 112º aniversário desta Instituisão. — Colesão Duce de CAXIAS, campanha contra ORIBE e RÓZAS".

Os respectivos recórtes dese jornal foraom colesionados no A.N., colados ás pájinas de livros em branco, em cuatro volumes. A comeso, na série, os doc. em caoza foraom publicados na integra; depoes, a partir de 8-X-1850, apenas em "rezenha", isto é, indicacão sumária, nem sempre fiél, da matéria versada.

7. Respigemos algo d'essa colesão da correspondência de CAXIAS, unicamente pelo sabor especial ce lhes emprêsta a leitura na fonte. Naturalmente escolho dentre o ce se referem a "OS REZIMGOES". Os documentos do A. N. axaom-se colesionados em duas pastas de 50, uma terseira com todos os maes.

— Do doc. nº 15, de 13-VII-51: xegada de 200 "alemães" a PELOTAS, pelo IMPERADOR. Comfere com a m/Nôta 17 de "OS REZ".

— Do doc. nº 35, de 9-XII-51, cópia da "relação de conduta" dos ofisias do Batalhão "alemão"; comunica ce ségem para a corte vários deses ofisias, a bem da diisiplina. Ao todo são 32 ofisias; maz, segundo está posto em evidêmsia numa "recapitulasio", só 8 estão em serviso no Batalhão. Estavaom "nacionalizados"..., contaminados do re-vêlho mal nasional, a "imsubmisão" dos ofisias ao serviso da trôpa.

— Do doc. nº 37, de 16-XII-51: comunica o embarce do Destacamento MARQUES DE SOUZA e asinala ce "ao 8º Btl. de Infantaria, adicionei 80 atiradores prusianos, escolhidos dentre os de melhor conduta e figura, armados com *espimgarda de alfinete*". Acompanha o "mapa do material" d'essa Divizão M. de S., o cual, na "caza" armamento, não espesifica as várias espimgardas da infantaria, apenas comsigna em globo "espimgardas completas".

— O doc. 38 não é um documento, é uma colesão de documentos. E o maes volumozo da colesão é singularmente prezioso pela riceza de informasões ce contém, notadamente as "plantas dos primsipaes acampamentos" do ezêrsito, em 1851, maes as "Ordens do Dia", de nos 1 a 27, de 30-VI a 29-XI-51, Impresas, portadoras da indicasio "Tipografia do Ezêrsito"; maes ainda o memsionado "Rezumo do itinerário".

— O doc. nº 39 refêre intrigas ce o cômusual arjentino em HAMBURGO tem ali espalhado sobre os nósos leijonários alemães; e ce o "maior comandante interino" resebeu ordem de escrever para a EU-

RÓPA, a esclareser o ce com eles ocorreu, notadamente com ofisias "retirados dacele Batalhão" e ce se mandara "formar conselho de imvestigasio".

— O doc. nº 67, de 31-VII-51, do cmt. da guarnisao da prasa do RIOGRANDE, imfôrma a CAXIAS ce xegou o vapor IMPERATRIZ, com o 15º Btl. e o Ten. Cél. Barão de HEYDE; éraom 240 prasas, com 9 ofisias, trazendo 500 armas de infantaria e seu "correame".

— O doc. nº 75, de 29-IX-51, do Cél. Visente de Paulo de OLIVEIRA VILAS BOAS, cmt. da 9ª Bda. Inf. e guarnisao da prasa do RIOGRANDE, comunica ce segiraom para MONTEVIDEO, no vapor IMPERADOR, 200 "soldados estramjeiros", constituindo uma Companhia de Pontoneiros, "para reforçar a guarnisao do forte do CERRO".

— No doc. nº 77 o mezmo coronel relata indissiplina dos artilheiros prusianos (*sic*), maz ce conseguiu, sem dificuldade, fazer embarcar duas baterias; e dá opiniao favoravel aos ofisias alemães, cuanto á diisiplina e boa vontade para se adaptarem. Acompanha uma carta manuscrita, em framsez, do Capitão Adalbert JAHN, "*Capt. et commandant de l'artillerie allemande*", em ce este ofisial esplica ce o insidente ocorrido com os artilheiros fora motivado pelas falsidades dum relatório, dum Capitão de SILVA, agravado pelas decorrentes providêmsias vexatórias do Coronel RIBAS e a convocasio da Guarda Nasional; aseguira ce a sua trôpa, comquanto por tudo iso pôsta em indignasio, nunca pemsou em fazer revôlta.

— O doc. nº 130 refêre espadas e "terseirólas".

— No doc. nº 195, de 11-II-1852, o Ministro da Gerra, em carta confidemsial a CAXIAS, estende-se sobre os ofisias da Leijão de Alemães, espesialmente o Ten. Cél. comandante da Infantaria; dá as melhores referêmsias a seu respeito, maz o acuza de se deixar levar por informantes maldôzos, com a sua asiao agravada pela do Maj. von

LEMMERS, ce cobisa o comando do Batalhão; julga intrigantes os dois intérpretes (Ten. Cél. da G.N. Júlio Emrice KNORR e Cap. da G.N. Francisco José WILDT).

— Do "diário de campanha", sob a data de 28 de janeiro de 1851, minúscia do ajuste de contas com RÓZAS:

"S. Es. (CAXIAS), de acordo com o Sr. xefe de escuadra GREENFELL, adoptou 2 planos de sinais convencionaes, um para se corresponderem e o outro para indicar as recisões (de reforço) ce tivése de fazer... S. Es. tomou todas as providências e espediu as convenientes ordens para ce toda a trópa acampada junto a COLÔNIA estivesse bem fardada, armada, municiada e equipada, e bem assim pronta a executar qualcér movimento ce a marcha dos acontecimentos do outro lado do PRATA pudése ezijir".

Sége-se, sob 3 de fevereiro: "No dia 3, ás 5 da tarde, xegou de B. AERES o vapor de guerra PEDRO 2º, a mandado de GREENFELL, a trazer a notisia de ter avido vivo fogo de artilharia e de fuzilaria, dezde as 7 e meia da manhã até ás onze óras (do dia 2) e ce paresia RÓZAS se retirava apressado, com seu ezército, para a capital. Ordenou, então, CAXIAS, ao cmt. da 3ª Divisão ce fizése, "sem perda de tempo", marchar para o porto os Btl. 2º, 3º, e 12º, maes o 1º R. de Artilharia (4 pêsas), ce deveriam embarcar no PEDRO 2º, brige EÓLO, pataxo COMEISÃO, devendo toda a jente ir "bem armada, municiada e léve".

O embarce désa trópa só terminaria no dia seguinte (4!), por motivo do reinante vento muito fresco e forte correnteza do rio.

Continuação, sob 4 de fevereiro: "As 6 e meia veio CAXIAS para bordo do PEDRO 2º e este largou. As 7 foi avistado o vapor PARÁEMSE, ce vinha de B. AERES e se destinava a MONTEVIDÉO, o qual fez o sinal convencionado de ce RÓZAS avia caído do poder. Então só o PEDRO 2º proseguiu viagem, os outros navios reseberam ordem

para aguardar nóva desizão. No PEDRO 2º segiam 800 omems, do 12º Btl. e cuaze todo o 2º. As onze e meia o navio de CAXIAS fundeava em B. AERES e S. Es. desembarcava".

No dia 8, S. Es. vizitava o campo de batalha. Sége-se uma página com a descrição da ação do dia 2. Uma nota, de maes de página, regista uma versão da fuga de RÓZAS. Finalmente, a "Conclusão" dese diário contém um rezumo da campanha, em uma página.

8. Voltemos ao caso, para emserrar este debate: as considerações do prezente artigo III em nada afetaom a "RECAPITULASÃO E CONCLUSÃO" ce formulamos anteriormente (artigo II, in DEFESA, agosto de 1953, pág. 141 e 142).

Pela estensão, não convém aqui reproduzir ésas cuaze duas páginas, maz convém aqui referir, em remate, sua esência. A saber:

a) A origem da versão segundo a qual teriamos empregado em MONTE CASEROS o FUZIL DE AGULHA, com ce teria sido armado o pécano continjente da nósa Lejião de Alemães ce partisipou com destace nesa ação, versão agasalhada no "DIE BRUMMER", de Albert SCHMID, consecuentemente em minha tradução ORTOgrafa da e anotada, "OS REZINGÕES", esa origem parése emcontrarse nos dois livros dos lecionários Major Fêdor von LEMMERS-DANFORTH e Capitão Eduardo SIBER. O major foe a segunda autoridade da infantaria désa Lejião (15º Btl.), cuaze sempre no comando; escreveu "IN-DOLE DA LEJIÃO ALEMA de 1851, &", por mim traduzido em 1943, para a Biblioteca RIOGRANDEMSE; o capitão SIBER era comandante de uma das 8 Companhias do 15º Btl. e escreveu "RETROSPECTO &", traduzido por Alfredo de CARVALHO, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1915.

Provavelmente ambos os autores, ce escreveram suas memórias sobre a Lejião em alemão, foram vítimas da impresião da nomenclatura

tura do armamento em caoza, impresião esplicavel por se tratar de arma nóva, revolucionária; seus tradutores brasileiros, na boa fé, dezatentos, traduziraom ao pé da letra "Nadel" (de Zuendnadelgewehr), por *agulha*. Tal arma nóva éra do tipo THOUVENIN, framsez, taombém xamada *à tige*, espresão ce CAXIAS xamou (espimgarda) de *alfinete*. A novidade da arma rezidia presizamente no sistema de deflagrasão da carga de projesão: fazia-se por meio de pecena aste (*tige*), comparavel a alfinete ou agulha, a cual fazia corpo com a culóte do cartuxo, á semelhamsa de peceno esporão lateral, em contacto com o fulminato alojado no interior do cartuxo, aste sobre a cual percutia o martelete do gatilho e produzia a deflagrasão.

b) Não se conhêse documento ou referêmsia ofisial, nem afirmação de aotor brasileiro ou platino, em ce fundar a versão em fôco.

s) Ese fato negativo é pozitivado pelo rasiósino, incluzive aplicado a comprovados fatos posteriores á campanha contra RÓZAS.

Notadamente, depoes désa gérta cuedou-se entre nós de esperiêmsias comparativas entre a espimgarda *à tige*, sistema THOUVENIN, e o fuzil de agulha; e nem na gérta do PARAGUAE empregamos o fuzil de agulha — a não ser em escala de amóstra: numa companhia de atiradores (ao mando do Cap. MEIER, ce fora allêres na Lejião de 51).

O provavel é ce nêsa esperiêmsia, comsignada no relatório do Ministro da Gérta ce referimos, entraraom os 2000 (does mil) fuzis de agulha, sistema DREYSE, emcomendados a uma fabrica da SACSÓNIA pelo cômsul brasileiro STURTZ, em BERLIN, os cuaes não xegaraom a tempo de serem aplicados na Divizão MARQUES DE SOUZA, a nósa FEB no PRATA.

NOVA FRIBURGO

"LOTEAMENTO GRANJA SPINELLI"

SÍTIOS — CHACARAS — LOTES

VENDAS A PRAZO — QUATRO PLANOS A SUA ESCOLHA!

INFORMAÇÕES — RESERVAS — VENDAS

EM NOVA FRIBURGO: EDIFÍCIO SPINELLI —
PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 164 — FONE: 1189
NO RIO DE JANEIRO: AVENIDA PRESIDENTE
WILSON, 210 — SALA 907 — FONE: 22-7036

NOTA: Aos Domingos e feriados: Escritório de Friburgo aberto
das 9 às 16 horas

(N. 20)

O PROBLEMA DA REMONTA

General EUCLYDES FIGUEIREDO

II

Em número anterior, esta Revista publicou um artigo de minha lavra, em que eu rememorava como o PROBLEMA DA REMONTA se apresentava há 35 anos passados, insólvel sempre, em virtude do des-caso em que houvera sido tratado pelas administrações militares ante-riores. Olhando-se o quadro atual há de se concluir que, de lá para cá, não se encontra muito em que elo-giá-las pelo que têm feito intercór-rentemente a esse respeito. O Exér-cito encontra-se atualmente, quanto à remonta na mesma conjuntura em que estava quando a *Missão Indi-gena*, assumia os seus difíceis en-cargos, no Realengo, pela modifi-cação que devia operar na formação dos novos oficiais de tódas as armas.

Terminada a primeira grande guerra, tivemos concurso precioso, para a renovação que se procurava, na Missão Militar Francêsa, que proporcionou aos nossos oficiais conhe-cimentos novos, auridos em duras experiências de quatro anos de lutas nos campos de batalha da Eu-ropa, e, introduziu profundas alte-rações no estudo da tática e estra-tégia militares. Entendeu, porém, que a instrução da tropa se devia processar como até então. Houve a introdução de novos métodos de ensino e aperfeiçoamento dos qua-dros, mas quanto à tropa, sómente no que interessava ao manejo e em-prêgo do armamento moderno, aos deslocamentos mais rápidos, pro-curando redobrar a sua velocidade com o aproveitamento, sempre que possível, das viaturas, que tiveram desde então mais larga utilização.

A tudo isso o cavalo, como arma de combate e elemento de trans-porte, persistiu. A cavalaria sofreu restrições, no seu emprêgo nos cam-pos de batalha, principalmente por causa da aparição da sua grande opositora — a arma automática — a qual passou, ela mesma, a ado-tar; mas soube se amoldar às cir-cunstâncias que a guerra assim im-punha. Sobreviveu organicamente, nada sofreu, senão melhorou com a dotação do fuzil metralhador nos seus esquadrões — um por pelotão — e a criação do esquadrão de me-tralhadoras. Nenhuma justificativa, pois, encontra-se para que a re-monta da tropa continuasse a ser problema relegado para segundo plano. Ao contrário, as exigências, no que lhe concerne, aumentaram.

Descuidando o Exército da re-monta, os fazendeiros voltaram, mais e mais, as suas vistas para a criação do gado vacum, por ser mais remuneradora que a do ca-valar, de maiores garantias para a colocação dos seus produtos, para os quais encontram sempre compra-dores mais tolerantes, quanto às condições a exigir. A consequência é o despovoamento de eqüídeos dos campos do Rio Grande do Sul, Mi-nas Geraes e Goiás. Quem cria ca-valos, hoje em dia, já não o faz em grande escala; atem-se, de prefe-rência, às raças finas, visando a sua utilização no turf, que em conse-quência se tem desenvolvido, ali-mentado pela jogatina.

Vieram depois os conhecimentos dos ensinamentos da segunda Gran-de Guerra, na qual a cavalaria se

viu substituída, em muitas missões, por unidades motorizadas, que fizeram sua aparição triunfante, espetacular, na invasão da França em 1940. O que se passou no teatro de operações da Europa ocidental e posteriormente na luta anfíbia do Pacífico, impressionou demasiado os nossos oficiais estudiosos, os de estado-maior, e o problema, tal como lá se apresentava, fez que as soluções, que a guerra local impunha, fossem trasladadas, quase paralelamente, para o Brasil. Como mais ainda, a nossa Força Expedicionária, prescindisse de cavalaria na sua organização, a arma nobre vai sofrendo, cada vez mais, a ameaça de desaparecimento total, e o problema da *Remonta*, parece, aos poucos, carecer menos de importância aos olhos das nossas autoridades militares.

Urge, pois, encarar de frente as nossas condições, olharmos a peculiaridade das prováveis regiões em que nossas forças de terra terão que operar em caso de guerra, pobres de estradas boas, para nossa indústria bélica, ainda atrasada, assim como para a falta de combustível líquido, necessário para mover os modernos engenhos bélicos. Estes três elementos estudadas as suas condições atuais — o terreno, as máquinas de guerra e o petróleo — são bastantes para fazer deter os espíritos mais avançados, mais progressistas, nas soluções que devemos adotar para a organização dos nossos exércitos de campanha. Fazer o possível, e até mesmo experimentar o impossível, para dotar as forças armadas de terra, como as outras, do que há de moderno, conforme as guerras últimas têm ensinado, mas não desprezar, em troca do modernismo, aquilo que é a rea-

lidade brasileira. Criem-se unidades motorizadas, embora no papel, para o estudo teórico de tática e estratégia nas escolas militares superiores, de modo a preparar chefes para um futuro de possibilidades materiais melhores; desenvolvam-se temas de operações de guerra, fazendo avançar, em ofensiva louca, divisões blandadas, que caminham nos mapas com facilidades que, por muito tempo, o terreno não lhes oferecerá. Preparem-se os espíritos dos oficiais no incessante progresso da arte da guerra, de modo a aparelhá-los para a utilização dos grandes meios, quando possível, e a desejar, e porfiarem sempre, para que atinjamos, materialmente, a um aperfeiçoamento que corresponda às idéias novas, que o progresso impõe. Adote-se, teoricamente, as idéias européias, mas não se perca de vista o que de real podemos fazer.

Também é falso atribuírem-se aos nossos vizinhos, possibilidades materiais que não têm, e tão cedo não possuirão. Sofrem eles o mesmo atraso que nós; suas estradas, longe dos centros populosos, se resentem dos mesmos males das nossas; suas possibilidades em equipamentos bélicos estão dependendo de indústrias ainda incipientes. Mas uma coisa é verdadeira e nela convém atentar — nas repúblicas do Sul do continente, a criação cavalária, como do gado em geral, sempre foi mais adiantada que no Brasil, produzindo espécimens bons, adequados ao serviço militar, e os fornece ao exército em quantidade suficiente.

Lá o *Problema da Remonta* está resolvido e satisfaz, lá, parece, o progresso não embarça o prosseguimento de um trabalho real.

CASA BALNEÁRIO

Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais Finos

Jorge Mont Serrat

RUA GERSON FERREIRA, 191-B — TELEFONE: 39-7417

RAMOS — RIO DE JANEIRO

RESERVAS

(VALORIZEMOS O NOSSO TRABALHO)

Cel. J. H. GARCIA



s países pobres devem formar reservas em qualidade e não em quantidade...

Se estamos empenhados em criar uma reserva com as finalidades definidas, a qualidade dessa reserva não pode deixar de nos interessar!

Pensar unicamente na quantidade na época das especializações em que vivemos e dispoñdo da matéria prima de baixo teor de que dispomos, é fazer como o avestruz! E nos enganarmos, é não querer-mos ver o dinheiro que pomos fora anualmente, não só o que gastamos com os homens que trazemos aos quartéis, como o relativo ao trabalho que esses deixam de produzir, ao tempo que perdem de sua formação e por último, ao desgaste do pouco material de que dispomos e que nos custa os olhos da cara.

Do contingente que põem à nossa disposição devemos escolher a parte melhor, aquela que vai recompensar o trabalho dos instrutores, o desgaste do material, enfim, os gastos da Nação.

As Forças Armadas não devem perder tempo com indivíduos retardados física, moral e intelectual-mente.

Devemos ser contra todos os meios que permitem o indivíduo válido escapar ao serviço militar!

Consideramos os CPOR instituições muito úteis, mas cujos programas precisam ser refundidos para deles tirar tudo que não é prático. O "metier" do oficial não

é difícil, podemos dizer mesmo que é fácil; um colegial ou acadêmico dedicado e decidido a empregar-se, em três meses de contacto intenso com o trabalho militar, fica em condições de conduzir a unidade elementar.

A guerra é prática, é execução...

Voltando à incorporação anual de que viamos tratando, devemos dizer que 25 a 30 %, ou mais, dos homens que incorporamos, isto afirmo com referência a uma unidade blindada, não vale o que se gasta com eles.

Qual a vantagem para a Nação trazer da lavoura ou da pecuária ou mesmo de alguma rudimentar indústria, um indivíduo, mantê-lo de 9 a 10 meses no quartel, mudar-lhe os hábitos, oferecer-lhe novas perspectivas e depois soltá-lo descrente de seus afazeres primitivos, trabalhosos e pouco rendosos, e incapaz para novas iniciativas?

— É mais um marginal...

Foi-se o tempo em que o indivíduo vinha aprender tudo no Exército! Continuar assim é por dinheiro e trabalho fora pela janela!

Precisamos valorizar o nosso trabalho no Exército!

50 % dos indivíduos em idade militar não têm interesse no quartel porque já têm interesse lá fora onde vivem; para os outros 50 % o quartel é um veraneio, corresponde a um ano sem preocupações, é uma aventura.

Os primeiros 50 % nos interessam e temos o dever, sob pena de

desacreditar nosso trabalho, temos o dever de aproveitá-lo bem, pelo menos para dar uma razão para seu afastamento de seus afazeres; dos segundos 50 % talvez se aproveite 20, os restantes constituem um peso morto que melhor era não entrar em nossos portões.

É necessário que a Nação saiba que não fazendo assim está gastando dinheiro toa: — com os professores e com os alunos.

O ideal seria que concentrássemos nossos esforços na formação de oficiais, graduados e especialistas ou qualificados!

Assim o dinheiro gasto era recompensado.

Em 4 meses de tempo integral um rapaz em idade militar, com o curso ginásial ou mais, familiariza-se com qualquer função em uma unidade.

Por exemplo na unidade que comandamos, quais as funções para as quais se forma o homem em 4 meses?

— Mecânico.

O Sargento Mecânico é um especialista, formado nas escolas, nós formamos apenas os cabos e os soldados: a afirmativa é válida para todos, pois, a prática, a experiência se adquire com o tempo.

É fácil fazer naquele tempo de um ginásiano ou colegial um sargento chefe de carro, como é fácil fazer um atirador de canhão, um rádio-operador, um motorista; há indivíduos com as primeiras letras apenas mas com índice intelectual alto que também oferecem boa margem de lucros.

Trata-se de saber, se tirados os rapazes que se destinam ao CPOR (todos os que têm o curso ginásial completo), sobram alguns que no ginásio ainda atingiram a idade do

serviço, os quais somados aos do curso primário com índice intelectual alto, constituem um número apreciável?

Ou, se tirados os do CPOR pouco ou nada restará ou melhor restará apenas o que recebemos comumente?

Neste caso não haverá remédio, pois, o que recebemos o é dentro da lei.

— É a lei, então, que não nos permite receber contingente melhor e tudo estará certo; a lei aproveita o melhor do contingente para a formação da reserva de oficiais o que está certíssimo e nós da tropa nada mais temos que nos contentar com "isso" que nos entregam, e disso fazer o melhor.

Já o problema não é mais nosso, é da Nação — criar as escolas necessárias e obrigar todos a frequentá-las, até que como — já acontece em certos centros, haja gente demais para o CPOR.

Para acontecer isso era necessário que o nosso índice de analfabetos descesse pelo menos para 25 %, o que não se conseguirá em menos de 20 anos na marcha em que as coisas vão: faz-se escolas para adultos, mas continuam faltando para crianças (é um dos nossos paradoxos).

Em conclusão

— precisamos valorizar o nosso trabalho no quartel, exigindo matéria prima melhor;

— precisamos diminuir ao mínimo possível as válvulas de escapeamento do serviço militar de indivíduos válidos... (física, moral e intelectualmente);

— precisamos pensar em reservas qualitativamente e não quantitativamente, é mais econômico.

LOTES, CASAS E SÍTIOS

A VISTA E A LONGO PRAZO

EM CAMPO GRANDE E OUTRAS LOCALIDADES

PROCURE A AGÊNCIA SOUZA — RUA CEL. AGOSTINHO — TELS.: 634 OU 96

CAMPO GRANDE

(N. 7)

DECÁLOGO DO PARA-QUEDISTA

Tradução livre do Coronel A. C. MONIZ
DE ARAGÃO

O Comando Alemão, considerando a índole do povo e os fins a atingir, orientou a educação do soldado aeroterrestre pelo seguinte decálogo:

O PARA-QUEDISTA

- 1º. Preza a luta e apresta-se para enfrentar-lhe os imprevistos e suportar todas as privações.
- 2º. Cultua a sã camaradagem a fim de que, auxiliado dos companheiros, venha a triunfar.
- 3º. Evita a crítica que corrompe e mina as convicções. Só as mulheres mexericam. Os homens agem. A indiscrição pode cavar-lhe a sepultura.
- 4º. É calmo, prudente, forte, tenaz e resoluto. Só o valor pessoal e o espírito ofensivo conduzem à vitória.
- 5º. Utiliza com escrupulo a munição. Aquêles que a desperdiça, somente para confortar-se a si mesmo, é, como

o soldado que deserta, indigno do título de pára-quedista.

- 6º. Não se rende. Vitória ou morte é a sua divisa.
- 7º. Vence, só quando obtém das suas armas o máximo de rendimento. Submete-se, pois, ao imperativo: "Primeiro o armamento, depois eu".
- 8º. Precisa conhecer todos os pormenores da missão a realizar, de modo que possa, se o comandante for posto fora de batalha, substituí-lo sem vacilação.
- 9º. Combate, com cavalheirismo, o adversário leal. Entretanto, não dá quartel aos guerrilheiros.
- 10º. Possui sentidos acurados e adaptáveis aos empreendimentos temerários. É veloz como o raio, valente como leão e duro como o aço Krupp. Só assim é considerado guerreiro alemão.

DEPÓSITO DE FOGOS SANTO ANTÔNIO

FOGOS — BRINQUEDOS — ARTIGOS PARA CARNAVAL — JOGOS
DEPOSITARIO DAS MELHORES FÁBRICAS DO BRASIL — VENDAS POR
ATACADO E A VAREJO — ARMAS E MUNIÇÕES — PÓLVORA PARA CAÇA

Américo de Mello

AVENIDA RIO-PETRÓPOLIS, 1601 A 1609 — TEL.: P. S. 1

DUQUE DE CAXIAS — ESTADO DO RIO

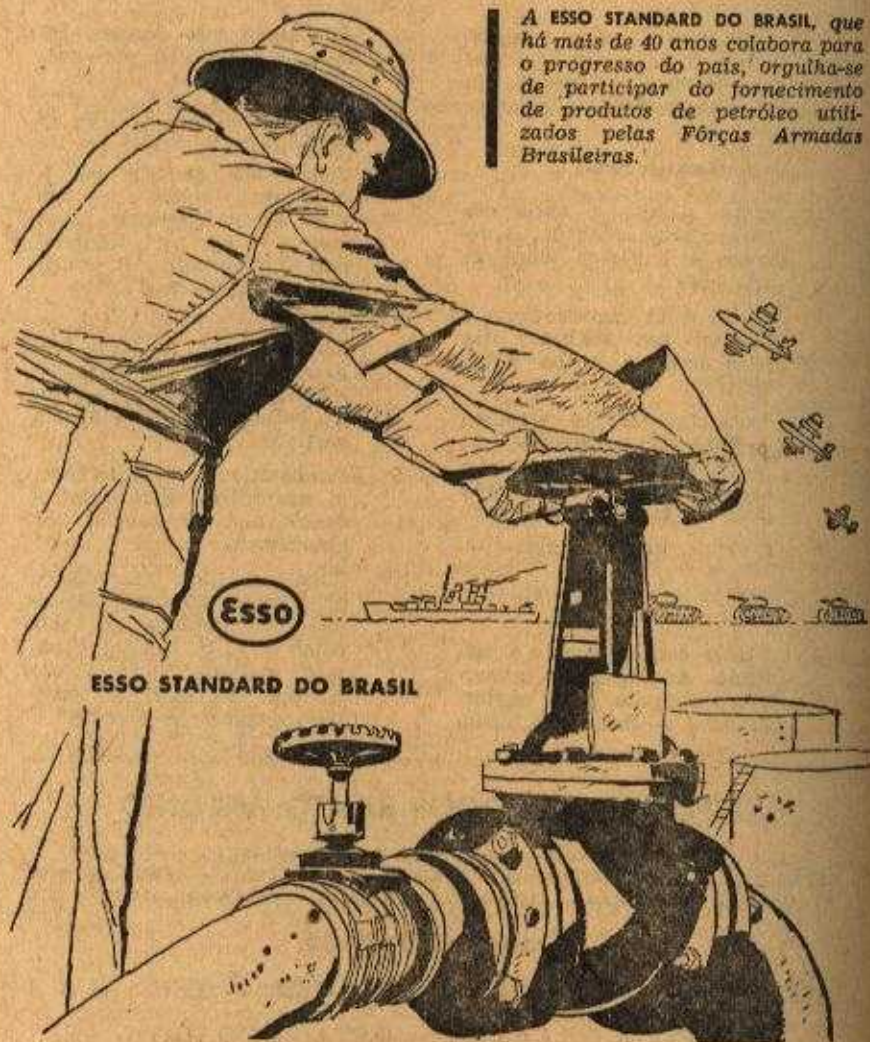
(N. 15)

É o grande propulsor...

...e está sempre presente, com a sua força e energia, impulsionando ou assegurando o funcionamento dos mais diversos veículos. Está nos poderosos "tanks" e nos velocíssimos aviões a jato; nos pesados caminhões de carga e nas rápidas ambulâncias; está nas imponentes aeronaves. Está em todas as máquinas utilizadas pelo homem de nossos dias.

Esse grande propulsor do progresso é o petróleo, cujos produtos representam a força e a energia da civilização moderna.

A ESSO STANDARD DO BRASIL, que há mais de 40 anos colabora para o progresso do país, orgulha-se de participar do fornecimento de produtos de petróleo utilizados pelas Forças Armadas Brasileiras.



ESSO STANDARD DO BRASIL

O TREINAMENTO FÍSICO NO EXÉRCITO

QUALIDADES E AÇÃO DO INSTRUTOR

Coordenação do Ten.-Cel. JAIR JORDÃO RAMOS

(Subsídio para Reorganização do C-21-20)

GENERALIDADES

As qualidades e a ação do instrutor são imprescindíveis na obtenção de resultados satisfatórios na execução de um programa de treinamento físico. O conhecimento do assunto por si só não é o bastante. O instrutor deve ser capaz de despertar o interesse dos soldados, estimulando-os para se entregarem de uma maneira integral e com ardor às atividades físicas. Somente uma boa liderança pode incentivar a cooperação e o entusiasmo na prática dessas atividades.

QUALIDADES

Além das qualidades próprias a qualquer instrutor, o oficial encarregado do treinamento físico deve, em particular, ser bastante hábil, enérgico e entusiasta. As atividades físicas, para terem êxito, devem ser conduzidas de maneira enérgica e persistente, dependendo muito da ação do instrutor. Os homens, quase sempre, refletem a sua atitude entusiástica ou indiferente.

O instrutor deve compreender a importância da sua missão e ter perfeito conhecimento das suas funções. Deve ser capaz de preparar, dirigir ou executar com eficiência, qualquer modalidade de trabalho físico. O domínio do assunto constitui o primeiro passo para desenvolver-lhe confiança, decisão, segurança e equilíbrio. O instrutor bem preparado e confiante obtém rapidamente o respeito e a cooperação de seus homens. Ao contrário,

quando sem preparo, hesitante e perturbado perde sempre a confiança e a cooperação dos instruídos, pouco ou quase nada produzindo em consequência.

A condução do treinamento físico nas melhores condições impõe por parte do instrutor o conhecimento da natureza humana. Ele deve saber avaliar as diferenças físicas, mentais e emocionais dos seus homens para conseguir um alto rendimento no trabalho. Quanto maior for a sua ação nesse sentido, melhores serão os resultados que alcançará.

Nenhum instrutor poderá obter sucesso no seu trabalho se não adquirir a confiança de seus homens, expressa pelo respeito que inspirar. Este, por sua vez, é resultante da experiência, personalidade, decôro, dignidade, dedicação, paciência, sinceridade, determinação, senso de justiça, energia e caráter.

A aparência pessoal e as possibilidades físicas do instrutor estão intimamente ligadas à sua capacidade de comando. Além de uma apresentação primorosa, ele deve ser capaz de executar tudo que exigir de seus homens, necessitando, por conseguinte, de boa postura, porte adequado dos uniformes e largo desenvolvimento de suas qualidades físicas e morais.

MOTIVAÇÃO

O êxito de um programa de treinamento físico exige uma coopera-

ção total dos homens. As diferentes modalidades de trabalho físico para atingirem seus objetivos, devem ser executados de maneira metódica, cuidadosa e intensa. Os pretextos para não realização dos exercícios devem ser evitados, cabendo ao instrutor, por conseguinte, procurar por todos os meios trazer os homens convenientemente motivados. Os processos mais eficientes para isso são abaixo indicados:

a. Todo o soldado deve estar convencido da necessidade da sua manutenção em ótimas condições físicas. O instrutor deve convencê-lo que um alto nível de preparo físico constitui um fator de sucesso e de sobrevivência no combate. Quando ele se convence que o trabalho físico pode lhe ser vantajoso, não será difícil conseguir a sua cooperação total.

b. Os jogos e desportos, pela atração que despertam, constituem as modalidades mais indicadas para obrigar o homem a perseverar na prática dos exercícios físicos. Assim, as demais formas de trabalho do treinamento rotineiro, sempre que for possível, devem ser associadas a eles. Ainda que compreendam perfeitamente o alto valor das diferentes formas de ginástica, dos exercícios de vivacidade, de corrida rústica, do atacar e defender e de percurso na pista de obstáculo os homens necessitam de um incentivo suplementar, tendo em vista estimulá-los no emprego dos seus esforços, dentro de um âmbito de sã recreação.

c. As competições devem ser bastante exploradas, colocando-se em confronto os homens, turmas ou frações de tropa. Fora das horas de treinamento físico propriamente dito cumpre ao Serviço Especial organizá-las com regularidade, procurando fazer todos os homens competirem.

d. Os oficiais devem tomar parte nos exercícios físicos, pois a sua participação constitui um incentivo para a tropa. Quando os soldados sentem que seus instrutores acreditam na necessidade de se manterem em boas condições físi-

cas, acompanham invariavelmente essa maneira de proceder.

e. Para certas modalidades de trabalho, a repetição dos exercícios é um bom recurso. Quando os homens sabem quantas vezes terão de repetir cada exercício por eles executados, são tentados a igualá-los ou aperfeiçoá-los em seguida. A contagem cumulada serve, então, como um meio para um auto-teste na qual os homens competem com seus próprios exercícios.

f. O emprego freqüente de homens como guias ou monitores auxiliares serve de estímulo para muitos deles. Empenham-se com alma pela deferência e geralmente correspondem a confiança neles depositada.

g. O emprego de uma determinada cadência para o conjunto de executantes constitui, também, um meio proveitoso de estímulo. Quando possível e for o caso, a música desempenha um importante papel na motivação.

h. A verificação periódica do treinamento é um processo valioso de motivação. Os homens devem ser constantemente postos ao par de seus programas e deficiências. Isto permitirá um interesse geral: uns sentem-se fortemente estimulados procurando alcançar o máximo do resultado, outros se esforçam para melhorar seus resultados nas verificações sucessivas ou competirem com seus camaradas para demonstrar melhor aproveitamento. Cabe ao instrutor lançar mão de todos os recursos possíveis para estimular o interesse e a participação no programa de treinamento físico.

i. Não existe meio eficaz para obter uma participação ativa e completa dos homens no treinamento físico, do que lhes dar um instrutor entusiasta e capaz. Um instrutor admirado e respeitado pelos seus instruídos, não tem dificuldade em obter-lhes uma cooperação total. Ele deve expor-lhes o valor militar das diferentes atividades e as razões da sua inclusão no programa, a fim de despertar neles o desejo da máxima aptidão. Deve tratá-los com consideração e não exigir deles esforços acima de suas pos-

sibilidades. Quando os trabalhos são conduzidos de maneira violenta e excessiva, mata o interesse, criando nos homens uma atitude antagônica para o instrutor e o programa, passando eles a olharem apreensivos para os trabalhos e simulando doenças em todas as oportunidades.

TÉCNICAS DE DIREÇÃO

O instrutor deve conhecer por experiência a técnica de execução dos diferentes exercícios, a fim de conduzir o trabalho nas melhores condições. É preciso que saiba aquilatar quais os movimentos mais fatigantes e difíceis, onde é provável a ocorrência de erros e qual a cadência apropriada para serem executadas.

O instrutor deve saber elogiar um bom desempenho da mesma maneira que censurar um mau. Quando um soldado executar de maneira excepcional um determinado movimento, a título de estímulo, é aconselhável mandá-lo executar perante a turma. É preciso aproveitar a oportunidade para louvar os menos hábeis, quando assim o merecerem. Deve saber distinguir, também, uma execução má, causada pela incapacidade do executante de outra motivada pela indiferença ou falta de esforço. No primeiro caso, deve ter paciência e compreensão, e no segundo, agir com firmeza e severidade. Jamais deve aplicar o sarcasmo e o ridículo, mas é útil, algumas vezes, empregar um prudente senso de humor.

O instrutor deve estar sempre senhor do assunto que vai ensinar. Mesmo que já tenha bastante experiência, deve analisar e estudar os pontos do programa a ministrar, preparando cuidadosamente o seu plano de trabalho, dentro de uma seqüência lógica e objetiva. Durante a execução da sessão, não deve recorrer a lembretes que possam prejudicar a continuidade do trabalho. Por isso mesmo, deve o instrutor se preparar convenientemente antes de assumir a responsabilidade de uma turma.

Nos exercícios que exigem a marcação da cadência é aconselhável

a utilização de um auxiliar experimentado para marcá-lo. Ela também poderá ser feita por todos os praticantes.

Os homens não devem permanecer por muito tempo em uma determinada posição, principalmente quando ela for muito forçada. Nenhum exercício deve ser repetido de maneira exagerada, a fim de não perder a sua forma adequada de realização. O instrutor deve ser intransigente quanto a maneira de execução dos exercícios, pois, mesmo a mais leve variação reduzirá grandemente o seu valor.

A continuidade no trabalho é uma necessidade, devendo ser evitadas as explicações demoradas. Via de regra, é preciso um esclarecimento completo somente quando da apresentação de exercícios ainda não conhecidos. Mesmo assim, nada de pormenores, pois estes são capazes de confundir mais do que auxiliar. Relativamente a correção dos erros, quando se tornar necessário, o instrutor deve corrigi-los imediatamente e em voz alta, empregando uma fórmula breve e imperativa. Se necessário, chamará a atenção do executante que necessitar de correção. Além disso, os monitores completam a sua ação, circulando entre as filas e corrigindo, com uma indicação preciosa e um gesto oportuno, os erros cometidos. No entanto, se qualquer homem exigir uma atenção especial, deve lhe ser dada uma instrução à parte, por um dos monitores, a fim de não prejudicar o trabalho do restante da turma.

Ao corrigir o instrutor deve empregar uma fórmula mais positiva do que negativa. Maior resultado é obtido quando se diz — "conserva seus joelhos unidos" de que "não dobre seus joelhos". É sempre melhor chamar a atenção para a forma correta de que a incorreta de um exercício.

O instrutor deve sempre se colocar num ponto donde possa facilmente observar cada um dos seus homens. No entanto, é de grande valor psicológico que, de quando em quando, participe dos exercícios, a fim de demonstrar as suas

possibilidades, tendo em vista aumentar a confiança dos seus homens. Neste caso, é preciso que seu auxiliar imediato dirija os trabalhos, porque é difícil fazê-lo enquanto estiver participando dos exercícios.

ASPECTO DISCIPLINAR

Sem perda da disciplina, é preciso que os exercícios sejam acompanhados de prazer e os homens a eles se entreguem com vigor, entusiasmo e satisfação. Por isso, não devem ser conduzidos como as sessões de ordem unida, de modo rígido e formal. De um modo geral, os exercícios feitos na posição parada ou marchando exigem uma certa ordem, ao passo que os executados correndo devem ser conduzidos sem rigidez, com ampla liberdade de movimentos e sem idéia de formação.

EFEITIVO DAS TURMAS

Para possibilitar um trabalho eficiente, a turma deve ter o efetivo máximo de um pelotão, isto é, cerca de 40 homens, a fim de permitir o máximo controle por parte do instrutor. A utilização de um só instrutor dirigindo um batalhão ou um regimento inteiro não conduz a resultados positivos. Os benefícios dos exercícios diminuem quando o número de homens exceder ao de um pelotão. Assim, numa subunidade melhores resultados serão alcançados se cada pelotão ou grupamento de trabalho equivalente executar os exercícios separadamente.

PAPEL DOS MONITORES AUXILIARES

Qualquer que seja o número de componentes de uma turma, torna-se necessário que o instrutor disponha de um certo número de monitores auxiliares. Eles cuidarão da preparação material, ajudarão na supervisão geral, marcarão a cadência quando necessário, dirigirão o trabalho da turma quando subdividida momentaneamente e assumirão a direção geral na falta do instrutor. Normalmente, a função será exercida por sargentos e cabos qualificados, mas qualquer elemento do pelotão convenientemente selecionado e preparado poderá exercê-la. Em princípio, no quadro do pelotão, para uma sessão de ginástica básica, por exemplo, será necessário um monitor para servir de guia, outro para fazer a contagem cumulada e um ou dois para a supervisão geral. Quando for o caso, um rodízio deve ser feito entre eles para não prejudicar os seus treinamentos.

Aos monitores auxiliares são extensivas todas as prescrições do presente artigo, dado o papel que desempenham no quadro do desenvolvimento do treinamento.

Bibliografia:

F.M. 21-20 do Exército dos Estados Unidos;

Manual C-21-20;

Manual C-21-5;

Pedagogia científica de Aguayo.

INDÚSTRIA DE TECIDOS PARANÁ LTDA.

FÁBRICA N. IGUAÇU — RUA SOROCABA, 60 — E.F.C.B.

ECONOMIZE O SEU DINHEIRO, COMPRANDO O TECIDO QUE NECESSITA DIRETAMENTE NA FÁBRICA PELO REEMBOLSO POSTAL. LONITA EM CORES FIRMES AO PREÇO DE CR\$ 45,00 O METRO. TRICOLINE DE 1ª A CR\$ 40,00. PEDIDOS A "INDÚSTRIA DE TECIDOS PARANÁ LTDA.". CAIXA POSTAL N. 47. RUA SOROCABA N. 60, EM NOVA IGUAÇU, ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A QUESTÃO DAS PONTES MILITARES

Ten.-Cel. D. ANGEL RUIZ MARTIN

Traduzido, "data vênia", da Revista "Ejército" (Espanha), de outubro de 1951, pelo Tenente-Coronel Floriano Möller

Há pouco mais de um ano tivemos a honra de fazer parte de uma comissão que, convidada pelo Exército Americano, visitou suas unidades de ocupação na Alemanha Ocidental. Visita de gratíssimas recordações pelas amabilidades e facilidades de toda ordem que nos cumularam os militares de todos os postos do que é hoje, indubitavelmente, o primeiro exército do mundo, tornando-nos sumamente agradável e simples o cumprimento da missão que o Alto Comando nos havia incumbido e bem assim, pelo que nos foi proporcionado observar, particularmente em relação à arma de Engenharia.

Entre as muitas coisas interessantes, chamou-nos especialmente a atenção a ponte de vanguarda com que dotaram suas divisões, mais do que propriamente pelo modelo em si, pelas reflexões a que sua presença na divisão e os esclarecimentos que por esse motivo obtivemos do amável Coronel de Engenharia que sobre a mesma proporcionou-nos os convenientes esclarecimentos técnicos.

Trata-se da ponte M 4, de carris de aço, sobre botes pneumáticos de 18 toneladas, capaz de dar passagem a cargas até os carros de combate de 50 toneladas. Esta capacidade de carga é necessária, porque como é sabido, a divisão normal americana dispõe organicamente, de 143 carros Pershing de 46 toneladas.

Ao assistirmos o lançamento de um lance de ponte, o nosso amável informante nos fez observar que o intervalo adotado primitivamente

entre os carris de aço era inferior à largura entre as lagartas dos carros modernos, pelo que haviam tido que deslocar um dos carris para jusante, de modo que a ponte havia ficado algo descentrada em relação aos suportes flutuantes; também teve que ser dotada de um taboleiro intermediário de madeira, para poder permitir a passagem das viaturas cuja largura não coincidia com a dos carros. Daqui se tiram desde logo, duas conseqüências: — a de que se deve preferir as pontes de taboleiro às de carris já que a estas, por vezes se torna necessário colocar um taboleiro, e bem assim, ao escolher modelos de pontes regulamentares, deve-se fazê-lo com bastante margem de segurança, não só de capacidade de carga, senão também de largura de taboleiro, sob pena de que se torne estreito em prazo relativamente curto; é preciso se ter bem presente que este material é demasiado caro para abandonar despreocupadamente, a três por dois, milhares de metros de ponte ainda em magnífico estado de conservação, pois o material de equipagem envelhece muito lentamente.

O taboleiro dessa ponte, como ficou dito, é colocado sobre apoios flutuantes, se bem que quando não haja água, os botes inflados possam ser apoiados sobre o leito do rio, servindo de cavaletes, mas isto não é aplicável em caso de margens muito íngremes, em cuja hipótese se deve recorrer à ponte Bailey.

Todo o material das equipagens de pontes mais leves foram concen-

tradas nos Parques de Exército para emprego em casos especiais. A ponte Bailey não figura na dotação da Divisão, mas se encontra nas "Companhias de Pontes" atribuídas aos C Ex e GG UU superiores.

Abstraindo-se o fato de que não necessitamos de ponte de 50 toneladas nas DI espanholas, uma vez que esta não tem elementos que cheguem a pesar 10 toneladas, tão pouco nos convém que nossa ponte divisionária seja sobre suportes flutuantes, mas sim sobre apoios fixos, porque nosso problema freqüente não é o de passar um rio, mas o de vencer brechas quando, por exemplo se transpõe os Pirineus. Sem nos intrometermos tão pouco no detalhe da estrutura das pontes, fixamos nossa atenção no fato de que a Divisão leva uma ponte para 50 toneladas, enquanto que o material de pontes mais leve passou para os "escalões superiores", ou seja precisamente o contrário do que até poucos anos era tradicional e lógico, que, a medida que o escalão era mais elevado, mais pesado fôsse sua ponte.

Antes que se generalizasse o emprego dos carros de combate e estes aumentassem sua tonelagem muito além das grandes peças de artilharia, o que servia de base para fixar o tipo de ponte de uma GU, era a artilharia que contava, já que esta era a cagra mais pesada. Como além disso, as peças mais pesadas tinham em geral maior alcance e, portanto, passavam a brecha mais tarde, o problema consistia em lançar primeiro uma ponte leve, o que era feito com rapidez. Enquanto passavam os elementos divisionários, o C Ex podia reforçar a ponte ou lançar outra mais pesada para seus elementos; em seguida, o Exército voltava a reforçar ou lançar outro tipo ainda mais pesado e resistente, para que pudessem transitar suas cargas; finalmente se construía a ponte definitiva.

Hoje o problema está diametralmente invertido. Salvo o caso de posições fortemente organizadas, que se tenha que romper com divisões normais (se bem que seja

freqüente em alguns exércitos reforçá-las com "carros de rutura" que são os mais pesados de todos), os carros de combate constituem as pontas aceradas do ataque; são os primeiros que têm de passar para o outro lado do obstáculo, e por onde eles passarem... poderá passar tudo o que vier depois.

Esta conclusão parece levar-nos de chofre a outra: bastará dispor de um tipo de ponte sobre suportes fixos e outro sobre suportes flutuantes ou melhor ainda, de um só tipo com ambos os tipos de suporte, tal como a ponte Bailey, capaz de dar passagem aos carros mais pesados, para se ter resolvido o problema das pontes regulamentares. Para que mais tipos?

Efetivamente, de um ponto de vista puramente teórico, e feita abstração da conveniência ou não de manter materiais em serviço, dos quais pode haver muito estoque e que por suas características ainda possam prestar muitos bons serviços, a solução da "ponte única" parece perfeita, à primeira vista. Simplifica a instrução, simplifica também a construção e a conservação; proporciona o máximo aproveitamento de elementos recuperados em pontes destruídas ou parcialmente danificadas, e inclusive, é mesmo provável que, com tal solução, a extensão total de ponte disponível pudesse ser menor. Mas... na prática poderá ser real tanta beleza?

Ao escolher-se a ponte adequada para uma determinada missão, deve-se ter em conta os dois dados seguintes: — a velocidade de lançamento e o peso por metro linear de ponte (problema de transporte). A estes dados puramente "táticos", deve-se acrescentar outro interessante, e é a economia em dinheiro, secundário na guerra e a economia de matérias-primas, assunto mais importante.

A velocidade de lançamento é importantíssima, sobretudo quando se trata de forçar um rio cuja margem contrária está ocupada pelo inimigo (o mesmo sucede, em menor escala, em caso de brechas).

Não se pode começar então com o lançamento da ponte; tem-se que passar elementos para o outro lado, que assegurem a posse de uma cabeça de ponte mínima que torne possível o trabalho de construção; os primeiros elementos serão muito ligeiros, mas em seguida se tem que passar os elementos anti-carro, metralhadoras antiaéreas e, o mais cedo possível, por questões de ordem moral, certa quantidade de artilharia. A seguir, se necessitarão também de viaturas de remunciação, ambulâncias, etc.; todos estes elementos não podem passar em embarcações, nem mesmo em passarelas e quanto à passagem por meio de portadas, tem-se que ter em conta seu escasso rendimento, o que é feito com material de pontes, retardando-se sua construção, tanto mais quanto mais pesado seja o tipo de ponte com cujo material se trabalha. Se se trata de brechas não resta nem o recurso das portadas. Faz falta dispor-se de uma ponte, o mais cedo possível.

Se o inimigo é poderoso e está bem fortificado, o problema pode se converter num círculo vicioso. Para lançar a ponte tem-se que conquistar uma cabeça de ponte; mas, para sua conquista são imprescindíveis os carros, e para que estes passem, é necessário lançar a ponte...; então, não há solução e é muito provável que a operação fracasse, a não ser que se possa resolver o problema com pára-que-distas...

Se o inimigo não está muito forte, nem sua fortificação é poderosa, — que será o caso normal, uma vez que aquele que ataca elege a "direção de esforço", e não querera se ver envolto no problema inverso; nesse caso, não fazem falta os carros nos primeiros momentos (ainda que tenha que passá-los o mais cedo possível para iniciar a exploração); mas então é provável que o ataque possa progredir com certa velocidade, pois que deve ser impulsionado decididamente para aproveitar a brecha ao máximo, antes que afluam reservas inimigas. Mas, ao distanciar-se a infantaria,

a artilharia vai ficando fora de alcance e há necessidade de avançá-la também.

Além disso, os elementos transportáveis em embarcações isoladas ou passarelas (infantaria, sapadores, cargas em lombo de animais, viaturas de pequena tonelagem, etc.), são atravessadas e a seguir, fazem falta também na outra margem, elementos mais pesados para os meios de passagem citados, mas cujas características não exigem ainda a ponte pesada (ambulâncias, material de engenharia, viaturas de munição, artilharia de pequeno calibre, etc.), não podendo admitir-se uma interrupção na passagem durante muitas horas, por questões de ordem material e, sobretudo, por questões de ordem moral. A infantaria, que já está do outro lado, *necessita sentir* que a travessia continua; que ela não está abandonada e destinada ao sacrifício, com um rio às suas costas e à mercê de uma reação inimiga, tanto mais provável quanto mais tempo transcorrer. Entretanto, não haverá necessidade de recorrer ao passado, mas sim a uma solução intermediária.

Admitindo-se um rio de 80 metros de largura, com os pontões de uma unidade de engenharia (material atual) pode-se atravessar a infantaria de uma divisão em 18 vagas, a 15 minutos por vaga, num total de 4 1/2 horas no máximo; em cada vaga transporta-se o efetivo equivalente a um meio batalhão. Para se dispersar a atenção e evitar o fogo concentrado do inimigo, é conveniente efetuar-se a travessia, pelo menos, em dois pontos diferentes para cada divisão, se bem que próximos entre si, compreendendo também um local, que se tratará de isolar, para construção da ponte na fase seguinte.

* *

A ponte Bailey em sua estrutura mais simples (SS), é lançada à razão de 5 1/2 minutos por metro linear "com bom tempo, de dia e sem fogo inimigo", conforme os termos

do manual americano (os ingleses nos dão 6 minutos), mais duas horas para preparação dos encontros. Para a largura do rio considerado (80 metros), teremos 9 1/2 horas. Ter-se-á que esperar, para iniciar o lançamento, que a infantaria tenha se distanciado um tanto; mas, ainda que se começasse a construção da ponte ao mesmo tempo que sejam lançados os primeiros pontões, teriam transcorrido 5 horas desde a passagem do último infante até que possa passar a primeira viatura: — 5 horas de interrupção ou talvez mais.

Com a ponte espanhola "P-10" se podem vencer esses 80 metros em 5 1/2 horas com uma ponte para 5 toneladas, que pode dar passagem a muitos elementos e em uma hora se pode converter essa ponte de 5 toneladas em ponte reforçada para 10 toneladas, pela qual podem passar todos os elementos da divisão e a maioria das do C Ex normal. A descontinuidade na passagem ficou reduzida a uma hora ou pouco mais, ainda que, como ficou dito, esse tipo de ponte não permite a passagem dos modernos carros de combate e outros elementos mais pesados, nem a podemos deixar indefinidamente, pois tem que ser substituída em seguida por outra mais pesada e, se for possível, por uma de tipo semi-permanente, cuja construção convém que comece ao mesmo tempo que a "P-10".

A questão de rendimento nos aconselha dispor de mais de um tipo de ponte.

Do ponto de vista do peso do material, quanto mais pesado for este, e o é em proporção à sua resistência, mais lento se tornará seu lançamento; mas, além disso, maior peso supõe mais viaturas, o que não só quer dizer mais gasolina, senão também aumento do número de viaturas e do comprimento das colunas e, com isso, da visibilidade e vulnerabilidade das mesmas. A dotação de 42 metros da ponte espanhola PV-20 (para 20 toneladas) é transportada em 7 viaturas leves e 4 médias; se se tratasse da "P-10" (que permite a passagem de todos

os elementos orgânicos da Divisão espanhola) bastariam 5 viaturas. Adotada a Bailey SS (a estrutura mais simples da Bailey, que permite a passagem de cargas de 10 toneladas em vãos de 27,5 metros ou de 20 toneladas em vãos de 21 metros), necessitar-se-iam de 11 viaturas leves e 6 médias. Como se vê, as diferenças são muito apreciáveis, apesar da pequena extensão de ponte considerada.

Também a questão peso aconselha dispor de mais de um tipo de ponte. Finalmente, a razão econômica (dinheiro e matérias-primas) advogam no mesmo sentido. As pontes militares de tipo regulamentar caracterizam-se pela intercambiabilidade das peças idênticas, cada uma das quais tem que ter a resistência capaz de suportar a fadiga a que for submetida quando esteja situada no ponto mais desfavorável, no maior vão e máxima carga para a qual está destinada a ponte. Por essa razão e pelo limitado período de emprego provável, permitem coeficientes de trabalho que seriam inadmissíveis na vida civil; — a maior parte das peças de uma ponte trabalham muito abaixo de suas possibilidades, circunstância que se acentua quando a ponte tem um vão muito menor que o máximo possível ou quando as cargas que circulam por ela, são inferiores às máximas consideradas em seu cálculo.

Há sempre e fatalmente um desperdício de material que não se poderia evitar senão construindo uma ponte especial para cada caso particular, como se faz na vida civil, o que é impossível nas pontes de equipagem regulamentares, pois não sabemos de antemão em que condições irão trabalhar. Mas, deve-se procurar evitar esse desperdício da melhor maneira possível.

Seria sensato colocar uma ponte para carros de 60 toneladas em uma trilha de montanha? Se se trata de uma estrada que, por suas características técnicas — sua largura, seu revestimento, suas curvas, largura e capacidade de suas obras darte não vá permitir a passagem de semelhantes carros, dever-se-á colo-

car num determinado ponto da mesma, uma ponte de semelhante categoria? Afora o desperdício de material, e o excesso de peso a transportar, o tempo de lançamento não só será superior ao que seria possível com outro tipo mais leve, senão também que é muito provável que se veja aumentado pela necessidade de reparar ou melhorar os encontros da obra darte destruída, e que pretendemos substituir.

Como vemos, são muitas as razões que na prática se opõem a essa "solução ideal" da ponte única, a que parecia conduzir-nos o fato real

de que hoje em dia as cargas mais importantes vão à frente, invertendo-se o princípio antigo de reforços sucessivos.

De qualquer maneira, como a vantagem da ponte única é evidente, o engenho humano vem se esforçando em resolver o problema e nos tem proporcionado tipos cada vez mais perfeitos. A ponte de vigas armadas já era um tipo que, mediante a colocação de duas, três ou quatro vigas, permitia resistências diferentes para um mesmo vão, ou vãos diferentes para uma mesma capacidade de carga, se bem que o

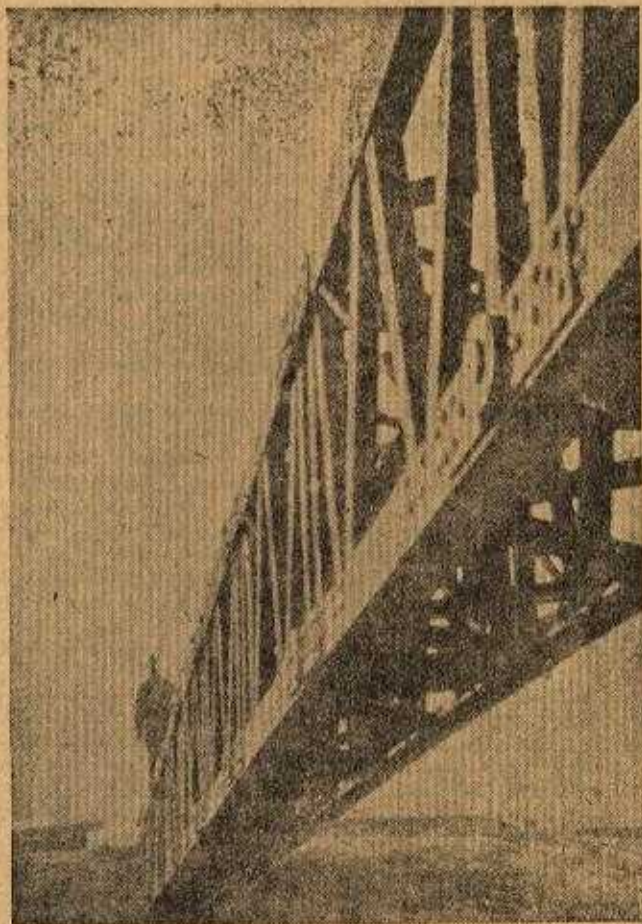


Fig. 1 — Viga Armada

elemento de viga era demasiado pesado e sua montagem lenta e complicada.

A guerra passada fez surgir a ponte Bailey, a que nos referimos repetidamente, tomando-a como termo de comparação, por considerá-la a mais perfeita das que conhecemos em serviço, se bem que a ponte tipo HG-30 (espanhola), em experiência (para ferrovias) está, pelo menos, tão bem concebida quanto ela.

Dispensamo-nos de entrar em pormenores a respeito da ponte Bailey por ser suficientemente conhecida dos leitores. Só queremos chamar a atenção, uma vez mais, a respeito da enorme vantagem que representa dispor-se de um modelo que permite, variando a disposição de seus elementos, obter-se diversas estruturas de modo a vencer-se vãos até de 220 metros para cargas de 36 toneladas e de 170 metros para cargas de 90 toneladas sobre apoios fixos, servindo esses mesmos elementos para a construção dos cavaletes ou pilares necessários e construir também, sobre pontões, quatro tipos de ponte (leve, normal, reforçado e pesado).

É uma ponte ideal, que basta para resolver o problema da construção de pontes de grandes vãos para quaisquer tipos de carga, o das pontes para grandes cargas e os das cargas normais para qualquer vão. Em síntese, é, a nosso juízo, a ponte que se deve colocar sempre com caráter semi-permanente. É também a melhor ponte para suportes flutuantes destinada a dar passagem ao grosso dos Exércitos ou a manter-se em serviço durante um dilatado período, ou seja, até que a construção da ponte semi-permanente venha resolver definitivamente o problema da passagem. Mas a consideramos excessivamente pesada e de construção demorada, mesmo em seu tipo mais simples (SS), quando se trata de operações em teatros em que não seja possível o emprêgo de carros de combate, e principalmente para dar passagem às tropas que devem conquistar a cabeça de ponte.

Em consequência, tem-se que dispor abaixo dela, de um tipo mais

leve sobre cavaletes e sobre pontões e abaixo desta é necessário ainda contar com passarelas que permitam maior rapidez na passagem das tropas, que por sua vez têm que conquistar a cabeça de ponte que permita o lançamento dessa primeira ponte leve. Tanto as passarelas quanto a ponte leve devem ser fundamentalmente fáceis de lançar, já que sua missão é apenas ganhar tempo para a construção da ponte tipo Bailey, que resolverá definitivamente o problema da travessia.

As pontes para ferrovias mereceriam um capítulo a parte. Essa ponte Bailey (ou semelhante à Bailey da qual não dispomos por ser material estrangeiro, mas à qual nos temos referido por não haver ainda um modelo espanhol semelhante, se bem que é bem provável que não estejamos longe dele) é capaz de dar passagem às maiores cargas das que transitam pela via ordinária; mas estas são ainda muito inferiores às que supõe um extenso trem de suprimentos; para o que não foi concebida.

Se, enamorados do ideal da ponte única, quiseramos que esta desse também passagem aos trens ferroviários, ter-se-ia que dar a seus elementos componentes uma resistência tal que a tornaria inexecutável para a sua missão principal, que é a de dispor de uma ponte leve (vãos curtos e médios em estradas de rodagem, que é o caso mais frequente), e precisaríamos não um, mas dois ou três tipos de ponte mais leves, distanciando-nos precisamente do ideal que buscávamos.

Por isso, acima dessa ponte "mecano" precisamos de um tipo especial para ferrovias, problema para o qual cremos que teremos solução em breve com a nossa "RG-30".

Em resumo, cremos que a gama de pontes regulamentares deve compreender uma ponte-mecano semelhante em sua concepção à Bailey, atendendo às necessidades da passagem de cargas compreendidas entre 20 e 70 toneladas para todos os vãos previsíveis. Outro tipo semelhante, ou melhor ainda, o mesmo,

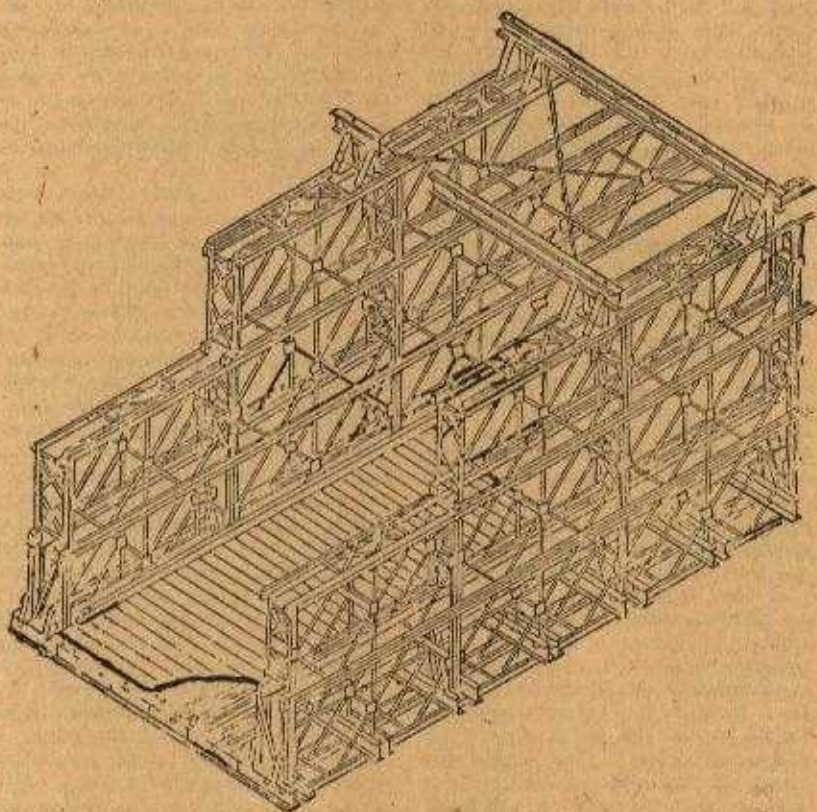


Fig. 2 — Ponte Bailey-Perspectiva

sobre pontões. Abaixo desta ponte-base é preciso dispor de outro tipo para a passagem de cargas entre 2 e 10 toneladas, que deve ter como característica principal a rapidez de lançamento e construção. Mais abaixo ainda, as passarelas e, para o caso de rios invadeáveis, os pontões isolados, dos quais também é preciso contar, ao menos, com um tipo a remo para a travessia de surpresa e outro de propulsão a motor para a passagem a viva força, sendo bastante conveniente que os pontões das pontes sobre suportes flutuantes sejam utilizáveis para a transposição por meios descontinuos, como sucede com as nossas atuais equipagens em serviço. Acima da ponte-base deve haver um modelo para

ferrovias, possivelmente dois, sobre suportes fixos, em qualquer caso.

Naturalmente, vimos arrazoando independentemente do material existente, que pode obrigar a adotar soluções diferentes das que se adotariam se se tratasse de "montar um Exército novo", partindo do nada. Este caso não existe praticamente em países civilizados, com um pouco de história militar. Quando um país se viu recentemente envolvido em uma guerra de certa importância e, consideramos como recente um prazo de uns trinta anos, encontra-se, ao chegar a paz (e este é o nosso caso), com um estoque de material de todo o gênero que freiam enormemente toda idéia de reforma audaz. Não há

país, por mais potente que seja que possa jogar fora o material de seu Exército para substituí-lo integralmente por outro mais moderno, quando este Exército tem aspecto de verdadeiro Exército e não o de simples polícia uniformizada com mais ou menos pretensões.

Lembramo-nos perfeitamente que tratando da evolução do armamento básico da Infantaria com um técnico americano, ao expor-nos este, que seria ideal chegar a uma arma mais potente que sua carabina, mas menos pesada que seu fuzil, lhe perguntamos a razão pela qual não abordavam decididamente a reforma se viam sua conveniência, ele nos contestou que "tinham uma quantidade enorme de fuzis e munição que não se podia jogar fora assim no mais". Isto dizia um representante do país do dólar! Imagine o leitor o que será o problema nos países da ordem do nosso.

É fácil criticar o Alto Comando do posto, modesto enfim, de um oficial de fileira e mesmo de um mais elevado, — de Comandante de uma unidade de determinado escalão. É muito fácil dizer que "o batalhão devia ter mais quatro canhões anticarro", mas quasi ninguém se preocupa em multiplicar esse 4 pelo número de batalhões, e, muito menos o total pelo custo de um canhão anticarro e sua dotação em munição. E o mesmo que

acontece com os aumentos de dotação, sucede com as mudanças de modelos. Se o segredo não selasse os lábios dos que, nos altos órgãos do Exército estão encarregados de fazer esses cálculos, assombrariam os críticos com cifras pavorosas e incríveis.

O material de pontes não é uma exceção. É caro e as cifras das necessidades de cada modelo se contam por quilômetros, e, por quilômetros também se contam as existências desses outros modelos que reconhecemos que ainda podem ser úteis, mas se nos parecem antiquados (e o são em realidade, comparados com os tipos mais recentes). Abandonar um tipo que ainda pode prestar algum serviço, admite jogar-se pela janela muitas toneladas de material, muitos milhões de pesetas, milhares e milhares de horas de trabalho; adotar um novo modelo equivale a enfrentar-se com multíssimos mais milhões, muitíssimas mil horas de trabalho e um consumo de matérias-primas que, o efetivar-se em curto prazo, repercutiria no mercado econômico.

Por isso, se no estudo da evolução se pode e se deve ir "à toda" e ter-se sempre em conta esta evolução para o futuro, na sua realização prática tem que se ir forçosamente devagar. É fácil especular com o que deve ser, mas não é tão fácil realizar o que pode ser.

FUNDIÇÃO SUBURBANA

MECANICA EM GERAL

Funde-se Ferro, Bronze, Alumínio, Cobre, etc -- Executa-se qualquer
Modelo de Fundição

Francisco Garcia & Filhos Ltda.

TELEFONE : 29-8860

RUA JOAO MACHADO, 161 — IRAJÁ — RIO DE JANEIRO

(N. 16)

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON

Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro

EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES

Maj. RUI ALENCAR NOGUEIRA, Instrutor
da Escola de Aeronáutica

A DIVISÃO BLINDADA

1. A Divisão Blindada caracteriza-se pelo extraordinário poder agressivo e de penetração em território inimigo, constituindo um equilíbrio perfeito de Armas e Serviços, tendo por base os blindados.

Sua grande mobilidade, seu extraordinário poder de fogo e o coureamento da maioria das suas armas, permitem ações independentes, dentro de certos limites, longo raio de ação e potência de choque.

Sob o comando de 1 General de Divisão, constitui-se de:

- Estado-Maior (1ª, 2ª, 3ª e 4ª Secções e Estado-Maior Especial);
- Tropa;
- Serviços.

A D.B. é disposta para o combate da seguinte forma:

- 3 Grupamentos Táticos (GT-A; GT-B; GT-R) todos comandados por Generais de Brigada;
- 1 Regimento de Reconhecimento Mecanizado;
- Trens da D.B.;
- Artilharia Divisionária (3 Grupos de Obuses 105 Blindados e 1 Grupo de Canhões automáticos antiaéreo Autopropulsado);
- Serviços.

Com os seus 3 Batalhões de Carros de Combate Médios e os 3 Batalhões de Infantaria Blindada, adi-

cionando subunidades oriundas do Regimento Mecanizado, pode formar os Grupamentos Táticos consoante as necessidades do combate.

Normalmente eles têm a seguinte formação:

- 1 Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado;
- 1 Batalhão de Carros de Combate Médios;
- 1 Batalhão de Infantaria Blindada.

Ha, ainda, as seguintes Unidades e Subunidades:

- 1 Cia. do Q.G.;
- 1 Cia. de Polícia Militar;
- 1 Cia. de Comunicações;
- 3 Comandos de Grupamentos Táticos (A.B.R.);
- 1 Batalhão de Engenharia Blindada.

Os Trens apresentam maior vulto que os das demais Divisões e compreendem:

- 1 Cia. de Comando;
- 1 Batalhão de Intendência;
- 1 Batalhão de Manutenção (compreendendo a manutenção de toda espécie de carros de combate, viaturas e armamento);
- 1 Batalhão de Saúde;
- 1 Banda de Música.

O problema dos suprimentos, principalmente combustíveis e munição, apresenta-se muito sério, tendo em conta o grande raio de

ação e o aprofundamento no território inimigo. Daí a existência do Batalhão de Intendência.

Esta Grande Unidade é extremamente sensível aos campos minados, terrenos desfavoráveis, escuridão, más condições atmosféricas e ao apoio logístico.

Agindo isolada ou combinadamente, pode:

- atuar ofensivamente nas retaguardas inimigas;
- romper uma frente de cobertura;
- apoderar-se de terreno importante;
- atacar de surpresa;
- destruir unidades blindadas inimigas;
- perseguir o inimigo;
- aproveitar o êxito do ataque;
- executar movimento de grande amplitude.

O elemento de "choque" é constituído pelos Batalhões de Carros.

A Infantaria Blindada (Batalhões) é a Unidade poderosa e móvel, de couraçamento leve, podendo deslocar-se nos próprios veículos o mais à frente possível, só desembarcando quando o fogo inimigo obriga.

No entanto, infantaria-carros agem em íntima coordenação e, apoiados pela artilharia, pela engenharia blindada e pelos serviços, levam de vencida as posições inimigas de maior resistência.

A Artilharia é autopropulsada, isto é, os seus canhões estão localizados em carros de combate, o que lhe permite acompanhar bem de perto os Batalhões.

A D.B. opera no âmbito do Corpo de Exército ou diretamente para o Exército, caracterizando-se pelo emprego em massa, ação de surpresa e manobra na direção decisiva.

COFRES OCIDENTAL

ESPECIALIDADE EM COFRES EM GERAL — PORTAFORTE PARA ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

SEGURANÇA, PROVA DE FOGO E ARROMBAMENTOS

AVENIDA DR. MANOEL TELLES, 54 — TEL. : P. S. 1

DUQUE DE CAXIAS — ESTADO DO RIO

(N. 13)

BORUP & CIA.

FABRICA DE ROLHAS METÁLICAS

RUA JOSE BONIFACIO, 694-708 — TODOS OS SANTOS — CAIXA POSTAL,

AGÊNCIA MEYER, N. 3 — RIO DE JANEIRO

A ALMA DO EXÉRCITO

Maj. NEWTON C. DE ANDRADE MELLO

EXPLICAÇÃO

Buscamos o motivo e o título deste artigo num original do Maj. G. Fieling Eliot (da reserva do exército dos EE.UU. e conhecido comentarista militar e político). Publicado na "Military Review", edição brasileira, muitos camaradas o terão lido e, como nós, fremido de emoção. Comentando-o nas páginas da "A Defesa Nacional", objetivamos difundir-lo ainda mais. Para que se notem semelhanças; para que se pasme com dessemelhanças; para que se desperte o porventura adormecido espírito da tradição nos mais vividos e se crie este espírito nos que começam a viver, nos que têm por diante uma estrada ainda longa e irisada pelo sol da esperança e do entusiasmo; para que eles não cometam os erros que outras gerações cometeram; para que, enfim, não vacilem entre "um exército combatente digno de confiança e uma burocracia fardada".

PERDA DE INICIATIVA

"Com a progressiva diminuição da iniciativa, no exercício da responsabilidade individual dos comandantes de regimento, batalhão, companhia e bateria, que restará aos tenentes?" "Os oficiais de uma companhia, por sua vez, procuram desesperadamente, por meio das mínimas cousas, impor seu prestígio nas subunidades, subtraindo aos sargentos qualquer vestígio da autoridade que desfrutaram em outros tempos. O antigo sargento-ajudante do regimento era uma figura respeitável — lembram-se? Hoje, não é mais do que um chefe

burocrata do gabinete do Ajudante (perdoem a um velho soldado — naturalmente refiro-me ao gabinete do S-1). O 1º Sgt. era o braço forte e a mão direita do capitão. Atualmente, não é mais do que um mensageiro do "administrador da subunidade", o subtenente".

Bons tempos aqueles, os da autoridade do brigadeiro! A tarimba, a respeitabilidade, o conhecimento amplo de suas atribuições, o bom senso aprimorado com a idade — tudo o fazia uma figura destacada no regimento. Tanto quanto a do comandante, se não exageramos. Hoje, tem lugar o primado dos intelectuais. Cursos, promoções, oficialato. Onde a experiência? Onde o respeito que inspiram as câs honradas, câs que se criaram na árdua labuta de anos e anos dedicados ao cumprimento do dever?

ESPIRITO DE CORPO

O Maj. Eliot passa a apreciar a dificuldade em criar ou manter o espírito de corpo: "O sistema apodera-se deles (refere-se aos conscritos) desde o princípio. Eles são administrativamente processados, classificados e designados para uma unidade de instrução, entre estranhos. Nunca chegarão a sentir qualquer espírito de afinidade ou de corpo — de que lhes serviria, se irão permanecer ali por pouco tempo? Ao completarem a instrução, a maioria deles irá para a Europa ou Extremo Oriente. Viajam com estranhos e são classificados em unidades onde são desconhecidos. Depois é que começarão a adaptar-se, a sentir que integram uma organização, especialmente se a mesma for boa, dotada de espí-

rito de corpo e de comandantes competentes. Naturalmente, os sargentos que os receberam e iniciaram seu aperfeiçoamento, são transferidos antes que cheguem a conhecer-se; seus oficiais constantemente são mudados. Mas, de algum modo, começam a adaptar-se e, então, seu tempo está findo e são recambiados para os EE.UU. e classificados numa ou noutra unidade, a fim de completarem as últimas semanas de serviço. Em seguida, são submetidos a um novo processo burocrático e desligados do serviço ativo".

Sob certos aspectos, somos mais felizes, pois que não temos contingentes no exterior nem o problema duma guerra como a da Coreia. Mas, que dizer do escasso tempo de serviço do conscrito? Que dizer dos efetivos reduzidos, das tremendas dificuldades de instruir, administrar, alimentar, alojar, viver, em suma? Com tantas e tais servidões, como pode uma unidade ser ela mesma, ser um todo, ser um organismo íntegro? Não calquemos a tão batida tecla das dificuldades de vida, que afastam e desviam atividades, antigamente consagradas por inteiro ao regimento, ao batalhão, à bateria. Que fazemos nós, para aliviar as consequências do plano inclinado? Extinguimos unidades; alteramos as designações de outras; transferimo-las de sede; incorporamos umas a outras. Pouco depois de sua chegada ao Rio, o II-1º R.O. Au.R., que combatera na campanha da Itália e lá disparara a primeira granada de artilharia brasileira jamais lançada em terras européias, e que se originara no tradicional 1º G.A.Do. de Campinho, aquele Grupo diluiu-se no antigo 1º RAM (Regimento Floriano), integrando o atual 1º R.O. Desapareceu o G.A.Do. Desapareceu o seu rebento, que tão valorosamente se conduziu face ao inimigo, honrando as tradições da arma de Mallet.

Além-mar, fizeram pior: "Tomemos um dos nossos mais antigos regimentos — o 3º de Infantaria. Ele data de 1784. Progredia na vanguarda, no ataque a Chapulte-

pec. Cobriu a retirada do desbaratado exército da União no desastre da primeira batalha do Córrego do Bull". "O 3º foi o único R.I. regular que combateu bem em toda a guerra, desde o Córrego do Bull até Appomatox, com o exército do Potomac. Foi conhecido no exército como "A Velha Guarda", por mais de um século. Que fez esse velho e magnífico regimento nas duas Grandes Guerras? Nada. Acreditem ou não, nada. Nunca entrou em combate. A última vez que o 3º ouviu um tiro em campanha foi nas Filipinas, em 1916. Nas duas Grandes Guerras, o sistema não encontrou um lugar para ele". Como se não bastasse, extinguíram em 1946 a "Velha Guarda", por considerarem-na em desacordo com os quadros de organização. Eis que o Gen. Collins, feito subchefe do Estado-Maior, consegue reorganizar o 3º Regimento. Sua obra, todavia, dura pouco, e a "Velha Guarda" transforma-se num regimento de cerimônias. Comenta Eliot: "Que desperdício da verdadeira essência dos exércitos!" "Isto não pode ser avaliado em dólares, nem adicionado às complicadas cifras do orçamento militar".

O REVERSO

Mas aportemos em outro canto do mundo, onde as lendas remontam aos fastos das legiões romanas e de aventureiras viagens de normandos onde a existência nacional se mede por séculos e séculos, por quase milênios; onde, enfim, um cerimonial vetusto constitui uma experiência renovada a cada passo. Vejamos episódio digno de tal cenário: "Recentemente, um batalhão do regimento de Gloucestershire combateu até o último homem, na Coreia. O batalhão era o antigo 28º de Infantaria. Até hoje, eles usam o distintivo na frente e atrás de seus gorros, para lembrar o dia em que, em 1801, numa praia perto de Alexandria, foram atacados pela frente e pela retaguarda pela cavalaria francesa. Última fileira! meia volta! — gritou o coronel, e eles combateram em duas

frentes, até a chegada de reforços". "Em 1815, em Quatre Bas, Sir Thomas Picton conduziu-os numa carga que rompeu as linhas de Ney: "Avante, 28"! Lembrai-vos do Egito! "Não pensem que os homens que combatiam na Coréia haviam esquecido essas glórias passadas ou que seriam capazes de fazer algo para denegri-las. Todos os recrutas aprendem a história do regimento — conhecem as insígnias e os troféus — logo que são incorporados. Todos os dias, têm que polir dois distintivos do gorro, ao invés de um, lembrando a significação dos mesmos".

O articulista relata outro episódio, que merece transcrição: "Vejamos o Regimento Middlesex — conhecido no exército inglês como "Firme na Morte". Por que? Em Abuera, em 1811 (era então o 57º a pé), lutou contra os veteranos de Napoleão, que eram três vezes superiores em número. Mortalmente ferido, o Cel. Inglis, nos estertores da morte, gritou: "Firme na morte, 57"! Firme na morte! "Eles assim o fizeram. Quando a luta se iniciou, seu efetivo era de 600 homens e, ao término da mesma, apenas 116 ficaram ilesos. "Refere-se o Maj. Eliot, a seguir, a uma cena na qual ele próprio foi parte, quando combatia na Flandres, durante a 1ª Grande Guerra. Buscando contacto com forças inglesas, foi deparar com um cabo e três soldados dentro de um buraco lamacento. Estavam estes mortos, moribundo aquele, enquanto alguns boches, ao derredor, testemunhavam, na mudez eterna, o vigor com que os valentes ingleses haviam disputado a posição. Eis quando o graduado, erguendo-se nos cotovelos, murmurou, agonizante: "Firme na morte, senhor!". Aquela expressão, velha de 100 anos, era a credencial daquele pugilo de bravos: pertenciam ao Regimento de Middlesex.

UM LAR NO EXÉRCITO

Quando o cidadão inglês é incorporado, integra-se num *regimento*, "onde permanece durante todo

o seu tempo de serviço na ativa e na reserva, a não ser que peça transferência para outro corpo". "Adquire um *lar no exército*, um lugar ao qual *pertence*. Desde que se apresenta à guarnição, para receber a instrução, começa a aprender que seu regimento é algo diferente e melhor que qualquer outro".

Entre nós, que se passa? Quantos oficiais haverá, num corpo, que lhe conheçam a história? Quantas unidades terão o capricho de pôr em dia o seu livro-histórico? Onde estão os troféus de guerra? Que é feito dos regimentos, batalhões e grupos que pelejaram nos Guararapes, nos muros de Montividéu, na Bahia (impondo ao luso inconformado a soberania brasileira), em Monte Caseros, Tuiuti, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, na Cordilheira, nas operações de guerra de Canudos e do Contestado? Onde estão eles? Quem lhes sabe a história? Quantos a conhecem?

De alguns anos para cá, tem-se descurado o cerimonial militar, a celebração de datas históricas, às vezes o próprio aniversário da unidade. Como desenvolver o orgulho pelo corpo de tropa, se a economia impede que se façam competições entre unidades sediadas em guarnições diferentes, quanto se sabe que esse, o da competição, é o processo mais objetivo para despertar no soldado orgulho pelo corpo onde serve? Que carinho pode ele possuir por essa casa a cujos donos apraz mandá-los ao primitivo lar, durante dias seguidos, para poupança de etapas arranchadas?

"Nunca, observa o Maj. Eliot, ocorreu ao Ministério da Guerra inglês mudar o nome glorioso do 8º Regimento Real de Hussardos Irlandeses, por estar dotado agora de carros de combate *Centurion*, em vez de cavalos e sabres. Têm sido os Irlandeses Reais desde 1693! Combateram sob o comando de Malborough!" De nossa parte, — insistamos, — extingui-mos, transferimos, observemos umas unidades por outras. Numa das capitais brasileiras, havia tradicional unidade —

o 15º B.C. Um belo dia, riscaram-no do efetivo do exército. Faz já vários anos. A população alimenta, entretanto, grata recordação da-quele corpo. Tanto assim que a praça onde o mesmo era sediado, apesar de batizada com o nome do eminente brasileiro (Rui Barbosa), é conhecida apenas por "Praça do 15º", não obstante servir o quartel de sede a outra unidade. É uma lição do povo ao exército.

O Sr. David Carneiro, conceituado escritor paranaense, num de seus trabalhos, diz, após lamentar a extinção de certas unidades históricas de seu Estado: "Não pude compreender ainda, dadas as reações tradicionalistas que em nosso país vemos surgir — todos os dias e por toda a parte, — porque razão não são conservadas e mesmo restabelecidas as tradições militares dos corpos que hajam tido lustre e hajam descrito páginas de heroísmo e bravura que devam ser conservadas!?" Em seguida, relata o episódio que, por se ajustar ao plano de nosso trabalho, aqui transcrevemos: "Talvez deveríamos imitar neste sentido a Inglaterra, de cujo amor às tradições militares vou dar um exemplo característico: para realizar em 1806 a tomada de Buenos Aires, entre vários regimentos tradicionais o general Beresford trouxe o 81º de Infantaria. Foi este corpo o único infeliz que num assalto às trincheiras e subsequente retirada perdeu sua bandeira, ainda hoje conservada como honroso troféu de guerra argentina, no museu histórico nacional do Parque Lezama em Buenos Aires. Foi o 81º condenado em conselho militar, a não poder ter bandeira durante cem anos visto não ter sabido conservá-la em face do inimigo! Pois essa condenação se prolongou até 1916, ano em que lhe foi devolvido o direito de usar seus pendões, em vista da bravura com que seus soldados se portaram na batalha do Somme!"

PARA QUE BANDA DE MÚSICA?

É deveras curioso que o articulista se tenha preocupado com o assunto epigrafado. A educação

australiana que recebeu explicará suas tendências tradicionalistas e, possivelmente simplórias? Na defesa de seu ponto de vista, apela para a opinião de Rudyard Kipling, que conta a influência exercida pela banda do 10º de Lincoln, quando esse regimento se viu atacado pelo cólera, em seu acampamento, na Índia. Em plena crise de sofrimento, ouviu-se a estranha e emocionante canção do regimento: "Não possuía nada de novo, diz o escritor inglês referindo-se à música, mas lembrava toda a Inglaterra — toda a Costa Oriental — toda a graça, atrevimento e truculência dos jovens dando saltos nas extensas pradarias ao luar. O modo suave por que foi tocada, porém, numa ocasião má, naquele terrível acampamento de morte, era a única coisa no mundo que poderia restaurar — como o fez — o orgulho, o humor e o auto-controle daqueles homens combalidos".

Revela Eliot, pesaroso, que seu país não tem bandas regimentais, e sim divisionárias, o que é muito lamenta. Compara a situação do exército inglês, pobre, vítima de freqüentes cortes econômicos, sem que, todavia, deixe de manter as bandas de música de batalhão e de regimentos de cavalaria (em sua maioria). Refere, a propósito, o seguinte: "Vi a banda do 1º Btl. do Regimento Real de Warwickshire, na Palestina, em 1948 — no lugar mais sujo e desagradável em que poderia estar, nessa época, um soldado. Vinha de uma formatura de inspeção, tão brilhante e luzida como se estivesse numa parada em Aldershot, com o famoso Antilope, mascote do regimento, à frente do tambor-mor, com sua escolta tradicional (os Warwicks fizeram jus ao antilope por seus feitos em 1710, no ataque a Saragossa, quando derrotaram as cavalaria francesa e espanhola, capturando 20 canhões e 30 estandartes — entre eles uma bandeira mourisca adornada com um antilope)".

Nossas bandas militares já tiveram seu período de ufania, marcando paradas, tocando profundamente os corações dos compatriotas.

tas nos desfiles, oferecendo retretas nos jardins públicos das guarções do interior, enriquecendo com os acordes magestosos as cerimônias cívico-militares. Hoje, são de âmbito divisionário, como as americanas. Os regimentos e batalhões dão-se por felizes conservando junto a si, parceladamente, músicos e instrumentos, que, tão logo seja reunida a Divisão, passarão a integrá-la diretamente, desligando-se por completo das antigas unidades. Compensará a economia?

CONCLUSÃO

A disciplina é a pedra angular dos exércitos. Não há contestar. Que o adestramento é elemento indispensável ao bom êxito da batalha, eis outro axioma irrecusável. Há mais, todavia: coesão. Disciplina e adestramento talvez seja insuficiente argamassa para compor aquele bloco. Mantephamos as boas cousas que há séculos vêm estruturando o nosso exército. Instituíamos em fanal a tradição e o espírito de corpo. Despertemos no conscrito, desde que penetre os orelhões de seu quartel, um incontido orgulho por aquelas paredes, pelo que de sagrado elas representam, pelo significado de lar que para

êles podem vir a ter, pelo amparo que lhe podem dar, pelo muito que hão de fazer pelo aprimoramento de sua individualidade.

Não nos é fácil, aos que nascemos na América, o culto da tradição. Mas, soldados que somos, cumpre um esforço para que nos superemos a nós mesmos. Não tem sido hábito escrever a história de nossas unidades. Poucas delas têm tido tal privilégio. Aqui lançamos um convite aos camaradas: enviem suas colaborações para a "A Defesa Nacional", relatando, singelamente que seja, a história de seus regimentos, batalhões, grupos. No aniversário do corpo, não deixem passar a data em silêncio; rebusquem os arquivos, levistem a poeira do esquecimento, revivam epopéias olvidadas, ressoem clarinadas perdidas, reponham as relíquias nos altares e os heróis nos panteões. Terá sido um serviço ao exército e ao Brasil.

O Maj. G.F. Elliot termina melancolicamente seu artigo: "Pode ser que este exército, a arrespeito do qual escrevi, seja apenas um 'exército de sonho', mas desejaria que possuíssemos um exército assim". Ai está um motivo bastante merecedor de nossa meditação.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

TRAN-CHAN DE SÃO JOÃO

Atacado e a Varejo — Vendedores exclusivos dos Fogos "ADRIANINO"

Matos & Nadaís Ltda.

RUA D. LARA, N. 30 — TEL.: P. S. 1 — SÃO JOÃO DE MERITI — EST. DO RIO

(N. 22)

AS COMUNICAÇÕES NA CENTRAL DE TIRO

Capitão ALBERTO FORTUNATO

FINALIDADE — Estudar os problemas de comunicações na central de tiro, apontando soluções que permitam o melhor aproveitamento dos meios de comunicações disponíveis nas Unidades de Artilharia de Campanha.

I — INTRODUÇÃO

1. A adoção do processo de condução do tiro com o transferidor de locação acarretou diversas modificações no funcionamento da C Tiro quando se fazem tiros observados.

Estas modificações exigem que o alvo e quaisquer correções feitas pelo observador sejam localadas por um operador em uma prancheta. Esta locação é feita para cada tiro ou salva realizada.

Em consequência da locação de uma correção feita pelo observador, o operador da prancheta obtém as correções em alcance e direção, necessárias a deslocar o tiro para o alvo. O operador transmite esses dados a um calculador, que os converte em comandos de tiro, e os transmite à Bateria de tiro.

Há necessidade, portanto, de tantas equipes de dois homens (Controlador e Calculador) quantas forem as missões que estiverem sendo executadas. A provisão é a de que haja mais seis equipes destas no Grupo, sendo uma por Bateria de tiro e três, na C Tiro do Grupo. As equipes da C Tiro do Grupo são constituídas pelo CH, CV, o 1º Sgt. Calculador Chefe, os três calculadores. Assim sendo, quando estiverem sendo conduzidas três missões simultâneas, haverá seis homens falando simultaneamente. Se acrescentarmos a esse barulho o ruído proveniente da transmissão dos comandos e observações, feitas pelos telefonistas, concluiremos que o

ruído conduzirá à confusão e a erros na C Tiro.

II — DESENVOLVIMENTO

1. A solução procurada:

a. Objetivos de um sistema perfeito de comunicações na C Tiro:

(1) Os calculadores não devem se envolver tanto com as comunicações a ponto de prejudicarem a sua função primordial.

(2) Todos os pedidos de tiro devem chegar a um único ponto focal, de modo que a atenção do S-3 só precise ser dirigida para um homem.

(3) Os operadores das pranchetas (Controladores) devem ter uma ligação direta com a origem das missões.

(4) Qualquer fonte de possíveis pedidos de tiro deve ter um meio de se comunicar rápida e diretamente com a C Tiro.

(5) As chamadas relacionadas a assuntos administrativos não devem interferir com as missões de tiro.

(6) Deve ser possível executar, facilmente, missões de tiro simultâneas, com um mínimo de ruído ou confusão.

(7) O número de indivíduos que trabalham na C Tiro deve ser o menor possível.

(8) O sistema deve poder ser instalado da mesma maneira, quer a C Tiro esteja em casa, barraca, viatura, ou em abrigo para central de tiro.

2. O sistema antigo :

a. O sistema de comunicações empregado na C Tiro até antes da introdução do processo com o transferidor de locação satisfazia plenamente às necessidades, dado que a C Tiro limitava-se a receber dos observadores as correções de alcance e direção necessárias para colocar o projétil sobre o alvo, e transformá-los em correções de deriva e de alcance, que eram transmitidos às L Fogo.

b. Com a execução simultânea de duas a três missões esse sistema apresentou deficiências que se refletiam na deficiência no funcionamento da C Tiro.

c. Observando o esquema do sistema de comunicações empregado na CT (Quadro 1) compreenderemos, facilmente, porque o sistema não se presta à execução de missões simultâneas, atualmente.

d. Vejamos como funciona o sistema de comunicações na C Tiro com este sistema. Suponhamos que, de início, não há nenhuma missão em curso, e que foram recebidas, em rápida sucessão, uma missão vinda de um observador avançado, outra vinda do S-3 da AD.

(1) A missão do observador avançado chega à C Tiro através de um dos telefones do S-3, o qual está ligado à central telefônica do Grupo. O telefonista atende ao telefone e coteja o pedido de tiro em voz alta de modo que toda C Tiro o possa ouvir. Tanto o CV como CH locam a missão em suas pranchetas. O S-3 examina a locação, decide atirar com uma Bia. — a 2ª e dá a sua ordem a C Tiro.

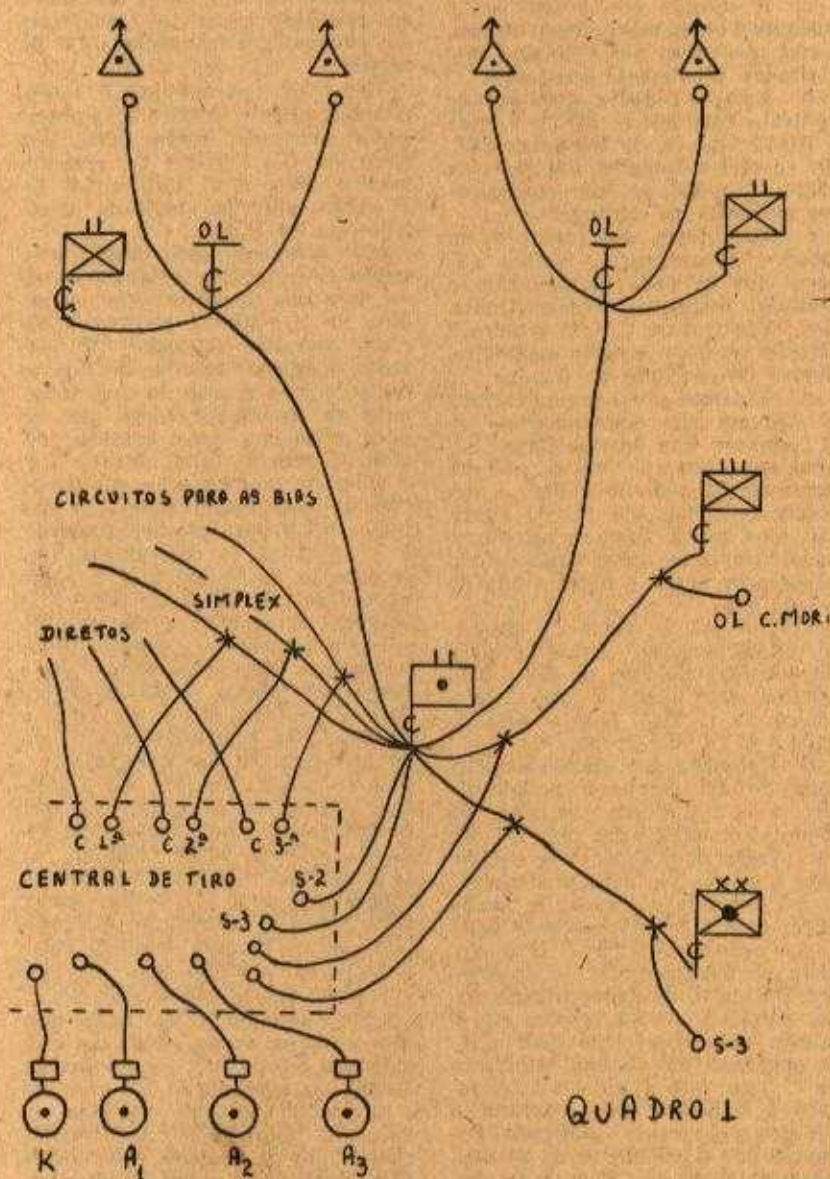
Os dados iniciais são dados pelo CV ou pelo CH ao telefonista que os transmite ao observador avançado, e ao calculador da 2ª Bia., que os transforma em comandos e os transmite a L Fogo da 2ª Bia. As correções subsequentes feitas pelo observador avançado e os comandos subsequentes são também transmitidos e recebidos de maneira idêntica. A missão fica afeta ao CH.

(2) Enquanto esta missão está sendo executada, o observador aé-

reo localizou um alvo e fez um pedido de tiro que é recebido pelo rádio operador do rádio-base "K". Logo que o rádio operador ouve a missão de tiro, ele chama, pelo controle remoto, o telefonista na C Tiro. O telefonista recebe a missão e a coteja em voz alta, de modo a ser ouvido em toda a C Tiro. O S-3 decide atirar com a 3ª Bia. e o CV é encarregado de locar a missão. O CV irá atuar de maneira idêntica ao CH na missão anterior, com a diferença de que, nesta missão, o CV irá atuar como CV e CH. (Prestar atenção para o fato de que, nesta altura dos acontecimentos, haverá simultaneamente, a transmissão e recepção de comandos de tiro, observações e correções, nas quais estarão envolvidos seis homens, todos eles falando alto e às vezes ao mesmo tempo. Notar a possibilidade de engano na transmissão de comandos).

(3) Enquanto estas duas missões estão em curso, chega um chamado do S-3 da AD. O telefonista atende em um dos telefones do S-3 e coteja a mensagem de modo a ser ouvido por toda a C Tiro. O controlador chefe, que é o único controlador disponível, loca a missão em sua prancheta e determina os dados iniciais a serem transmitidos à 1ª Bia., a única Bia. que não está ocupada. Se as duas outras Biais. terminarem em tempo útil, poderão ser empregadas na eficácia desta missão. (Notar o fato de que, nesta altura dos acontecimentos, os telefonistas do S-3 estarão lidando simultaneamente com três missões diferentes e estarão falando alto, e às vezes, ao mesmo tempo. Atenção para a probabilidade de engano na transmissão de comandos).

e. Do que ficou visto, podemos concluir que todas as precauções tomadas a fim de evitar a confusão e erros, irão redundar em diminuição do rendimento da C Tiro. Precisamos então modificar o sistema de comunicações na CT, de maneira a que possa satisfazer às atuais necessidades.



AS COMUNICAÇÕES NO GRUPO DE APOIO DIRETO

3. Uma solução :

a. A solução que vamos ver é exequível utilizando unicamente material disponível nas Unidades motorizadas atualmente existentes.

b. Essas Unidades dispõem de centrais telefônicas BD-71 (uma) e BD-72 (duas), de telefones EE8, de controles remotos RM-29 e de rádios SCR-610, ou seu equivalentes nacionais ou estrangeiros.

c. O sistema que aparece no Quadro 2 constitui o melhor sistema que se pode montar com o material disponível nessas Unidades. Ver Quadro 2. (O Quadro 2 focaliza somente a parte da C Tiro, dentro do conjunto do Quadro 1).

d. Vejamos agora como funciona o sistema de comunicações na C Tiro com este novo sistema. Suponhamos que, de início, não há nenhuma missão em curso, e que foram recebidas em rápida sucessão, uma missão vinda de um observador avançado, outra vinda de um observador aéreo e outra vinda do S-3 da AD.

(1) A missão vinda de um observador avançado chega através de um dos telefones do S-3. Este telefone está ligado a central telefônica da C Tiro, a qual está ligada à C Tel. do Grupo.

O telefonista que atende ao telefone do S-3 recebe o pedido de tiro e o coteja em voz alta, de modo a ser ouvido por toda a C Tiro. Tanto o CV como o CH locam a missão em suas pranchetas. O S-3 examina a locação e decide atirar com uma Bia. — a 2ª e dá a sua ordem a C Tiro. O telefonista do S-3 transmite ao observador avançado, os dados iniciais dados pelo S-3. O S-3 resolve que a missão seja controlada pelo CH. O operador da central telefônica da C Tiro, que a tudo assiste, recebe a indicação para comutar o CH com o observador avançado. Enquanto isto o calculador da 2ª Bia, tendo recebido do CH os dados iniciais para o tiro, e tendo-os transformado em comandos, transmite-os à LF da 2ª Bia, por meio de um dos telefones (direto ou simplex) de que dispõe. As correções subseqüentes, feitas pelo observa-

dor avançado, são recebidas e cotejadas pelo CH que dá os elementos ao calculador, que os transforma em comandos e transmite a LF da 2ª Bia.

Todos os entendimentos subseqüentes entre a C Tiro e o observador avançado, serão feitos por meio do CH. Todos os entendimentos entre a C Tiro e LF da 2ª serão feitos por meio do calculador da 2ª Bia.

(2) Enquanto esta missão está sendo executada, o observador aéreo localizou um alvo e fez um pedido de tiro que é recebido pelo rádio operador do rádio "K". O rádio operador, sabedor de que se trata de uma missão de tiro, transmite ao observador aéreo que espere e chama pelo controle remoto a central telefônica da CT, e avisa de que há uma missão de tiro do observador aéreo. O S-3 indica o CV para receber a missão, e o operador da central faz uma comutação entre o CV e o rádio operador. O CV avisa ao rádio operador *Transmita* e em seguida passa a transmitir e receber diretamente o observador aéreo. Pelo cotejo da missão o S-3 se intera dela e resolve atirar só com a 3ª Bia. Os comandos da LF da 3ª são transmitidos pelo telefone, pelo calculador da 3ª. Se o telefone falhar ou se quisermos que o observador aéreo acompanhe todo o trabalho basta comutar, na central telefônica, o CV também com o rádio-base C. Assim sendo, tudo que for transmitido ou recebido pelo CV, será também recebido ou transmitido pelo observador aéreo e a LF da 3ª Bia.

(3) Enquanto estas duas missões estão em curso, chega um chamado do S-3 da AD. O telefonista atende no telefone do S-3 e coteja a mensagem de modo que seja ouvido por toda CT. O controlador chefe, que é o único controlador disponível, loca a missão em sua prancheta e determina os dados iniciais a serem transmitidos a 1ª Bia, a única que não está ocupada. Se for necessário, as duas outras Bias poderão ser empregadas na eficácia desta missão. (Prestar

atenção para o fato de que, apesar de estarem em curso três missões, o ruído na C Tiro é mínimo, e não haverá possibilidade de confusão, pois todas as transmissões e recepções são feitas pelos controladores e calculadores).

(4) Caso as ligações com as LF sejam feitas pelo rádio, os calculadores poderão transmitir pelos rádios ligados aos telefones dos operadores de controle, desde que introduzam as pegadas dos combinados nas tomadas dos telefones dos respectivos operadores de controle.

e. Recomendações:

(1) Os circuitos que ligam os controles remotos à central telefônica não devem ser ligados às régulas que trabalham com bobinas translatórias.

(2) Para obter uma boa ligação entre um controlador e um dos rádios-base é necessário que, na central telefônica, as pegadas correspondentes às régulas do controlador e do rádio sejam ligadas em X.

(3) A ligação em X coloca fora de ação as placas anunciadoras das duas régulas, na central, de modo que a ligação só poderá ser desfeita se o operador da central verificar que as linhas estão desocupadas ou se o controlador o avisar de que pode desfazer a ligação.

(4) Terminada a transmissão do jato, o operador do controle remoto deverá soltar imediatamente o Botão Anti-Howl Press, a fim de que seja possível receber o cotejo.

(5) O emprego do Botão Anti-Howl Press poderá ser evitado mediante o uso, pelo controlador, de um telefone cuja chave "CB-LB" estiver colocada na posição "CB".

(6) Empregando-se um telefone nessas condições, ao ser libertado o gancho do telefone, o rádio passará a emitir. Entretanto, para que a emissão seja modulada pela voz do controlador, é preciso apertar a tecla do combinado, também.

(7) Com telefone nestas condições para se ouvir o cotejo é preciso comprimir o gancho. Evidentemente, qualquer descuido põe o rádio no ar, impedindo a recepção.

(8) A fim de evitar esse inconveniente, pode-se fazer uma pequena modificação no telefone EE-8, invertendo a ação do gancho interruptor. Desta maneira o rádio passará a ser pôsto em funcionamento quando o gancho for abaixado, e o gancho, quando solto, manterá o rádio em silêncio.

(9) O Telefone assim modificado poderá ser empregado, como qualquer outro, em uma rede de telefones cujas chaves "CB-LB" estiverem colocadas na posição "LB".

(10) Não esquecer de que as pegadas e jaques das centrais, fones, microfones e dos controles remotos devem estar limpos com tetracloreto de carbono ou com limpa metais.

4. Outra solução:

a. Esta solução se destina a ser empregada pelas Unidades que recebem o controle a distância RC-261.

b. O controle remoto RC-261 foi desenhado especialmente para trabalhar com rádio SCR-619 e, naturalmente, trabalha bem. Entretanto quando se trata de integrar sistemas de fio e rádio, este controle remoto não é tão prático quanto o RM-39 ou RM-29.

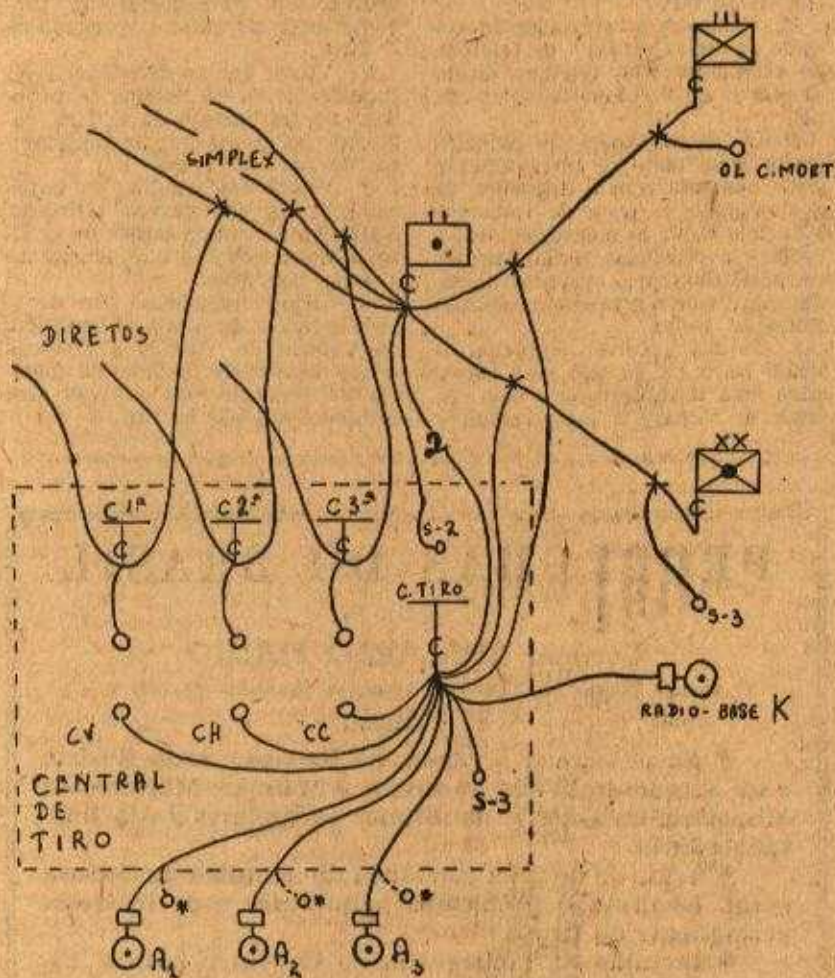
c. O controle remoto RC-261 consta de dois componentes principais: o controle RM-53 e o controle remoto RM-52. O RM-53 é usado junto ao aparelho de rádio, e o RM-52 é utilizado pelo operador que fica longe do rádio.

d. O RC-261 não dispõe de órgãos de chamada nem de anúncio. Entretanto é possível ligarem-se telefones em seus bornes L1 e L2 (do RM-52 e do RM-53).

f. As Unidades a que nos referimos receberão também a central de emergência SB-18/GT.

g. Tendo em vista que o controle remoto RC-261 só poderá ser ligado a uma central telefônica mediante o emprego de equipamento especial (caixa de conexão BE-71), a solução aqui apresentada visa contornar essa dificuldade, utilizando um sistema que embora seja mais complexo do que o da solução anterior, não tem os inconvenientes do sistema antigo.

AS COMUNICAÇÕES NA CENTRAL DE TIRO DE UM GRUPO DE APOIO DIRETO



* TELEFONE USADO
QUANDO NÃO SE
TEM OS CONTROLES
A DISTÂNCIA RM-29
OU RM-39

QUADRO 3

h. Esta solução é a que aparece no Quadro 3.

(1) Neste sistema os calculadores, ao invés de terem como no sistema do Quadro 2, os dois telefones, têm um telefone e 3 adaptadores U4/GT (componentes da central SB-18/GT).

(2) Ligados a estes adaptadores estão as linhas vindas: do telefone do calculador; do telefone direto da LF; do telefone simplex da LF.

i. O sistema opera de maneira muito semelhante ao anteriormente visto, somente com a diferença de que, quando se trata de transmissões pelo rádio, as mensagens transmitidas e recebidas terão que ser retransmitidas pelo operador de rádio através de um telefone colocado junto ao rádio.

j. Se for possível empregar o RM-29 ou o RM-39, não será necessário essa retransmissão e este sistema se tornará o mais completo

e flexível é possível montar com o material atual.

5. Conclusão:

a. Vimos que as modificações introduzidas no funcionamento da central de tiro fizeram com que aparecessem deficiências no funcionamento até então empregado na C Tiro.

b. Vimos que as deficiências no funcionamento do sistema se refletiam no rendimento da C Tiro, reduzindo as possibilidades decorrentes do novo processo.

c. Vimos em seguida, as novas condições a que deverá satisfazer o sistema de comunicações na C Tiro, e duas soluções que satisfazem a estas condições.

d. Como artilheiros, não devemos esquecer de que a importância da Central de Tiro fá-la merecer o que houver de melhor em matéria de comunicações — pois sem comunicações não há tiro.

PROBLEMAS DO BRASIL

DO

Coronel ADALARDO FIALHO

(Prêmio "Carlos de Laet" da Academia Brasileira de Letras)

2ª Edição

● Encontram-se à venda, na Redação desta Revista e na Secção de Venda de Livros e Manuais Militares do Ministério da Guerra, os últimos exemplares desta limitada edição.

● Trata-se de uma coletânea de assuntos de cultura geral, focalizando problemas palpitantes e de interesse permanente do Brasil.

● Incluído na bibliografia do Concurso para a Escola de Estado-Maior.

PREÇO: CR\$ 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra

Rio de Janeiro

MANOBRAS DE QUADROS NA 3ª REGIÃO MILITAR

De um observador militar

Realizaram-se na segunda quinzena de março, na 3ª Região Militar, manobras de quadros das quais participaram os Comandos e Estados-Maiores de quatro Grandes Unidades estacionadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Destinadas principalmente à verificação do grau de treinamento dos Estados-Maiores de G U e de Corpos de Tropa, permitiram a coleta de interessantes observações para a futura condução da instrução correspondente.

Seu desenvolvimento através situações táticas particulares, emuladas por uma situação geral no escalão Exército operando ao S. do Ibicui e eixado por São Gabriel-Rosário do Sul-Alegrete, permitiu aos quatrocentos participantes desse exercício retomar o contacto com o terreno de Saican, ora designado como Campo de Instrução Barão de São Borja, mas onde nada de novo existe, seja no sentido da efetivação desta idéia, seja no de seu aproveitamento para outras finalidades de interesse para o Exército, como seria, por exemplo, a concentração, em local apropriado, do grosso da 2ª Divisão de Cavalaria.

As palestras diárias entre executantes e dirigentes evidenciaram a notável diferença entre manobras realizadas nessa área, antes da nossa efetiva participação na 2ª Guerra Mundial, e as atuais, ressaltando as enormes vantagens que a motorização parcial do Exército já vem proporcionar à realização de exercícios de quadros, no escalão encarado.

Este observador assinalou as seguintes observações pessoais, algumas formuladas no decorrer da crí-

tica, por ocasião do encerramento das manobras, na memorável reunião que teve lugar no cinema de Rosário do Sul:

1) nenhuma manobra ou exercício deve ser montado, sem levar em conta a existência ou as possibilidades das forças aéreas, das tropas aeroterrestres, das blindadas e de outras tropas terrestres, organizadas e armadas à moderna, sob pena de criar reflexos errôneos nos executantes;

2) há urgente conveniência na criação do escalão Corpo de Exército, desde o tempo de paz, no Rio Grande do Sul, podendo para tal ser aproveitado o próprio Comando da Região, ora superado em suas atribuições pelo Comando da Zona Militar Sul;

3) impõe-se o completamento progressivo das DI e DC, dando-se prioridade à organização das Unidades motorizadas (Artilharia, Engenharia e Serviços);

4) poder-se-ia criar desde já os Comandos de Artilharia Divisionária de DC, cumulativamente ou não com o de uma Unidade da Arma;

5) o Cmdo. de C. Ex. se criado, deve possuir, em embrião pelo menos, os Comandos de Art. C. Ex., Eng. C. Ex. e outros, imprescindíveis para a orientação e controle da instrução peculiar à Arma e participação nos exercícios ou manobras;

6) os Estados-Maiores de GU e de Tropa ainda não estão muito familiarizados no trabalho em equipe e na técnica de redação de ordens, havendo duas correntes em voga: a dos diplomados em Es-

tado-Maior, que seguem o "Trabalho de Comando" preconizado pela EEM, pouco conhecido na tropa, e a dos Capitães e Majores que cursaram a EAO depois de 1946, onde se segue o prescrito nos manuais já publicados pelo EME e Diretora das Armas (ordem em 5 itens);

7) exercícios de Estado-Maior de GU devem ser realizados anualmente, precedendo aos exercícios ou manobras com tropa (ou mesmo exercícios de GT), como preconizado pelo EME.

Antes de encerrar estas considerações julgamos oportuno ressaltar duas peculiaridades da manobra de Rosário do Sul, de 1953:

1º) de par com o interesse e dedicação profissionais demonstra-

dos em todo o decorrer do exercício, pelos dirigentes e executantes, reinou um elevado espírito de camaradagem que culminou na manifestação de apreço feita ao Exmo. Sr. General de Divisão Coriolano de Andrade, Diretor de Manobra, por ocasião da crítica final, quando seus méritos e valor militar foram ressaltados, por motivo de sua próxima passagem para a reserva, depois de 46 anos de serviço árduo e inteiramente dedicados ao Exército;

2º) a ausência completa de publicidade, quer em artigos, quer em fotografias, atendendo assim ao temperamento modesto e reservado do Diretor de Manobra, e a conveniência de não deturpar as finalidades do exercício com preocupações estranhas às mesmas.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

AVISO AOS SRS. OFICIAIS E REPRESENTANTES

A Biblioteca do Exército está retendo grande número de livros pertencentes a assinantes que são transferidos e lhe não comunicam os novos endereços.

Solicita-se aos Srs. Oficiais, os maiores interessados, aos Representantes da Biblioteca e aos próprios Tesoureiros das Unidades e Estabelecimentos (quando cessam os descontos) que comuniquem à Biblioteca do Exército os novos endereços para que possamos expedir os livros.

Não desejamos receber mensalidades sem expedir livros.

Antecipamos agradecimentos.

LES PARFUMS DE MOLYNEUX

LE NUMÉRO CINQ — LE CHIC — ALLIANCE — AGUA DE COLÔNIA, LOÇÃO E EXTRATO — PARFUMES MOBRASIL S/A

PARIS — RIO

RUA HUMAYTA, 191



NUVENS SOBRE A CONJUNTURA AMERICANA

PAUL COULBOIS

(Professor adjunto da Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade de Estrasburgo.)

Traduzido da "Revue de Défense Nationale", de fevereiro de 1954, pelo Major FERNANDO ALLAN MOREIRA BARBOSA.

Enquanto a França emerge, a custo, da inflação, a economia dos Estados Unidos parece, nitidamente, já haver entrado em uma fase de depressão. Após muitas hesitações, o conjunto dos observadores é, hoje, praticamente unânime em admitir que o ano de 1953 assinalou, sem dúvida, o ponto mais alto da propriedade americana e que um retraimento das atividades econômicas é inevitável, nos próximos meses.

Uma tal evolução da situação não poderia deixar indiferentes os países não americanos. Os Estados Unidos ocupam, em verdade, no mundo, um lugar de primeiro plano; são, para aproveitar a expressão de François Perroux, uma economia "dominante", que influencia, quer se queira quer não, a atividade econômica de todos os demais paí-

ses. Somos, portanto, interessados, no mais alto grau, na situação da conjuntura americana. É dela, diretamente, que depende nossa prosperidade (como verificamos em 1949); em um plano mais geral, uma depressão catastrófica nos Estados Unidos, do tipo da que ocorreu nos anos da década de 1930, poderia ser interpretada como uma falência do sistema capitalista, com todas as consequências internacionais, em um mundo onde vários países adotaram um sistema econômico de troca, que pretende ser isento de "crises". Que excelente motivo de propaganda não constituiria a afirmativa, baseado em fatos, de que a economia capitalista é incapaz de funcionar eficientemente, uma vez que não consegue vencer esse acontecimento corriqueiro, que é a guerra, efetiva ou em preparo!

Os indícios de retraimento — ninguém se atreve, ainda, a falar de depressão — são numerosos e concordantes. Ainda que o nível dos preços não se haja modificado, praticamente, nos últimos seis meses, a produção industrial já mostra uma regressão sensível; seu índice (base 100 em 1935-1939) era de 228 em novembro de 1953, contra 243 na primavera, ou seja, uma baixa de 6 %. Esse número é, ainda, superior à média do ano de 1952, cujo índice foi de 219, mas a tendência à regressão está, nitidamente, caracterizada. O exame das estatísticas da produção nacional bruta (conjunto da produção nacional, em bens e serviços, aos preços correntes) revela uma evolução similar, embora um pouco menos nítida; no segundo trimestre de 1953, a produção nacional bruta havia atingido um índice anual de 372,4 milhares de dólares, que baixou para 371 milhares, no 3º trimestre, o que constituiu a primeira queda, desde 1950.

No setor da indústria pesada, particularmente sensível às flutuações das atividades econômicas gerais, a percentagem da capacidade utilizada das usinas se situou, em novembro, mais ou menos nos 92 %, contra 98-99%, durante o primeiro semestre de 1953. Em outubro, dirigentes da United States Steel Corporation afirmaram que a percentagem de 95 % seria mantida, pelos menos nos primeiros meses de 1954.

O desemprego continua pequeno: é inferior a 1.200.000 pessoas, enquanto o número total de empregados ultrapassa a 55 milhões. Entretanto, a capacidade aquisitiva dos salários foi reduzida, em consequência da diminuição das horas de trabalho, diminuição essa que foi tão importante, a ponto de não ser compensada pelo aumento dos salários horários. Como decorrência desse decréscimo do volume global de salários, o rendimento pessoal global parou de aumentar, em agosto último: era de 285,8 milhares de dólares em setembro (índice anual), contra 287,5 em julho.

Enfim, observa-se, em muitos setores, sinais de saturação dos mercados, principalmente para os bens de consumo de grande duração. As entregas aos revendedores pouco progrediram, desde agosto, enquanto os estoques industriais se avolumam, etc.

As previsões para o ano de 1954 não são as mais favoráveis. Malgrado as declarações de Henry Ford, que espera superar seus próprios recordes de produção, espera-se, na indústria automobilística, a produção de 5 milhões de viaturas, em lugar de 6.

Um inquérito de sondagem pública, sobre as previsões de emprego de capitais, para 1954, revelou previsões inferiores, de 5 %, ao nível de 1953. No conjunto, a baixa esperada, na indústria, é de 8 %. Quanto ao nível das construções imobiliárias, espera-se que caia de 2 a 3%, em relação a 1953. A despeito dessa convergência dos índices de baixa, os meios comerciais permanecem muito otimistas. O National City Bank, em seu boletim de fevereiro, salienta que que se espera, apenas, um pequeno retraimento. Para julgar do valor desse otimismo, é necessário que nos aprofundemos nas causas da presente evolução de situação.

Ao tempo em que os economistas, jungidos à tradição clássica, ensinavam que a economia devia, sempre, se colocar, por si própria, no mais alto nível da atividade possível, era muito difícil explicar as "crises", e o número de teorias enunciadas, a esse respeito, ultrapassa várias centenas. No momento presente os economistas estão, mais ou menos, acordes em ver no volume da procura global, pública e particular, a força motora de toda atividade econômica. É a insuficiência da procura que gera a depressão, uma vez que os produtores não têm interesse em continuar a produzir mercadorias que não parecem susceptíveis de se

rem vendidas a preços remuneradores. O ponto nevralgico desse raciocínio é que a falta de procura não faz nascer, de imediato, nenhum mecanismo automático, que restabeleça, o equilíbrio. A falta de perspectivas de lucro, os fabricantes reduzem a produção. Assim procedendo, consomem menos matérias-primas e menos mão-de-obra: em uma palavra, distribuem menos rendimentos. Isso reduz o poder aquisitivo da população, donde resulta que a procura... Vê-se que, longe de chegarmos a um processo de retomada do equilíbrio, nos encontramos em presença de um processo cumulativo de auto-reforçamento da depressão, que pode se prolongar por vários anos, antes de ceder lugar a nova fase de expansão.

No momento atual, as principais causas de depressão, nos Estados Unidos, podem se reduzir a três:

— A diminuição da procura, em relação ao início do ano de 1953, uma vez que, nessa época, ela havia sido reforçada pela reconstituição dos estoques, sobretudo no setor dos produtos de aço, pelo aumento de entregas aos revendedores e pela aquisição de bens semi-permanentes. O único fato de os estoques já estarem reconstituídos e de as entregas aos revendedores não haverem mais aumentado, se traduziu em uma diminuição das encomendas à produção.

Os particulares já estão muito bem providos de todas as coisas, principalmente em materiais e equipamentos de uso doméstico, de modo que sua procura dessas utilidades não acompanha o progresso de seus rendimentos.

Finalmente, as relações mútuas entre os preços de custo e os rendimentos não resultam mais em um crescimento progressivo da procura. Os preços dos produtos agrícolas caíram e, paralelamente, o rendimento e as compras dos agricultores. A alta dos salários aumentou os preços de custo e, portanto, os de venda. Por fim, os particulares estão muito hesitantes na aquisição de bens de consumo duráveis: entezourando, pouco a

pouco, suas economias, reduzem, evidentemente, o numerário em circulação e, portanto, seu poder aquisitivo.

Todas essas causas podem parecer de reduzida significação. Não seria possível procurar uma estabilização da conjuntura nas vizinhanças do elevado nível atingido em 1953, em lugar de prever sua diminuição de atividade? Isso parece difícil, em virtude de fenômeno chamado de "princípio da aceleração". Quando a procura de um produto cresce, durante certo tempo, os fabricantes desse produto regulam sua atividade, não pela procura, em si, mas pela taxa de crescimento dessa procura. Sobretudo, fazem encomendas de material e organizam estoques, tendo em vista a rapidez de aumento da procura. Desse modo, a simples estabilização da procura tem efeitos depressivos inevitáveis: os estoques se tornam excessivos e se é obrigado a reduzir a produção para os absorver, em parte, ainda que a procura, em si mesma, não haja diminuído. Concomitantemente, os fabricantes, que se encontram a braços com uma procura estabilizada, não têm necessidade de aumentarem seu maquinário, donde uma contração da procura sobre os fabricantes que produzem equipamentos industriais. Compreende-se, portanto, que a redução da atividade geral é inevitável, desde que a procura, mesmo sem diminuir, cesse, somente, de crescer no mesmo ritmo. A diminuição da renda nacional, assim provocada, põe em movimento o processo cumulativo descrito acima.

O problema fundamental, portanto, é saber se não existe, em um dado momento, fatores compensadores, capazes de provocarem uma procura adicional, que viria tomar o lugar da procura particular insuficiente. No momento atual, a maioria dos comentaristas admite que uma compensação poderia surgir no setor da construção de moradias, onde ainda existem grandes necessidades e onde uma pequena baixa de preços poderia determinar um sensível aumento da procura.

Outros autores assinalam que a situação financeira é favorável: os particulares e as instituições de crédito dispõem de volumosos saldos líquidos, que poderiam ser utilizados na manutenção da procura. Isso é muito mais discutível: uma vez iniciada a retração das atividades, em um clima de incerteza e de baixa de preços, os particulares não têm nenhum motivo para disporem de suas economias (uma vez que o poder aquisitivo aumenta com a baixa de preços) e os industriais não têm nenhum incentivo para a inversão de novos capitais, mesmo com boa margem de lucro, pois as perspectivas são desfavoráveis.

Assim, no atual estado das coisas, os elementos compensadores parecem muito fracos, nos Estados Unidos. É essa, em particular, a opinião do economista australiano Colin Clark que, por meio de métodos econométricos, chegou a "conclusões muito alarmantes" ("Express" de 11 de dezembro de 1933). Afigura-se-lhe que não há nenhuma razão para se crer que a depressão, que agora começa, seja moderada. A lembrança do que aconteceu no início de 1949 não é, no caso, um consólio satisfatório: a retração que então se processou, nada mais era que uma interrupção da fase de prosperidade, um "ciclo secundário", como dizem alguns, em relação com a situação atual. Se se quiser limitar a amplitude da crise, é preciso que o Estado intervenha, deliberadamente.

Os "remédios para as crises" vêm refletindo, há muito tempo, por sua insegurança, a incoerência da teoria dos ciclos. Estamos, porém, atualmente, melhor capacitados a enfrentar essas circunstâncias. Uma vez que a depressão decorre da insuficiência da procura global, o Estado deve se esforçar por estimulá-la. Entre os numerosos meios

imagináveis para isso, os que constituem a "Finança funcional" são, sem a menor dúvida, os mais interessantes. Os teóricos da finança funcional (sobretudo o professor Lerner) acham que o Estado pode provocar o aumento da procura por dois meios principais. Imediatamente, aumentando suas compras, ou sejam, as despesas públicas, por meio de programas de grandes trabalhos. Além disso, o Estado pode incentivar os particulares a fazerem inversões de capitais, vantajosas, em os deixando na posse da maior parte de seus rendimentos, isto é, reduzindo os impostos. A consequência de tal política é, evidentemente, um orçamento deficitário, mas é necessário escolher entre dois males. É mais grave ver milhões de homens desempregados e usinas fechadas ou o governo obrigar o Estado a fazer inversões através de particulares ou do Banco Central? É conveniente condenar a economia nacional à depressão, com o único fim de respaldar os ditames da finança clássica? A resposta parece não deixar margem a dúvidas: o dogma do equilíbrio orçamentário deve ser quebrado, diante da necessidade de evitar, ou pelo menos limitar, a depressão.

Portanto, não faltam meios aos governos para intervirem nas flutuações da atividade econômica. O governo americano, particularmente, dispõe de informações estatísticas e de órgãos de estudos, inteiramente apropriados para possibilitarem uma intervenção racional e eficaz, desde que o organismo fiscal, do outro lado do Atlântico, concorde com injunções governamentais na conjuntura. Resta desejar que essas imensas possibilidades de ação sejam utilizadas, efetivamente, e sem demora. Quanto mais se esperar, mais a depressão tornar-se-á difícil de controlar. Os Estados Unidos não devem permitir, por negligência, a volta dos lastimáveis anos da década de 1930.

Geografia e História Militar



AQUELES BRAVOS DO FORTE DE COIMBRA

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

Vinte contra um, se não trinta, foi a proporção das tropas paraguaias para as tropas brasileiras, no ataque de Bários contra o Forte de Coimbra, a 27 de dezembro de 1864. E não ficou nisso; treze navios armados paraguaios houve ali contra um só navio brasileiro. Ainda mais. O ataque foi inesperado e o Forte só dispunha de dois dias de fogo para infantaria.

Em tais condições, não era mistério para nenhum dos defensores que aquela cartada estava perdida.

Quantos eram os homens da guarnição do Forte? Apenas 115. Aconteceu, porém, que se achavam ali também 18 presos, 10 índios cadiués, 5 guardas da Alfândega de Corumbá, 5 guardas-nacionais de Albuquerque, um paisano avulso e um operário contratado, ao todo 40 homens. A estes, especialmente, é que, por agora, nos vamos referir (1).

Aqueles 115 militares da guarnição não tinham outro destino senão guardar e defender o Forte até o último cartucho. Quanto aos índios, simples visitantes, não seria mais conveniente para eles darem o fora? E aos 18 presos, não lhes sorriria melhor caírem nas mãos dos paraguaios, para verem-se livres dos ferros? E os guardas da Alfândega? E os guardas-nacionais, sem feitiço militar, nem instrução de quartel? E, finalmente, dos 12 outros paisanos, que se lhes podia exigir?

Cabe notar, todavia um fato raro. Estes 40 homens, não obstante alheios à guarnição do Forte e às obrigações de defendê-lo e cientes da esmagadora superioridade paraguaia, não quiseram ficar estranhos à defesa. Ao revés. Preferiram pedir armas ao comandante para enfrentar também o adversário, lado a lado com a guarnição,

(1) Em verdade, não foram somente os 133 homens que se portaram intrêpidamente na defesa do Forte. Além dos homens, havia ali também 70 mulheres de todas as condições, que se bateram galbardamente, aqueles de armas nas mãos e estas na prestação de serviços essenciais, dia e noite, à guarnição, para que esta não arredasse pé das barbetas e seteiras.

e arrostar tôdas as conseqüências da refrega.

Nem um só dos 115 militares da guarnição nem dos 34 marinheiros da canhoneira Anhambaí desconhecia o perigo iminente e nenhum arrepiou da força esmagadora do atacante. Na verdade estavam nos seus postos de honra. Qualquer sacrifício dêles se devia esperar. Evidentemente. A mesma compreensão, porém, não se podia exigir dos presos, dos índios e dos paisanos.

Pois bem, apesar de tudo, a resolução dêstes 40 homens heterogêneos foi uma só: espontânea, categórica, uniforme. Cada um dos seus grupos, totalmente diversos uns dos outros, índios, presos, paisanos, cada um dêles agiu isoladamente e sem indagar do que se passava com os mais. Todos, porém, tiveram um único pensamento, como se fôsem da mesma condição e tivessem apreciado em comum a situação. Não houve discordância, nenhum opôs dúvida, nem formulou condições. Partilhariam, sem discrepância, dos azares da defesa.

A partir dêsse momento, já não havia ali distinção entre soldados, marinheiros, índios, presos e paisanos. Sentiam-se de fato cem por cento ciosos dos brios da Pátria, como se fôsem todos militares. Certamente, por êsse unânime sentimento combativo, é que os autores convieram em dizer que 155, e não somente 115, eram os defensores do Forte.

Não sabemos dos pormenores da luta encarniçada que ali se desenrolou por dois dias a fio, nem dos rasgos de valor, homem por homem, daqueles 155, porque a parte de combate de Portocarrero, como toda parte dêsse gênero, escrita em cima da perna, não minucia os acontecimentos, nem faz menção nominal

dos combatentes. Os detalhes caberiam às subunidades, aos pelotões talvez, e as citações dêstes, se citações houve, não apareceram. Saberíamos também de muitas particularidades, se tivesse havido conselho-de-guerra, aliás de rigor naquele evento, pela evacuação de um Forte (2). Mas tal não houve.

Todavia, se não sabemos de tudo, sabemos ao menos, de modo geral, para honra do Brasil, que aqueles 155 defensores do Forte e os 34 marinheiros da Anhambaí portaram-se todos bravamente. Há porém um documento de Portocarrero, officio de 11-XI-865 (3), onze meses depois do ataque, ao presidente da Província, que dá uma idéia da bravura daqueles grupos de paisanos.

A estes é que nos propusemos pôr em evidência nesta poucas linhas, visto que a êles somente é que se refere aquele documento. A êles, é que Portocarrero chama simplesmente de paisanos, a êles é que coube o magnífico louvor de intrepidez, que aqui deixamos exarado (4):

Ilmo. Exmo. Sr.

Cumprindo a determinação de V. Excia. em officio de hoje datado para que eu informe qual foi o procedimento de Manoel Nonato da Costa Franco no ataque do Forte de Coimbra pelos Paraguaios, sou a dizer que exercendo aquele cidadão o lugar de amanuense externo da Policia no referido Forte, apresentou-se espontaneamente logo que a Divisão Paraguaya ao mando do Coronel Barrios despunha-se a atacar o dito Forte, pedindo-me armamento para elle, e para os outros paisanos, que ali se achavão: e manifestando achar-se possuido do mais louvavel entusiasmo pa-

(2) No ataque de 1801 soube-se de alguns pormenores da defesa, não pela parte de combate, mas pela inquirição havida para apurar a queixa de alguns homens da guarnição, cujos nomes não tiveram citação honrosa.

(3) "Arquivo Histórico", de Culabá.

(4) Cumpra não se esqueça, existia no Forte uma força oculta por trás daqueles homens que os incitava ao dever e os protegia. Essa força invisível, mas real, era nada menos que a assistência exercida pela PADROEIRA do Forte, NOSSA SENHORA DO CARMO, em prol dos defensores. V. o opúsculo do autor, A PROTETORA DO FORTE DE COIMBRA.

triotico, offereceo-se-me na mesma ocasião para commandar, e dirigir os ditos paisanos, armados estes, e o referido Manoel Nonato da Costa Franco, seguirão para as seteiras, onde se achava maior perigo, e ali, e em todos os pontos ondeurgia maior numero de fogos, sempre achava-se com o seo pequeno grupo de commandados o supra mencionado Ma-

noel Nonato da Costa Franco com o mais remarcavel sangue frio e valor. He o quanto posso informar... Cuyaba, 11 de Novembro de 1865.

Ilmo. Exmo. Sr. Barão de Melgaço, Presidente e Commandante das Armas da Provincia.

Hermenegildo d'Albuq. Portocarrero
Ten.-Cel. Cmt.

CASA DOS MÚSICOS

Marca Registrada

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO PARA TODO BRASIL

Consertos, Fabricação e Vendas de Instrumentos de Música — Niquelagem, Prateação, Douração, Bronzagem, Oxidação e Cromagem

Vivaldo José de Moura

RUA S. CRISTÓVÃO, 1225 — TELEFONE. 48-4197

RIO DE JANEIRO

(N. 21)

CASA ADRIANINO

DE

DELFIN MAURICIO S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FOGOS PARA FESTEJOS EM GRANDE ESCALA — VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

ARMAS E MUNIÇÕES — PÓLVORA PARA PEDREIRAS — DINAMITE E ESTOPIM

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.684 — Tels. : 186 e 414

Nova Iguaçu — Estado do Rio

(N. 3)

"ZANI" FUNDIÇÃO ARTÍSTICA E METALÚRGICA LTDA.

(Pelos processos de cera perdida e areia)

ATELIER DE ESCULTURA

MONUMENTOS — HERMAS — ESTATUAS — DECORAÇÃO — PLACAS — COROAS — SERRALHERIA ARTÍSTICA — FERRO E HIDUMINIO — ESMALTAÇÃO A

FOGO — LIGAS METÁLICAS E MECÂNICA

RUA CAPIBERIBE, 27 (STO. CRISTO) — TEL. : 43-1325 — RIO DE JANEIRO

(N. 12)



EXERCITO, FORÇA MORAL (1)

IV

As características de independência que fazem d'êste jornal um dos órgãos de publicidade de acentuada preferência entre militares nos conduzem, hoje, com o mesmo título das vèzes anteriores, a voltar ao assunto — "Problemas Morais" — que, a nosso vêr, merece permanentes e especiais cuidados no âmbito das Forças Armadas. Somos um povo visceralmente democrata e já adulto para a liberdade de opinião. Como militares, jamais nos conformamos e admitiremos o arbítrio daqueles que se formaram na doutrina totalitária. Somos pelo debate livre e honesto das idéias — pavor das mentalidades balófas que não souberam evoluir — donde sempre emergem o acêrto, a ordem, a disciplina, a justiça e a dignidade de comandantes e comandados. Os especiais cuidados a que nos referimos, debatidos ostensivamente, são o compromisso moral tácito, que nós, militares em idade propecta, obrigatòriamente assumimos para

com a profissão que estimamos e temos o dever de defender e honrar na medida de nossas possibilidades. Hoje, trataremos das "esterilidades" que, constatadas, mais prejudicam nossa "Autoridade Moral".

ESTERILIDADE INTELECTUAL INVOLUNTÁRIA

Há dias, êste jornal, sob o tópicó destinado aos assuntos do Exêrcito, nos proporcionou uma notícia excepcional e alvissareira: um general de elevado conceito, coordenando meia dúzia de companheiros, julgou oportuno prestar aos nossos maiores uma espontânea e inestimável colaboração. Resolveram que se reuniriam, discutiriam, elaborariam e submeteriam à apreciação dos escalões competentes um documento que, bem estudado "Situasse nossa Cavalaria no Brasil e no Continente". Nunca se teve notícia de propósitos mais sãos, mais disciplinados e que encerrassem es-

(1) Transcrito do "Diário de Notícias", de 23-II-954.

pirito militar tão alevantado. Feliz do Exército onde, com frequência, tais gestos fossem repetidos e bem acolhidos. Entretanto... sérias e entorpecedoras resistências surgiram no decorrer dos acontecimentos. Evidenciou-se um inesperado absurdo; o individualismo vaidoso, astuto e empavonado dos que não apreciam e não admitem sugestões, pretendeu torpedear a idéia. Ainda não aprendemos a aproveitar as boas intenções e ainda não nos agrada trabalhar em equipe. Ora, ainda não sabemos, não podemos e nos arreceamos de debater com os nossos subordinados, em "mesa-redonda", um assunto profissional. No terreno intellecto-profissional não devemos temer o debate com os que, eventualmente, se encontram na situação de nossos comandados; devemos, ao contrário, acatar-lhes as opiniões, sempre que "não pudermos contrapor argumentos que os destruam". As soluções pessoais e de algibeira, mal ruminadas e pessimamente escrevinhadas, hauridas, talvez, nos arquivos amarelados duma literatura militar encardida, a ausência da ginástica intellectual que nos impede de esgrimir uma tese com subordinados são consequências duma bem nutrida "esterilidade intellectual involuntária" que, vez por outra e infelizmente, ainda barra a evolução dos organismos de nossas Forças Armadas depreciando sua "Grandeza".

ESTERILIDADE FUNCIONAL VOLUNTÁRIA

A carreira das armas, entre as profissões mais honradas e nobres, é, julgamos, a primeira das primeiras. Suas características morais e o papel que desempenha na sociedade, são inexcusáveis. Seu curso e sua dignidade não admitem os ganhadores de dinheiro e não permitem que seus membros se conduzam negociando e racionando em cifrões. O militar trabalha, não barganha, é ativo e é honesto, exclusivamente porque deseja chegar ao término de sua carreira ostentando nome limpo e honrado. Bom conceito, entre su-

bordinados, pares e chefes, é o maior e mais rico dos galardões que almejamos, porque nasce com a mocidade e é o produto de nossos constantes desvelos desde os bancos escolares. Essa pequenina e mágica expressão — BOM CONCEITO — é tudo na vida do militar; seu poder e sua força são tão grandes que, assediados, não teríamos o direito de mercadejar, com as utilidades que o Exército nos fornece, no mais legítimo dos propósitos.

O Exército, cioso de sua respeitabilidade, ainda combate, felizmente, essa "esterilidade funcional voluntária" que caustica e não tem defesa. Nossa humilde e honrada bolsa, escorvada por um padrão de vida que a dignidade da profissão exige e nossos vencimentos já não atendem, não aceita compensações desse preço, porque não é isso que o pundonor militar aconselha e porque não foram essas as lições que os nossos CHEFES nos proporcionaram, desde os bons tempos da Escola Militar do Realengo, para a preservação de nossa AUTORIDADE MORAL.

ESTERILIDADE VEZES ESTERILIDADE

Desde há alguns anos, raríssimos companheiros, através da imprensa e da tribuna de nosso Poder Legislativo, têm sido rude e nominalmente atacados naquilo que um Homem possui de mais caro: sua honra. Malversadores, desonestos, enriquecidos por processos escusos, etc., etc., são as acusações que, referentemente a seu membros, o Exército tem lido e ouvido com todos os i i !!! Ultimamente, esse mal vem se agravando de modo assustador, sem uma notícia das providências adequadas e necessárias à coibição desses agravos que representam "esterilidades" que deformam e incapacitam para o serviço militar. Têm sido multiformes as reações dos acusados; uns agri-dem fisicamente seus detratores, outros se explicam por meio de cartas ou entrevistas à imprensa e, alguns, se dizem em plano inacessível,

e silenciavam. Tais agravos e os males decorrentes, entretanto perduram. Interessa, capital e essencialmente ao Exército, a apuração exata que, porventura, nos possa ser miuçada da falha moral ou funcional. Parece-nos, pois, que ao Exército imputada pública ou reservadamente esses membros de sua honrada faceto, atento e zeloso, competiria impor e facilitar a indispensável assistência judiciária aos oficiais porventura acusados, a fim de que

mília, com todos os meios de defesa à disposição, ou se reintegrassem com dignidade redobrada e insofismável à nossa corporação ou, ao contrário disso, fôssem compulsoriamente transferidos para a Reserva, como incapazes de continuar exercendo o oficialato. Julgamos que, só assim, resguarda-se a cabalmente o nosso estimado Exército naquilo que é o seu cerne: FÔRÇA MORAL.

20 de fevereiro de 1954 — Ivano Gomes, Coronel.

MECÂNICA E SERRALHERIA

Henrique Monken & Cia. Ltda.

RUA BRAULIO CORDEIRO, 563 — TELEFONE 29-1763

MATHEIS CIA. TEXTEIS

RUA BENEDITINOS, 17 — 2º ANDAR — RIO DE JANEIRO

(N. 14)



TYRESOLES DO BRASIL S.A.
REGENERAÇÃO DE PNEUS

MATRIZ:

SÃO PAULO

RUA GUACURUÁ, 879
FONE: 5-0643 e 5-0644

FILIAIS:

RIO DE JANEIRO

AV. SUBURBANA, 68
TEL. 48-3808

NITERÓI

RUA MAN. GREGÓRIO, 226
TEL. 3559
R. DO RIO

SUCURSAIS:

BARRA MANSA

RUA DA BANDEIRA, 88-A
TEL. 48 - R. DO RIO

UIZ DE FÔRA

AV. RIO BRANCO, 1162
TEL. 4189
EST. DE MINAS

**REFORMA OS SEUS PNEUS LISOS — QUILOMETRAGEM IGUAL AO
DE MEU NOVO PELA METADE DO PREÇO
MAQUINÁRIAS E MÉTODOS PATENTEADOS**

AVENIDA SUBURBANA, N. 68 — TELEFONE: 48-3808

RIO DE JANEIRO

(N. 2)

"PROMOÇÕES..."

(À GUIZA DE DIALOGO)

Coronel PAULO ENÉAS F. DA SILVA

Dois oficiais do Exército, pertencentes à mesma turma da Escola Militar, encontraram-se certa vez, depois de vários anos que não se viam. Trocados os cumprimentos e reavivadas as boas lembranças do tempo comum de estudante, passaram em revista muitos assuntos de caráter profissional ou não.

O diálogo entre ambos estendeu-se longamente, como sói acontecer quando duas pessoas amigas, há muito afastadas uma da outra, de novo se juntam. Sentaram-se à mesa de um café e durante várias horas discorreram largamente sobre questões da classe.

Dessa palestra, cujos temas, sempre oportunos e verdadeiros, definem claramente as preocupações de nossa oficialidade em acompanhar o ambiente que o cerca, pudemos reter as passagens mais destacadas de vez que, indiscretamente, numa mesa ao lado, compartilhávamos dela.

Reproduziremos textualmente esse diálogo tanto quanto nossa memória nos ajudar.

Os dois personagens serão: o Major S e o Cap. R.

Vejamos pois:

Major S — Então meu caro, ainda és capitão? O que houve em tua carreira para estares assim tão atrasado? Olha que eu já tenho três anos de posto e creio este ano serei elevado ao Tenente-Coronelato.

Cap. R — Fôste muito feliz pois escolheste a engenharia. Bem que

me lembro dos nossos instrutores, quando diziam naquela época — isso em 1919 — que as boas armas eram a engenharia e a artilharia. Eu opinei pela cavalaria e eis as conseqüências. Enquanto tú estás lá em cima, perto dos últimos degraus da carreira, eu mourejo neste, sem poder sequer pensar quando sairei d'ele.

Major S — Dize-me uma coisa: não vejo como podes estar assim prejudicado pois sempre fôste um oficial dedicado, estudioso e cumpridor de teus deveres. Tens os cursos exigidos pelos nossos regulamentos; estiveste arregimentado tanto tempo; não fôste à guerra porque a tua arma, é verdade, só deu uma parcela muito pequena, embora brilhante. Mas isto não poderá servir de argumento contra teus predicados.

Cap. R — Tocaste no ponto nevralgico do problema. A questão de valores para nossas promoções é muito discutível. É bastante relativa. Nem sempre podemos garantir que nossa posição é realmente favorável. Se quizeres um exemplo vou citá-lo: o nosso companheiro E, cuja fôlha de serviços ninguém pode contestar, pois é singular no Exército, ultimamente vem sendo sistematicamente preterido nas promoções. Se não sabes porque, vou te dizer: unicamente pelo fato de que vive anonimamente, sem fazer alarde de seus méritos. Trabalha simplesmente porque é de sua obrigação e acha que qualquer outro feito que der

às suas atividades foge ao seu caráter.

Major S — Porventura, meu amigo, esse oficial algum dia teve alguma punição? Conheces a sua fé de ofício?

Cap. R — Se conheço; servimos juntos duas vezes e certa vez, em sua casa, tive a satisfação de ler integralmente as suas folhas de alteração, aliás a meu pedido, pois ele queria se esquivar disso. A razão do meu pedido foi a série de preterições que ele vinha sofrendo e que em nada eu podia justificar.

Major S — Então, algo está errado.

Cap. R — Errado? É pouco a expressão; está algo muito errado. Desta forma porque as causas são encaminhadas, o estímulo e o amor à carreira acabarão por desaparecer. Ninguém resistirá às injustiças frequentes. O recálque virá na certa, matando todo e qualquer entusiasmo existente. É preciso que se modifique o sistema em vigor no sentido de melhor distribuir a justiça.

Major S — Estás doutrinando, mas eu desejaria que apontasses algo de concreto em favor de uma melhor orientação da questão. Quem aponta erros deve sugerir algo em contrário.

Cap. R — Pois bem, aí vai uma sugestão. Não penses que com ela o mundo mudará de figura. Nem mesmo tenho esperanças de reformar qualquer coisa. Meu intuito é tão somente ajudar em alguma coisa àqueles que têm em suas mãos os poderes de julgar e decidir.

Major S — Um momento; embora te interrompa, quero te lembrar o seguinte; é preciso que argumentes com fatos ou então com dados concretos, ou afinal, com elementos seguros a fim de que não te metas em embrulhos perigosos.

Cap. R — Agradeço-te o lembrete, aliás muito a propósito, pois, aticado pelos reveses que tenho sofrido, e os dos outros, seria ca-

paz de enveredar por um caminho não muito aconselhável.

A sugestão que te vou apresentar baseia-se num princípio muito democrático, qual seja o da eleição no seio dos seus pares. Bem sabes que o julgamento que mais tememos é o dos nossos companheiros, que melhor nos conhecem. O dos chefes superiores, embora via de regra bem intencionado, nunca pode competir com esse outro, vindo dos lados, de pessoas que estão no mesmo plano e que, por isso, credenciam-se melhor para um julgamento.

Ao se lançar o problema de promoção nos diferentes quadros das armas, e dos postos, organizar-se-ia uma lista dos nomes enquadrados nas condições exigidas pela lei. Essas listas seriam distribuídas pelos oficiais das respectivas armas e graduações para opinarem do valor e possibilidade, portanto, de acesso ao posto imediato. Tal "plebiscito" elegeria, certamente, não todos os melhores, porém quase todos. Uma solução radical é humanamente impossível de vez que a própria condição humana é falha.

Major S — Vê bem, meu caro, que esse sistema exige um tempo enorme para o julgamento. As relações, nos postos mais baixos, serão longas e o seu conhecimento, da parte dos interessados, demanda tempo. Não é assim tão fácil como estás imaginando.

Cap. R — Eu já havia pensado nisso, mas, o que queres, o tempo é um fator que devemos sempre considerar. Antes demorar um pouco e acertar mais, do que agir depressa e cometer injustiças, não achas?

Major S — Pois bem, o que propões eu também estou de acordo contanto que se mantenha esse critério para todos os postos. Bem sabes que, à medida que se sobe na carreira, o número de concorrentes diminui e facilita portanto esse trabalho.

Cap. R — Evidentemente; uma diversidade de critérios é prejudicial e, sobretudo, perigoso.

Major S — Admitamos que este novo processo dê bons resultados; acreditas que as preterições vão desaparecer?

Cap. R — Olha amigo, não sou assim tão ingênuo. O mal é humano. Diz o ditado bem antigo que "Errar é humano", portanto não podemos afirmar que as injustiças desapareçam. Uma coisa, entretanto, estou certo, de que ficarão reduzidas à uma insignificante parcela.

Major S — Compartilho do teu otimismo. Praza aos céus que teu projeto possa ser executado e assim teremos mais sossego quando da época das promoções. Confiemos.

* * *

Estava o diálogo nesse pé quando outro colega chegou e arrastou aqueles dois, que conversavam tão animadamente, para um giro através da cidade, em busca de emoções.

A palestra que os dois jovens oficiais mantiveram durante longo tempo, deu-nos margem à larga meditação. Os jovens impressionam-se mais facilmente do que os velhos. Deixam-se levar com mais presteza pelos arroubos naturais da idade. É preciso explorar, no bom sentido, essa condição. Não devemos desperdiçar valores. O aproveitamento justo das capacidades, na voragem da luta moderna, representa a chave do êxito. Hoje em dia procura-se sempre colocar o homem em seu verdadeiro lugar. Os desajustamentos dão margem, impreterivelmente, aos movimentos de reação. É preciso que se distribua a justiça nos moldes democráticos, isto é, sem ferir os direitos que assistem a todos.

Uma promoção reconhecida como justa por todos se reflete, sobretudo, sobre aqueles que se incumbem de realizá-la. Quando, ao contrário, se comete uma injustiça, além do mal que ela causa no atingido, seus reflexos mais ponderáveis recaem na autoridade que a cometeu. Lembremo-nos de que errar é humano, persistir no erro é diabólico, mas que PERDOAR É DIVINO. Não queremos aqui pugnar por perdões, em absoluto. Queremos, sim, é lembrar que distribuir justiça é também UM ATO QUE EMANA DO DIREITO DIVINO, transmitido ao homem através de sua condição de criatura de Deus.

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TEÇIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE

Elegância, Cores firmes e Durabilidade

(N. 5)

POSTO BERQUÓ

LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E ESTADIA

Augusto Braga Berquó

RUA SILVA VALE, N. 280 — TELEFONE: P. F. 29-8009 (Cavalcante)

(N. 25) v

O CARBURANTE NA ECONOMIA NACIONAL

Cap. HELIO AUGUSTO CANONGIA

I — INTRODUÇÃO

O problema do carburante nacional continua a entusiasmar-me, levando-me a transmitir minhas reflexões àqueles que, como eu, acreditam nas suas possibilidades. A tentativa, não resta dúvida, é um pouco pretensiosa e, naturalmente oferece falhas, pelas quais peço vênia e espero sejam evidenciadas para a devida correção.

II — SITUAÇÃO ATUAL

A Nação Brasileira precisa acompanhar o crescimento do seu consumo interno, sem se tornar débil, como organismo econômico; mas, infelizmente, isso não está acontecendo no momento atual. O país gasta 15 % aproximadamente do valor total das exportações previstas, para a compra de combustíveis. No ano de 1952, foram gastos perto de 200.000.000 de dólares na importação de petróleo e de seus derivados. A tendência é de, dia a dia, aumentarmos o consumo de gasolina, não só pela motorização do Exército, como também pela ampliação da Marinha, modernização da Aeronáutica, mecanização da Lavoura, etc... É preciso, pois, fortalecermos os escassos recursos financeiros disponíveis, com diretrizes nacionais de política econômica.

Com a criação da "Petrobrás", continuou relegado a segundo plano — o álcool — parte integral do ponto de apoio da alavanca que suporta a economia da Nação, sob o aspecto industrial. E por que esse afastamento continuado? — Talvez, por concepções infundáveis de alguns homens públicos que vêem só-

mente no petróleo, a tábua de salvação para se eliminar os saldos negativos demonstrados nos balanços de pagamento; sem se aperceberem do conceito já conquistado, pelo álcool, nas elites técnicas dos grandes países. Naturalmente, acham que é uma esperança exagerada e que não há possibilidades do álcool-motor competir, economicamente, com os combustíveis derivados do petróleo. Acreditam, possivelmente, que o álcool é apenas um produto barato, quando subproduto da indústria do açúcar e que, não sendo sub-produto, este álcool não pode ser barato. Persistem, talvez na questão da volatilidade precária do álcool. Esquecem, porém, que bastaria a imposição de um plano, visando exclusivamente a obtenção desse álcool, para fins de carburação com diretrizes fixas, para que tivéssemos um preço capaz de competir com o da gasolina. Esquecem, também, que a diferença de temperatura pode ser contrabalançada pelo emprego, em proporções e em espécies de hidrocarbonetos voláteis, capazes de diminuir o ponto de ebulição do álcool, tornando-o, muitas vezes, menos que da hexana. Não se lembram de que empregado o álcool associado à gasolina, ele apresenta uma grande vantagem, qual seja a de agir como anti-detonante, melhorando assim, as qualidades dessa essência do petróleo. Daí precisarmos abster-nos dos que pensam esses indivíduos e coordenarmos estudos realizados sobre o Petróleo, a Cana-de-Açúcar, a Mandioca, etc., com o objetivo de acharmos uma resultante que nos conduza a um equi-

livro permanente em nossa balança comercial, a fim de o mantermos integrado na sociedade constituinte.

III — DIRETRIZES GERAIS

Não estou, absolutamente, procurando desorientar àqueles que, aplaudidamente, se impuseram na luta pelo petróleo, com base nos combustíveis e lubrificantes correspondentes, mas sim, exaltando, incentivando esses mesmos elementos, no sentido de observarem as vantagens que poderão advir, em se aumentar a quantidade de álcool do binômio — "Gasolina-Alcool" já conhecido e pôsto em prática de forma elementar. Acho que devemos continuar nas pesquisas e na exploração do "ouro negro", mas, em complemento, necessário se torna aumentar a produção de "álcool etílico" no país. É preciso que complementemos, em maiores proporções, a nossa gasolina com o nosso álcool, pois, só assim, iremos atacar vários problemas de uma só vez, como sejam :

- o demográfico ;
- o do fomento à agricultura ;
- o do aumento dos meios de comunicação ;
- o do barateamento dos transportes ;
- o do aperfeiçoamento da mão-de-obra ;
- o da economia de divisas.

além de economizarmos as nossas reservas petrolíferas, pois que as mesmas são esgotáveis, ao passo que as culturais não o são, desde que haja o apoio constante da técnica e da mão-de-obra especializada.

"Gasolina Alcool", é, para mim, a fórmula que trará à Nação, os melhores dos resultados, desde que orientada de maneira diversa da que atualmente está sendo feita, isto é, desde que seja aumentada a quantidade de álcool no binômio acima referido. A lavoura será beneficiada e, conseqüentemente, a agricultura do país, de tal forma que haverá grande cooperação, para que, a indústria não venha a ter uma predominância absoluta sobre

a agricultura, acarretando privações sem limites.

Com o binômio "Gasolina-Alcool", na condição acima exposta, não há dúvida, que iremos ter economia de divisas ; isto porque, atacaremos um problema, em que necessitaremos apenas de capital nacional — para a montagem de uma agricultura própria e de alto rendimento com produção farta e contínua de álcool-etílico, proveniente de usinas rendosas — a fim de podermos aliar 30 % ou quicá mais de álcool à gasolina.

Com as refinarias que temos e, com as que ainda estão por se construir, adquiriremos, no estrangeiro, apenas o óleo bruto que é mais barato que a gasolina para então refiná-lo e juntá-lo à nossa gasolina e ao nosso álcool. Não necessitaremos, para tal empreendimento, de imigrantes, pois que eles não são — uma fonte de milagres — como disse muito bem o economista Sr. José Bonifácio de Souza Amaral. Não resta dúvida, que necessitamos do proletário rural capaz de suprir, na lavoura, os trabalhadores atraídos pelas cidades ; porém a Europa, é certo, não permite a emigração de agricultores, daí termos de dar todo o apoio e oportunidade aos colonos nacionais, pois que eles com o material e a técnica indispensável serão, tenho certeza, os pioneiros deste grande tesouro público, que é o Alcool-Etílico.

IV — CONCLUSÃO

Em linhas gerais, procurei, despretensiosamente, mostrar que devemos aumentar a nossa produção de álcool-etílico, para que a mistura Gasolina-Alcool se processe de maneira a trazer as mais amplas vantagens econômicas para o nosso país. Terminando, espero que todos estejam convictos, de que expressei uma idéia toda própria, com a máxima lealdade, sem paixões de qualquer espécie, apenas com o único objetivo de fornecer uma partícula de cooperação para ser analisada em prol do engrandecimento de nossa querida Pátria.

RECORDANDO OS TEMPOS DO PADRE MIGUEL (REALENGO)

P. J. BUSATO

Nada mais interessante do que recordar os tempos passados.

Escrevemos, há meses, um artigo no qual se faziam referências à abnegação, modéstia, humildade do padre Miguel, do Realengo. Naqueles tempos — no dizer do General Juarez Távora, num discurso proferido no Batalhão de Caçadores de Petrópolis ao ser instalado um núcleo da União Católica dos Militares — era heroísmo praticar a religião, principalmente na antiga Escola Militar do Realengo. Não existiam capelães militares, a assistência religiosa era nula, por assim dizer. O próprio Padre Miguel passou trabalho entre os cadetes. Foi preciso que aparecesse a peste espanhola de 1918, em que muito se destacou aquele bondosíssimo sacerdote no meio das massas populares, para que, numa homenagem pública e sincera, os estudantes militares fizessem sobressair as grandes qualidades morais do padre Miguel. Assim, começou ele seu apostolado, entrando em contacto com os cadetes. Chamava de vez em quando o mons. Gonçalves Rezende para realizar palestras nos meios estudantis. Fundada a Conferência de S. Maurício (vicentinos), a ação católica teve o seu início nos meios militares. Foi mediante esse expediente que no Brasil-República se realizou a primeira bênção de espadas. O General Rinaldo Câmara, então simples cadete, mandou para a revista "O Eco" uma reportagem, que vale a pena ser transcrita. Os mauricianos queriam realizar a cerimônia na igreja matriz do Realengo,

a que se opôs o padre Miguel, porque um ato destes merecia uma igreja mais suntuosa e mais central. Foi, então a solenidade efetuada na Igreja de Santo Inácio, dos jesuítas. E, assim, descreve a cerimônia o cadete Rinaldo Câmara: "No dia 25 de maio de 1919, às 8,30 h, no bellissimo altar de N.S. das Vitórias, no colégio de Santo Inácio, realizou-se a missa solene, na qual teve lugar um ato, altamente tocante e significativo, a bênção das espadas dos aspirantes Amadeu Suzine Ribeiro, Osvaldo Santos Dias e José Bina Machado, todos três católicos praticantes e membros da Conferência de S. Maurício do Realengo, composta exclusivamente de alunos da Escola Militar. Entre a numerosa e seleta assistência, composta na sua maioria de oficiais do exército e armada, alunos da Escola Militar, grande número de famílias, notava-se a presença dos Generais Bento Ribeiro, Tasso Fragoso, Tenente Osório (respectivamente paraninfo de cada aspirante); Coronéis Mindelo, Muniz Ribeiro, Capitão de Mar e Guerra Carvalho, Capitão de Fragata Bastos Nunes, etc. Ao evangelho da missa, que foi rezada pelo Nuncio Apostólico e acolhida por dois oficiais do exército, o padre Madureira, S.J., numa bela alocução, frisou a importância do ato, único até hoje, depois de proclamada a República. Após a solenidade, os referidos aspirantes foram calorosamente felicitados pelos presentes, sendo, a seguir, servida uma mesa de doces e chocolate, onde fez uso

da palavra, em nome da Escola Militar, o último anista Juarez Távora e respondendo em nome da turma homenageada o aspirante Suzini Ribeiro. Apesar do laconismo desta notícia, feita especialmente para "O Eco" (do Colégio Anchieta — Porto Alegre), pode-se bem avaliar o que foi esta festa e a sua significação, profundamente moral, não só para nós militares e católicos, como também, e principalmente, para os que julgam incompatíveis estes dois títulos. Era de arrebatador: ver aqueles jovens soldados envergando, cheios de entusiasmo a farda sem mácula do nosso exército, ajoelhados aos pés da Virgem das Vitórias! Era de fazer brotar lágrimas vê-los, ali, aos pés de N. Senhora, proclamando-a publicamente como sua padroeira e oferecendo-lhe as suas espadas

ainda virgens! E Maria, com certeza, não ficará surda aos rogos destes seus filhos exemplares.

Eis, numa singela descrição, o que foi a primeira bênção de espadas. Ao padre Miguel e à Conferência de S. Maurício se deve a origem da tradicional bênção de espadas, que hoje em dia tem sempre grande brilho. Lá na Academia Militar das Agulhas Negras se conserva a imagem tradicional de S. Maurício, presidindo às reuniões da Conferência Vicentina dos Cadetes do nosso Exército. Dessa escola já saíram tantas gerações de oficiais distintos e católicos de tempera. Sim, da escola mauriciano, iniciada no Realengo e que continua em Resende. Para o padre Miguel umas preces, pela sua grande alma. Ela bem o merece!

Montes Cruz & Cia. Ltda.

CASA FUNDADA EM 1922

127 — RUA FREI CANECA — 131

LADRILHOS HIDRÁULICOS E GRANITOS "S. I. L."
 MOSAICOS E CERÂMICA "C. V. A." — MOSAICOS
 ESMALTADOS — LOUÇAS SANITÁRIAS
 CIMENTOS — FOGÕES — AQUECEDORES
 AZULEJOS BRANCOS E COLORIDOS — PAINÉIS
 DE AZULEJOS ARTÍSTICOS E DE ESTILO



FABRICAS ASSOCIADAS

Sociedade Industrial de Ladrilhos S. A. "S. I. L."

Cerâmica Vista Alegre "C. V. A."



REDE TELEFÔNICA: 32-1770
 RIO DE JANEIRO

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCH

● 4ª Reunião dos Governadores dos Estados da Bacia do Paraná-Uruguai

A 22 de abril p. findo realizou-se, em Belo Horizonte, a sessão inaugural da 4ª Reunião dos Governadores dos Estados da Bacia do Paraná-Uruguai, comparecendo o Exmo. Sr. Presidente da República e os Governadores dos Estados de Minas, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul.

Foi apresentado um relato dos trabalhos empreendidos pela Comissão Inter-Estadual, que tem por finalidade estudar planos para o desenvolvimento da vasta região geográfica do Paraná-Uruguai.

Focalizou, especialmente, os estudos relativos ao Rio Paraná, na região superior, com o objetivo de melhorar os serviços de navegação da Bacia do Prata, através do reequipamento da frota lá existente.

O mesmo relatório expunha, em detalhes, os obstáculos existentes para a perfeita navegabilidade desse trecho do Rio Paraná, para cuja remoção estão adiantados os estudos. Abordou, igualmente, os problemas de navegação nos outros rios da Bacia, também em estudos e alguns já planejados, referiu-se ao aproveitamento dos cursos d'água dos sete Estados como fonte de energia elétrica, através de um sistema de usinas geradoras

e tratou da questão de abastecimento de água dos Municípios das regiões que representam. Nesse particular, recordou o anteprojeto levado ao Congresso dos Municípios, realizado em São Vicente, destinado a promover meios para execução desses serviços públicos e frisou que o anteprojeto está, agora, transformado numa possibilidade concreta aberta à grande maioria dos municípios brasileiros. A Comissão Inter-Estadual vai orientar e custear, na região sob seu controle, os estudos e projetos desta natureza.

Tratou-se, igualmente, do problema da energia elétrica e deu-se especial destaque, louvando-a, à recente iniciativa do Governo para o aproveitamento do potencial hidro e termoeletrico do Brasil, através da criação da Eletrobras. Ressaltando a importância do programa, mostrou-se que interessa, particularmente, aos Estados ali presentes a sua solução.

● Expansão e reequipamento do Serviço de navegação da Bacia do Prata

O Presidente Getúlio Vargas aprovou exposição de motivos em que o Ministro da Viação lhe submeteu projeto elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos referente à melhoria e expansão da fro-

ta do Serviço de Navegação da Baía do Prata. Disse o Chefe do Governo em seu despacho:

"A melhoria da frota brasileira naquela região é de vital importância para o desenvolvimento econômico da zona, o bem-estar dos centros urbanos e das populações ribeirinhas e para o intercâmbio comercial com os países vizinhos.

O Governo está disposto a promover a obtenção do financiamento em moeda estrangeira destinado à execução do projeto.

Encaminhe-se ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para: a) examinar as sugestões da Comissão Mista quanto ao financiamento em cruzeiros; b) estudar, com o Ministério da Viação e Obras Públicas e o Ministério da Marinha, a possibilidade da obtenção de recursos orçamentários ou de fundos especiais com o fim de atender às sugestões do Serviço de Navegação da Baía do Prata, quanto à recuperação dos navios existentes; c) estudar, com a cooperação dos mesmos Ministérios, o problema de construção e reparações navais na região; d) reexaminar, na ocasião das negociações, com a entidade financiadora, os elementos técnicos do projeto, à vista das demandas prováveis de transporte de carga e das condições de navegabilidade dos rios."

O Serviço de Navegação da Baía do Prata é uma autarquia federal que executa serviços de transporte fluvial nos Rios Paraguai e Paraná e seus afluentes, tendo sido criado pelo Decreto-lei n. 5.252, de 16 de fevereiro de 1943. Esse transporte fluvial era anteriormente efetuado pelo Lóide Brasileiro, tendo sido transferidas para aquela autarquia, pelo citado decreto, a operação e a administração desses serviços.

No Rio Paraguai, as linhas de navegação fluvial se estendem, normalmente, de Corumbá até Montevideu, numa distância de 3 mil quilômetros, e até Cuiabá, numa distância de 900 quilômetros, através os Rios Paraguai e Cuiabá. Uma outra rota prossegue do Rio Paraguai para o Baixo Paraná até

Pôrto Mendes. Há, também, serviços de transporte no Alto Paraná, entre Pôrto Guaíba e Jupia, e em certa extensão dos Rios Pardo e Ivinheima, afluentes do Alto Paraná que penetram na região meridional do Estado de Mato Grosso. Os serviços do Alto e Baixo Paraná são interligados por uma estrada de ferro com 68 quilômetros de extensão, também operada pelo SNBP, de Pôrto Mendes a Pôrto Guaira, contornando o Salto das Sete Quedas.

O transporte pelo Rio Paraguai foi instituído pelo Governo Federal para proporcionar escoamento para uma área economicamente isolada do resto do Brasil, em sua maior parte ainda inexplorada, mas rica em possibilidades, de vez que possui, pelo menos, 50 milhões de acres de solo fertilíssimo, prolongamento dos solos da terra roxa de São Paulo. O desenvolvimento das áreas ao sul de Cuiabá, nos últimos dez anos, tem sido excepcional, tal como as áreas ocidentais dos Estados de São Paulo e Paraná. Deve-se lembrar que nessa região se localizam as três maiores fontes ainda não exploradas de energia elétrica do Brasil e que são a Cachoeira de Sete Quedas, as Cataratas do Iguaçu e as de Urubupanga, no Alto Paraná. Perto de Corumbá estão situados os depósitos de manganês de alto teor, bem como as reservas de minério de ferro. Há enorme quantidade de madeira nas florestas virgens. Ao mesmo tempo, uma ponderável percentagem de todo o gado do Brasil é criado nessa região.

Até o presente, uma limitada porção dessa terra fértil está sendo aproveitada. Nas planícies e nas áreas ligeiramente onduladas do sudoeste do Paraná e sul de Mato Grosso poderá ser produzido trigo, em lavouras mecanizadas em quantidade suficiente para, adicionada à produção existente, suprir o consumo nacional.

O desenvolvimento da região vem sendo, entretanto, prejudicado por falta de meios de transporte. Por outro lado, todas as partes do sul de Mato Grosso são acessíveis por

água, oferecendo, assim, o desenvolvimento do transporte fluvial o meio mais econômico para proporcionar um aumento nas facilidades de transporte de uma vasta e importante região brasileira. Devem-se observar, ainda, para ressaltar a importância do melhoramento do serviço de navegação da bacia do Prata as cargas potenciais, oriundas das Repúblicas da Bolívia e Paraguai.

O trabalho elaborado pela Comissão Mista, com a cooperação do SNBP, para melhorar e expandir a frota de propriedade do Governo que opera nos Rios Paraná e Paraguai, estimou o custo do projeto em 1.535,250 dólares e em 114.625.000 cruzeiros. Ouvido só-viço sobre o assunto, o Diretor do Serviço de Navegação da Bacia do Prata emitiu parecer em que sugere, além de outras medidas, o estudo da possibilidade de dotar o SNBP de estaleiros e oficinas em Corumbá e a recuperação de três navios motores de 1.300 toneladas.

(Da Imprensa)

● Industrialização de urânio

Em prosseguimento às comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, o Presidente da República compareceu aos estabelecimentos Indústrias Reunidas Orquima, com sede em São Paulo, para presidir à inauguração do departamento de industrialização das areias monazíticas do Espírito Santo, para obtenção de urânio.

O Chefe do Governo chegou em companhia dos Governadores Lucas Garcez, Ernesto Dorneles, Amaral Peixoto e Juscelino Kubitschek, do General Caiado de Castro, sendo recebido pela Diretoria da Empresa, tendo à frente o Sr. Paulo Assun-

ção, Presidente da I.R. Orquima. Encaminhado para um palanque onde se achavam em exposição os novos produtos obtidos no departamento de industrialização das terras raras do Espírito Santo, o Chefe do Governo foi saudado pelo Sr. Augusto Frederico Schmidt, membro da Diretoria da Orquima, que ressaltou a natureza essencialmente brasileira da organização, para desenvolvimento da produção de energia nuclear com minério nacional e que é também um centro de estudos e pesquisas.

Logo após, falou o Almirante Alvaro Alberto, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, que se reportou aos esforços para a industrialização das nossas areias monazíticas, salientando o sentido pioneiro daquela organização industrial que o Presidente Getúlio Vargas inaugurava e que viria constituir uma nova fonte de riqueza e oportunidade para milhares de brasileiros.

O Presidente do Conselho de Pesquisas fez, na ocasião, a oferta de duas amostras simbólicas de urânio, tecnicamente puro e já produzido em escala industrial e de urânio metálico, atômicamente puro e que é utilizado como reator na maior parte das pilhas atômicas existentes no mundo. Vale salientar que a Orquima é a primeira fábrica de urânio em escala industrial, na América do Sul, e que o seu processo extrativo é único no mundo, para a produção desse precioso metal da era atômica. Para se ter uma idéia da importância do urânio, basta dizer que a produção anual de urânio nas novas instalações equivale a uma energia gerada por 10 milhões de toneladas de carvão. Um quilo de carvão rende, por combustão, 6.500 calorias, ao passo que igual peso de urânio rende por fissão, 30 bilhões de calorias.

FOGOS SÓ RAMALHEDA

PIROTECNIA MODERNA

O MAIOR FORNECEDOR DE FESTAS OFICIAIS

TELEFONE : 78 — NOVA IGUAÇU — ESTADO DO RIO

(N. 10)

Noticiário de Interesse Militar

Tática moderna

A tática de fazer fogo com a Artilharia desde posições de bateria eventuais que se abandonam seguidamente foi aperfeiçoada nos últimos meses da guerra da Coréia.



Recentemente divulgou-se que equipamentos formados por um lança-foguetes múltiplo e um helicóptero, com apenas 4 homens e mais o piloto da aeronave, realizaram, com pleno êxito, numerosas missões de fustigamento.

O lança-foguetes era transportado suspenso ao helicóptero, como pode ver-se na fotografia, sendo desprendido do mesmo ponto de emprego.

Em seguida, o helicóptero pousava em terra, sem que seu motor deixasse de funcionar e seu rotor de girar.

A munição era descarregada e, sem perda de tempo, preparava-se a peça, apontava-se e disparava-se a barreira de fogo projetada.

Logo em seguida e sem mesmo que se tivesse dissipado a fumaça, o helicóptero recolhia a guarnição e o lança-foguetes e retomava o voo antes que a artilharia inimiga pudesse fazer alvo sobre a posição nômade. Poucos minutos depois, uma ação semelhante tinha lugar em outro lugar da frente.

Estilete voador

Verdadeira sensação causou a divulgação das características do avião à jato "X-3", da aviação norte-americana, o qual, pela sua original estrutura, recebeu o nome de "Estilete-Voador".

Esse avião está projetado para voar a 3.218 km por hora (mais de 50 km por minuto) e a alturas de 60.000 a 90.000 metros.

O "Estilete voador" não se parece nada com os aviões usuais. Por incrível que pareça, pesa mais de 12 toneladas, mais, portanto, que o avião "DC-3", mas as suas "performances" são conseqüências principalmente de sua forma. Tem 20 metros de comprimento, mas suas asas são retas e curtas, pois não tem mais do que 6,8 m de envergadura.

Arma inglesa

O exército inglês está dotado de uma granada contra-carro, cuja vantagem, diferentemente da "bazooka", é poder ser atirada de um fuzil comum. A nova granada pesa 596 gramas e seu poder destruidor é análogo ao dos canhões contra-carros da última guerra.

Foguetes

Os norte-americanos já têm desenhado um projétil-foguete dirigido, o "Bormac F-99", que se pensa utilizar como bombardeiro atômico intercontinental e que se espera alcance a alta velocidade de 3.200 km por hora.

Trata-se de um verdadeiro avião, no qual os tripulantes foram substituídos por equipamentos de direção do aparelho, que farão possível a navegação do mesmo, mediante a observação de estrelas, realizada automaticamente ou medindo as forças magnéticas da terra.

Dada a alta velocidade deste foguete, a sua interceptação por outro aparelho ou a sua derrubada pela artilharia antiaérea será muito difícil.

Aumenta a potência de fogo do Regimento norte-americano

Em Fort Bragg estão se fazendo ensaios de organização do Regimento de Infantaria.

Os referidos ensaios estão sendo conduzidos no sentido de se saber se o Regimento de Infantaria pode aumentar a sua potência de fogo e capacidade defensiva ao mesmo tempo que se reduz a sua força nos escalões superiores.

Entre os ensaios efetuados encontram-se os seguintes :

Pelotão de onze homens; eliminação da companhia de petrechos pesados do Btl., refundindo-a com a Cia. de Pl. M. e transferindo as suas metralhadoras pesadas para as Cias. de fuzileiros; acrescentar 4 canhões sem recuo de 105 mm para completar um total de 8 de tais armas, eliminando ao mesmo tempo os 2 canhões sem recuo de 75 mm; incorporar 3 morteiros de 81 mm para completar um total de 6 em cada Btl.

Por outro lado, o Pel. de fuzileiros melhoraria notavelmente a sua potência de fogo mediante o acréscimo de outro fuzil "Bar", dos quais receberia uma dotação de dois.

(Do "Combat Forces Journal".)

*um fim
de semana*

foi suficiente para
a re-pintura de
portas e janelas"



*21 cores
originais!*

"Um sábado e um domingo foram suficientes para a re-pintura das portas e janelas de nosso apartamento. Nosso pintor trouxe umas latas de Condor e explicou que era a tinta a óleo mais recomendada, pelo seu poder de cobertura e extrema economia. Fizemos a experiência... e ganhamos uma casa nova!"

CONDOR

Tinta a óleo para todos os fins.

TINTAS YPIRANGA Protegem e embelezam

CASA PRIMITIVO

ARMEIROS E CUTILEIROS

Oficina especializada em consertos de arma em geral — Completo sortimento de espingardas, revólveres e munições — Conserta-se armas de fogo, oxida-se, niquela-se e amola-se ferramentas

Especialidades e variado sortimento de cutelarias finas e artigos fotográficos

Viúva Primitivo

RUA VISCONDE DE URUGUAI, 396 — TEL.: 5909 — NITERÓI

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados em abril de 1954**

LEI N. 2.195 — DE 31 DE MARÇO de 1954

Autoriza o Poder Executivo a ampliar as concessões em vigor para exploração do serviço telegráfico interior, por empresas que possuem cabos submarinos ou subfluviais

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Viação e Obras Públicas, poderá ampliar as concessões em vigor para a exploração do serviço telegráfico interior, por empresas que possuem cabos submarinos ou subfluviais.

§ 1º. A ampliação ficará sujeita ao prazo, obrigações, ônus e favores da concessão, podendo ser permitida a extensão de condutores aéreos, subterrâneos ou subfluviais em ligação, conexão ou conjugação com os cabos submarinos ou a utilização de condutores de outras empresas para a extensão do serviço cabográfico a outras cidades do litoral ou do interior do país.

§ 2º. A ampliação de que trata este artigo abrange as extensões por linhas terrestres já existentes das redes cabográficas submarinas.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de março de 1954 — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

(Diário Oficial n. 77, de 3-IV-54.)

* * *

DECRETO N. 35.308 — DE 2 DE ABRIL DE 1954

Aprova a constituição da Petróleo Brasileiro S.A. — "Petrobras"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição, e nos termos do art. 7º, § 4º, da Lei número 2.004, de 3 de outubro de 1953, decreta:

Art. 1º. Fica aprovada a constituição da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A., que também usará a abreviatura de "Petrobrás", bem como os respectivos atos, constantes da ata da sessão pública do Conselho Nacional do Petróleo, realizada em 12 de março do corrente ano e que será publicada em anexo.

Art. 2º. O representante da União nos atos constitutivos da sociedade promoverá o seu arquivamento no Registro do Comércio.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

("Diário Oficial" ns. 77 e 78 de 3 e 5 de abril de 1954.)

* * *

AVISO N. 218 — EM 2 DE ABRIL DE 1954

A todo oficial montado, que o desejar, será distribuído um animal de sela, e aos de Cavalaria e Artilharia, dois, sendo um de Armas, mediante requerimento dirigido ao Diretor de Provisão Animal.

2. Os animais serão carga do oficial, ficando encostados à Unidade a que pertencer, como se particulares fossem, mas inteiramente sujeitos ao Serviço Militar.

Quando movimentado, o oficial terá direito a levar as suas montadas, correndo por conta do Estado as despesas de transporte de uma delas.

3. Em caso de desistência de um ou de ambos os animais, por parte do oficial interessado, a Diretoria de Provisão Animal os incluirá na carga da Unidade onde estiverem encostados, ou lhes dará outro destino.

4. A distribuição dos cavalos verificar-se-á após seis (6) meses de trabalho dos mesmos, pelo oficial interessado, a fim de proporcionar-lhe um perfeito conhecimento de suas animais.

5. A Diretoria de Provisão Animal procederá a distribuição mediante requerimento dos interessados, que atualmente venham trabalhando cavalos novos há mais de seis (6) meses, e, os desejarem como suas montadas.

6. Em todos os casos, os requerimentos pedindo distribuição de cavalos, devem ser devidamente informados pelos Comandantes de Unidades.

("Diário Oficial" n. 79, de 6-IV-1954.)

* * *

DECRETO N. 34.863 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1953

Aprova e manda executar o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil

("Diário Oficial" n. 80, de 7-IV-1954.)

* * *

PORTARIA N. 135 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, na conformidade do art. 29 da Lei n. 1.842, de 15 de abril de 1953, resolve aprovar as Instruções reguladoras para a aplicação da Lei n. 1.842, de 12 de abril de 1953.

("Diário Oficial" n. 81, de 8-IV-1954.)

* * *

PORTARIA N. 155 — DE 9 DE MARÇO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolveu aprovar as insígnias de Comando para a Inspetoria Geral, Inspetoria de Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea, Diretoria Geral do Pessoal, Diretoria Geral do Serviço Militar, Diretoria Geral de Remonta, Diretoria Geral de

Material Bélico, Secretaria Geral do Ministério da Guerra, Escola de Estado-Maior, Diretoria de Veterinária, Escola de Veterinária, Núcleo da Divisão Blindada, Núcleo da Divisão Aeroterrestre, Brigada de Corumbá, Escalão Territorial, Diretoria do Pessoal das Armas, Diretoria do Pessoal dos Serviços, Diretoria Administrativa, Diretoria Técnica, Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas, Diretoria de Armamento, Diretoria de Comunicações, Diretoria de Recrutamento, Diretoria da Reserva, Diretoria de Finanças, Diretoria de Transporte, Diretoria de Produção e Suprimento, Diretoria de Provisão Animal, Curso Especial de Equitação, Depósito Central de Motomecanização, Depósito Regional de Motomecanização, Parque Regional de Material Bélico, Estabelecimento Comercial de Material de Intendência, Inspetoria de Tiro, Depósito Regional de Material de Saúde e Depósito Regional de Material Veterinário.

("Diário Oficial" n. 82, de 9-IV-1954.)

* * *

DECRETO N. 35.344 — DE 7 DE ABRIL DE 1954

Aprova o novo Regulamento para a Biblioteca do Exército (R-172)

("Diário Oficial" n. 83, de 10-IV-1954.)

* * *

AVISO N. 241 — EM 9 DE ABRIL DE 1954

Retificação de nome, filiação, idade ou naturalidade

1) A retificação de nome, filiação, idade ou naturalidade, é de competência:

- a) da Secretaria Geral do Ministério da Guerra para os Oficiais-Generais da ativa;
- b) do Departamento Geral de Administração, para os oficiais da ativa;
- c) da Diretoria Geral do Pessoal, para os Subtenentes e Sargentos da ativa;
- d) dos Comandos de Regiões Militares, para os cabos e soldados da ativa em serviço no território de sua jurisdição;
- e) do Diretor Geral do Serviço Militar, para os militares da reserva ou reformados, reservistas e os isentos do serviço militar.

2 — Fica sem efeito o Aviso n. 857-Nopr 1, de 31 de março de 1942.

("Diário Oficial" n. 86, de 14-IV-1954.)

* * *

DECRETO N. 35.389 — DE 17 DE ABRIL DE 1954

Dá nova redação aos arts. 1º e 4º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 30.163, de 13 de novembro de 1951, na parte referente ao 4º uniforme

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O art. 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951, na parte referente ao 4º uniforme, passa a ter a seguinte redação:

4º Uniforme — Boné branco, túnica branca (com platinas para Generais), camisa branca com colarinho duplo, gravata preta, calça branca, meias brancas e sapatos brancos.

4º Uniforme (Bis) — Combinação — Boné cinza, túnica branca (com platinas para Generais), camisa branca com colarinho duplo, gravata preta, calça cinza, meias pretas e sapatos pretos.

Art. 2º. A letra d) do art. 4º, do citado Regulamento, passa a ter a seguinte redação:

d) 4º Uniforme e 4º Uniforme (Bis) — Nas mesmas condições do 3º Uniforme. Corresponde ao 2º Uniforme em guardanapos não compreendidos na letra a), do art. 5º.

Art. 3º. O 4º Uniforme (branco) a que se refere este Decreto, continuará de uso facultativo até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETULIO VARGAS.
Zenóbio da Costa.

("Diário Oficial" n. 89, de 20-IV-54.)

* * *

DECRETO N. 35.390, — DE 17 DE ABRIL DE 1954

Transfere a sede da 2ª Divisão de Infantaria de Lorena para Duque de Caxias (Quitaúna)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica transferida a sede da 2ª Divisão de Infantaria de Lorena para Duque de Caxias (Quitaúna).

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETULIO VARGAS.
Zenóbio da Costa.

("Diário Oficial" n. 89, de 20-IV-54.)

AVISO N. 253 — D1-1 — EM 14 DE ABRIL DE 1954

Tendo surgido dúvida na aplicação das tabelas de rações complementadas destinadas à Escola de Sargentos das Armas, declaro, para os devidos fins, tendo em vista o parecer da Comissão Interministerial Interpretativa do CVVM, em Ofício n. 17, de 26 de março do corrente ano, que, nas Escolas para as quais foram estabelecidas, fazem jus às mesmas rações os oficiais instrutores e sargentos monitores.

("Diário Oficial" n. 89, de 20-IV-54.)

* * *

DECRETO N. 35.403 — DE 20 DE ABRIL DE 1954

Aprova o Regimento da Contadoria Geral da República

("Diário Oficial" n. 92, de 24-IV-54.)

* * *

AVISO N. 262 — EM 20 DE ABRIL DE 1954

No dia 10 do corrente a Academia Militar das Agulhas Negras realizou uma demonstração de material, na presença dos membros da

alta magistratura federal, além de um almoço com que o Exército homenageou a esses dignatários.

Pelo que me foi dado apreciar, pelas referências altamente elogiosas dos ilustres homenageados e dos Chefes Militares que ali compareceram, é-me grato louvar o General Jair Dantas Ribeiro, Comandante da Academia e apresentar-lhes os meus mais calorosos agradecimentos pela forma impecável como foi executado o programa de homenagens à Magistratura Brasileira.

A demonstração de Tiro, realizada pelas diversas Armas da Academia, bem como a de Serviços, constituíram um espetáculo empolgante, digno dos maiores encômios. O Corpo de Cadetes esteve admirável em todas as suas manifestações e, dado o pouco tempo que teve a Academia para prepará-las, os resultados alcançados bem revelam o alto nível do ensino de instrução, desse magnífico Estabelecimento.

Ao louvar o General Jair, é com prazer que destaco suas qualidades de educador emérito, administrador eficiente e de Chefe digno por todos os títulos.

Autorizo o Comandante da Escola a louvar, em meu nome, os Oficiais e Alunos que concorreram para o brilho daquela jornada.

("Diário Oficial" n. 92, de 24-IV-1954.)

* * *

PORTARIA N. 249 — DE 24 DE ABRIL DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve mandar adotar a calça de brim V.O., em substituição à de gabardine V.O., para uso por todos os elementos (oficiais e praças) das guarnições do Vale do Amazonas (exceto Manaus e Belém), Terezina, Corumbá, Pôrto Murtinho e São Luís de Cáceres, tanto no serviço como em formaturas e em trânsito.

("Diário Oficial" n. 94, de 27-IV-1954.)

* * *

AVISO N. 268 — DE 24 DE ABRIL DE 1954

Quadro de Acesso de Oficiais

(Dilatação de prazo)

1. Tendo em vista conciliar os interesses atuais de serviço com o disposto na letra e) do art. 10 da Lei de Promoções, declaro que o prazo estabelecido no n. 2 do Aviso n. 247, de 3 de abril de 1951, que marcava a data a partir da qual deveria ser feita a apuração do tempo já passado pelo oficial fora da tropa, deverá ficar dilatado para 30 de junho de 1954.

2. Para que haja perfeita compreensão na aplicação da referida lei, fica esclarecido que a data supracitada (30 de junho de 1954) em diante, nenhum oficial combatente poderá ingressar nos Quadros de Acesso, sem que também satisfaça à letra e) do art. 10 da Lei de Promoções salvo os que se acham amparados por dispositivos especiais de Lei.

3. Nenhum prejuízo poderá advir da medida estabelecida no presente Aviso, para os oficiais incluídos nos limites dos Quadros de Acesso fixados em 31 de outubro do ano de 1953.

4. Fica revogado o Aviso n. 721, de 21 de outubro de 1952.

AGRAVO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 1779 — DISTRITO FEDERAL

"A herança militar está isenta de qualquer taxa ou imposto, de acôrdo com o disposto no art. 113 do Estatuto dos Militares (Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946). A circunstância de haver sido omitido, na primeira publicação da lei o citado art. 113, em nada prejudica o direito dos herdeiros da referida herança à isenção do imposto de renda, eis que na 2ª publicação, que não resultou de novo ato, aquela omissão desapareceu. Que se tratava de omissão não há dúvida, pôsto que a primeira publicação saltou do parágrafo único do art. 111 para o art. 114 e certidão de fls. 14 torna certo que o original do Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946 constem os arts. 112 e 113, com a redação que figura na 2ª publicação."

Relator: O Exmo. Sr. Ministro Alfredo Bernardes.

Recorrente: Dr. Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, "ex-officio".

Agravante: União Federal (Delegacia Regional do Imposto de Renda).

Agravado: Maria Lucrécia de Souza Pires Ferreira e Marina Vieira Beck.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de Agravo em Mandado de Segurança n. 1.779, do Distrito Federal:

Acordam os Srs. Ministro do Tribunal Federal de Recursos, em sessão plena, por maioria de votos, em negar provimento ao agravo para manter a decisão agravada, que considerou isentas de quaisquer impostos, inclusive o de renda, a herança militar das agravadas, na conformidade das notas taquigráficas retro, que êste integram. Custas "ex-lege".

Rio, 22 dezembro de 1952 — Ministro Cunha Vasconcellos, Presidente — Ministro Alfredo Bernardes, Relator.

("Diário da Justiça" de 15-XII-52.)

* * *

ISENÇÃO DE IMPÔSTO DE RENDA PARA HERANÇA MILITAR

O Tribunal Federal de Recursos, em reunião plenária, confirmou a sentença do Juiz da Terceira Vara da Fazenda Pública, isentando do pagamento do imposto sobre a renda a Sra. Aelina e Alvarenga Zany, na parte referente à herança militar que lhe fôra deixada pelo seu espôso falecido, contra-almirante Júlio Ramos Zany, contrariando, portanto, a atuação da Delegacia Regional do referido impôsto. Idêntica decisão foi tomada para confirmar o direito da Sra. Emília Xavier de Araújo e Silva, viúva do Coronel do Exército José Vicente de Araújo e Silva.

(Da Imprensa.)

VÃO COMPRAR FOGOS

PROCUREM NA PRAÇA DA LIBERDADE N. 28

GRANDE ESTOQUE A VOSSA DISPOSIÇÃO (SOMENTE ESTE MÊS)

NOVA IGUAÇU — ESTADO DO RIO

(N. 11)

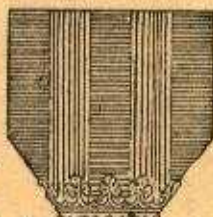
Fornecedores oficiais do "MINISTÉRIO DA GUERRA" conforme modelo depositado na Secretaria Geral.

ESMALTES A FOGO

Condecorações e emblemas militares - Bijouteries - Folheados a ouro.

**INDÚSTRIA DE DISTINTIVOS
RANDAL LTDA.**

MEDALHA DO PACIFICADOR



Rua Senador Dantas, n. 42 -
1º Andar - Telefone 22-0748

Randal



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
Rio de Janeiro, 1954